

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

OS NOMES GEOGRÁFICOS DE PETRÓPOLIS/RJ E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ:  
MEMÓRIA E IDENTIDADE

**BEATRIZ CRISTINA PEREIRA DE SOUZA**

Rio de Janeiro  
Setembro de 2014

**BEATRIZ CRISTINA PEREIRA DE SOUZA**

OS NOMES GEOGRÁFICOS DE PETRÓPOLIS/RJ E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ:  
MEMÓRIA E IDENTIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Paulo Márcio Leal de Menezes

Rio de Janeiro  
2014

Souza, Beatriz Cristina Pereira de.

S719n

Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade / Beatriz Cristina Pereira de Souza. -- Rio de Janeiro, 2014.

161 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Orientador: Paulo Márcio Leal de Menezes.

1. Nomes Geográficos. 2. Cartografia Histórica. 3. Petrópolis/RJ. 4. Imigração Germânica. I. Menezes, Paulo Márcio Leal de (orient.). II. Título

Ficha Catalográfica elaborada por Beatriz Cristina Pereira de Souza,  
baseada no Manual para Elaboração e Normalização de Dissertações e Teses  
SIBI/UFRJ(2012)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**BEATRIZ CRISTINA PEREIRA DE SOUZA**

Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a  
Imigração Alemã: memória e identidade

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo  
docente do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Geografia.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes (Orientador)  
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof.ª Dr.ª Manoel do Couto Fernandes  
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Cláudio João Barreto dos Santos  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Universidade Estadual do Rio de  
Janeiro (UERJ)

*Aos meus pais,  
Kátia e Washington.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste curso de mestrado, de fato, não seria possível sem a ajuda, a compreensão, o apoio e a amizade de tantas pessoas maravilhosas que fazem parte da minha vida. Assim sendo, nada mais justo do que reconhecer que este trabalho não é apenas fruto do meu esforço, mas, sem dúvida, resultado da persistência daqueles que nunca me deixaram desistir e que também não desistiram de mim.

Pela conclusão desta árdua tarefa cujo expoente é esta dissertação, agradeço, antes de tudo, a Deus que em sua infinita bondade e misericórdia me conduz e me orienta entre os caminhos e adversidades da vida.

Agradeço, também, de todo meu coração, àqueles que, no convívio diário, no seio familiar, me acolhem, acalmam, escutam e toleram nos momentos de maior nervosismo: meu noivo, Raphael, cuja paciência, carinho e palavras de incentivo foram essenciais ao longo de toda a pós-graduação; meus pais, Washington e Kátia, e minha irmã, Déborah, que sempre me deram todas as condições necessárias para que eu pudesse estar em um curso de mestrado e que nunca hesitaram em me apoiar e a demonstrar que acreditavam em mim. Saibam que o amor que sinto por vocês é gigante e que a recíproca que recebo é o que me sustenta. Aos meus sogros, tios e demais familiares também agradeço pelo apoio e torcida.

Especialmente, transmito minha gratidão aos queridos professores e amigos Paulo Márcio Leal de Menezes e Manoel do Couto Fernandes que à frente do Laboratório de Cartografia (GEOCART) da UFRJ, onde essa pesquisa nasceu, amparam seus alunos e trabalham com esmero. Ao prof<sup>o</sup>. Menezes agradeço pela orientação, pela paciência e compreensão ao longo da realização deste curso apesar dos meus contratempos, pelo apoio na aquisição dos materiais necessários a essa pesquisa, e, também, por lá no início da minha graduação ter me apresentado aos nomes geográficos que, desde então, me acompanham na vida acadêmica e, hoje, para minha feliz surpresa, estão no meu cotidiano profissional. Ao prof<sup>o</sup>. Manoel agradeço por todo o incentivo, pelo entusiasmo com o tema, pela calma e confiança que me passou quando eu achei que não seria capaz de concluir a dissertação, pelas dicas bibliográficas, por ter me acompanhado nas idas à Petrópolis, enfim pela essencial ajuda.

Nesse sentido, não poderia deixar agradecer a todos os colegas do GEOCART que com maior ou menor proximidade, me ajudaram de alguma maneira. Em especial, agradeço às minhas colegas de turma Tatiana de Sá e Pamela Dionísio que sempre se

apresentaram dispostas a me ouvir e ajudar e às queridas Bruna Miceli e Alessa Fávero que me auxiliaram no início desta pesquisa. Aos alunos de graduação, Tiago Boruchovitch e Ingrid Didier que, na reta final dessa jornada, se mostraram grandes parceiros de trabalho, agindo de forma atenciosa e empenhada. Também registro meu agradecimento ao Allan Nauê que me auxiliou na pesquisa de bibliografias em instituições de Petrópolis.

De forma substancial, agradeço ainda aos príncipes Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança e Dom Francisco Humberto de Orleans e Bragança que abriram as portas da Companhia Imobiliária de Petrópolis de forma muito atenciosa e me deram acesso a materiais cujo valor histórico é enorme. Nesse âmbito, registro a ajuda da Sra. Norma Daldin, funcionária da Companhia há vários anos, e cuja memória e profundo conhecimento dos acervos levavam à uma belíssima viagem pela história de Petrópolis.

Outra instituição que merece minha lembrança é o Museu Imperial que, no início de minhas pesquisas, me recebeu de forma bastante cordial e me apresentou as peças de seu acervo. Agradeço ao diretor Maurício Vicente Ferreira Jr. por esta oportunidade.

Reitero também minha gratidão aos colegas do meu novo grupo de trabalho, o Centro de Referência em Nomes Geográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Cláudio João (querido entusiasta do assunto), Vania Nagem, Ana Resende e Márcia Mathias, que, mesmo nesse curto tempo de convívio, me apoiaram e me ajudaram sobremaneira para que esta dissertação fosse concluída.

À todos vocês, meu muitíssimo obrigada!

“Tudo aconteceu num certo dia,  
Hora de Ave-Maria, o universo vi gerar.  
No princípio, o verbo se fez fogo,  
Nem atlas tinha o globo,  
Mas tinha nome o lugar.”

Pedro Munhoz – Canção da Terra

## RESUMO

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. **Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, 161p.

Os nomes geográficos, através da compreensão de suas origens e motivações, permitem que se estabeleçam diversas relações com os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e naturais da área a que se referem. O estudo dos topônimos, por seu aspecto essencialmente espacial é, portanto, passível de ser apropriado pela ciência geográfica visto que os nomes geográficos tem muito a contar sobre a história territorial e as relações que se desenvolvem entre os indivíduos e o lugar. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende apresentar um amplo estudo acerca dos topônimos existentes em Petrópolis, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Esta cidade, hoje conhecida por seu potencial turístico, possui sua história vinculada diretamente com os planos da Corte Imperial no século XIX que ali decidiu construir seu Palácio de Verão. Para tal teve grande importância a participação de imigrantes alemães que, comandados pelo Major Koeler, trabalharam na edificação desta cidade planejada. Dessa forma, à luz dos conceitos de identidade, lugar e memória, pretende-se analisar os nomes geográficos petropolitanos constantes de plantas históricas referentes ao período de sua fundação, em meados do século XIX, e também os existentes em mapeamentos da atualidade buscando correlações destes com o grupo de imigrantes mencionado. A metodologia emprega técnicas de geoprocessamento que potencializam e incrementam as avaliações e que, contudo, ainda são pouco exploradas em análises qualitativas como é o caso da toponímia. Além disso, utiliza múltiplas temporalidades e escalas espaciais de análise. Os resultados revelam que nas plantas históricas há predominância de nomes geográficos transplantados que fazem alusão à localidades alemãs, vinculando diretamente a toponímia à construção de uma identidade pelo grupo migrante em seu novo espaço de vivência. Além disso, percebe-se que alguns desses nomes permanecem presentes no cotidiano dos petropolitanos sendo ainda fortemente utilizados. Ressalta-se ainda a modificação dos padrões de características toponímicas como origem cultural e motivação toponímica quando o recorte espacial, momento histórico e/ou o tipo de feição nomeada são alterados nas análises.

**Palavras-chave:** Nomes Geográficos, Cartografia Histórica, Imigração Alemã, Petrópolis/RJ.

## ABSTRACT

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. **Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, 161p.

Place names, through the understanding of its origins and motivations, allow us to establish various relationships with cultural, social, political, economic and natural aspects of the referred area. The toponym study and its essentially spatial aspect are therefore likely to be appropriate for the geographical science as place names have a lot to tell about the territorial history and the relationships that were developed between individuals and the place their relate to. This study focuses on the place names of Petropolis, a city in a mountainous region of the state of Rio de Janeiro, which is nowadays known for its touristic potential, but was once directly tied to the plans of the Imperial Court in the nineteenth century, when the Emperor decided to build his summer palace in that place. The participation of German immigrants, commanded by Major Koeler, working in the construction of this planned city, had great importance. Thus, under the light of identity, place and memory concepts, the research intends to analyze Petrópolis' geographical names found in historical cartographic documents of the mid-nineteenth century and also the ones extracted from current mappings, searching to correlate the toponyms to the mentioned immigrant group. The methodology uses GIS techniques which enhance and improve the evaluations but are still little explored in qualitative analyzes such as in the analyzes of place names. In addition, the methodology uses multiple temporalities and spatial scales of analysis. The results show the predominance in historical cartographic documents of transplanted geographical names of German locations, directly linking the place names to the construction of an identity by the immigrant group in its new living space. Moreover, it is noticed that some of these names remain in everyday use at present in Petrópolis. It is worth noting that patterns of cultural origin and toponymic motivation change according to the spatial area, historical moment and/or the type of feature analyzed.

**Keywords:** Place Names, Historical Cartography. German Immigration, Petrópolis/RJ.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de Petrópolis/RJ.....	6
<b>Figura 2:</b> Mapa com os limites atuais dos distritos de Petrópolis.....	7
<b>Figura 3:</b> Planta da Vila Imperial, área urbana planejada de Petrópolis, elaborada por Koeler e datada de 1846.....	22
<b>Figura 4:</b> Planta Original de Petrópolis e seus Quarteirões em 1846, elaborada por Koeler.....	23
<b>Figura 5:</b> Planta de Petrópolis e seus novos Quarteirões em 1861, assinada pelo Major Taunay.....	24
<b>Figura 6 –</b> A Toponímia e a perspectiva geográfica de análise privilegiada.....	39
<b>Figura 7 –</b> Etapas metodológicas.....	56
<b>Figura 8:</b> Diferentes escalas e temporalidades dos insumos cartográficos.....	57
<b>Figura 9:</b> Planta Koeler em sua moldura e o esboço das cenas.....	58
<b>Figura 10:</b> Processo de georreferenciamento através do <i>software</i> ArcGis 10.1: (a) Planta Koeler; (b) Planta Taunay.....	60
<b>Figura 11:</b> Resultado da Validação do Georreferenciamento, Planta Koeler.....	61
<b>Figura 12:</b> Resultado da Validação do Georreferenciamento, Planta Taunay.....	61
<b>Figura 13:</b> Feições vetorizadas da Planta Koeler e sua tabela de atributos.....	63
<b>Figura 14:</b> Feições vetorizadas da Planta Taunay e sua tabela de atributos.....	64
<b>Figura 15:</b> Extração dos nomes geográficos das plantas históricas – Exemplo da Planta Koeler.....	65
<b>Figura 16:</b> BDG associado aos nomes geográficos extraídos – Exemplo da Planta Koeler.....	66
<b>Figura 17:</b> Uma das folhas 1:50.000 utilizada: Carta Topográfica de Petrópolis.....	67
<b>Figura 19:</b> Gráfico com a distribuição dos nomes geográficos na escala de 1:50.000 segundo sua origem cultural.....	70
<b>Figura 20:</b> Gráfico com a classificação dos nomes geográficos, na escala 1:50.000, segundo categoria de motivação toponímica.....	72

<b>Figura 21:</b> Quarteirões e Vilas presentes na Planta Koeler e seus respectivos nomes geográficos.....	74
<b>Figura 22:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos de acordo com a motivação toponímica – Quarteirões e Vilas, Planta Koeler. ....	79
<b>Figura 23:</b> Quarteirões e Vilas presentes na Planta Taunay e seus respectivos nomes geográficos.....	80
<b>Figura 24:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos de acordo com a motivação toponímica – Quarteirões e Vilas, Planta Taunay. ....	84
<b>Figura 25:</b> Localização atual dos nomes geográficos transplantados da Alemanha que se fizeram presentes em Petrópolis.....	87
<b>Figura 26:</b> Análise cruzada dos dados de origem e destino das famílias alemãs. ....	90
<b>Figura 27:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Koeler de acordo com a origem cultural. ....	91
<b>Figura 28:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Koeler de acordo com a motivação toponímica.....	91
<b>Figura 29:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Taunay de acordo com a origem cultural.....	92
<b>Figura 30:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Taunay de acordo com a motivação toponímica.....	93
<b>Figura 31:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos de feições hidrográficas presentes na base 1:10.000 de acordo com a origem cultural. ....	95
<b>Figura 32:</b> Gráfico da classificação dos nomes geográficos de vias presentes na base 1:10.000 de acordo com a origem cultural. ....	97
<b>Figura 33:</b> Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Hidrografia.....	100
<b>Figura 34:</b> Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Vias. ....	101
<b>Figura 35:</b> Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Hidrografia e Vias.....	102

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de Colonos Alemães chegados ao Rio de Janeiro com destino à Petrópolis no ano de 1845. ....	34
<b>Tabela 2:</b> Classificação das Motivações Toponímicas estabelecida por Dick, 1990. ...	44
<b>Tabela 3:</b> Verificação das Plantas Koeler e Taunay em relação ao PEC. ....	62
<b>Tabela 4:</b> Total de topônimos analisados, extraídos do Mapeamento Sistemático Brasileiro na escala 1:50.000.....	70
<b>Tabela 5:</b> Nomes Transplantados que sofreram tradução – Plantas Koeler e Taunay ..	86
<b>Tabela 6:</b> Distribuição das famílias imigrantes alemães segundo aldeia de origem ....	89
<b>Tabela 7:</b> Nomes geográficos de feições hidrográficas (base 1:10.000) por classe de motivação toponímica.....	96
<b>Tabela 8:</b> Nomes geográficos de vias (base 1:10.000) por classe de motivação toponímica.....	98

## LISTA DE SIGLAS

BDG – Banco de Dados Geográficos

BNGB – Banco de Nomes Geográficos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SIG – Sistema de Informações Geográficas

*UNGEGN – United Nations Group of Experts on Geographical Names*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 PETRÓPOLIS: DO SONHO DE D. PEDRO I AO PLANO KOELER .....</b>	<b>5</b>
1.1 Os primórdios da ocupação na região da Serra da Estrela .....	7
1.2 O Encantamento de D. Pedro I .....	12
1.3 A <i>Versailles</i> brasileira e seu projeto urbanístico .....	16
<b>2 A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO BRASIL: BREVE CONTEXTO .....</b>	<b>25</b>
2.1 Os Germânicos em Petrópolis .....	31
2.1.1 Um pouco sobre o Major Koeler .....	35
<b>3 DISCUSSÃO TEÓRICA.....</b>	<b>37</b>
3.1 A Abordagem Histórica na Geografia e na Cartografia .....	37
3.2 Toponímia.....	38
3.2.1 Motivação Toponímica.....	43
3.2.2 Topônimos Transplantados.....	45
3.2.3 Exônimos e Endônimos .....	46
3.3 Lugar.....	48
3.4 Identidade do Lugar.....	49
3.5 Memória e Lugares de Memória .....	52
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>55</b>
4.1 Aquisição e Preparo dos Documentos Cartográficos .....	56
4.1.1 Plantas do Século XIX.....	57
4.1.2 Bases Cartográficas Contemporâneas .....	66
4.2 A Construção das Análises Toponímicas .....	68
<b>5 ANÁLISES TOPONÍMICAS .....</b>	<b>70</b>
5.1 A Toponímia Petropolitana Contemporânea – Uma Macro Avaliação.....	70
5.2 Os Nomes Geográficos dos Quarteirões e Vilas de Petrópolis no século XIX ....	72
5.2.1 Planta Koeler .....	72

5.2.2 Planta Taunay .....	79
5.2.3 Os nomes geográficos transplantados.....	85
5.2.4 Considerações acerca da origem dos imigrantes alemães .....	88
5.3 Os Nomes Geográficos das Feições Hidrográficas e Vias de Petrópolis: diferentes escalas e temporalidades.....	90
5.3.1 Os Nomes Geográficos de Feições Hidrográficas e Vias das Plantas Históricas .....	90
5.3.2 Os Nomes Geográficos Feições Hidrográficas e Vias da Base Cartográfica Atual, na escala 1:10.000.....	94
5.3.3 Padrões Espaciais Toponímicos .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>

## INTRODUÇÃO

Os nomes geográficos, através da compreensão de suas origens e motivações, permitem que se estabeleçam diversas relações com os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e naturais da área a que se referem. A área do conhecimento que se dedica ao seu estudo – a Toponímia – possui caráter multidisciplinar, apresentando relevância na Geografia, Cartografia, História, Linguística, Antropologia, entre outras.

O Grupo de Peritos em Nomes Geográfico das Nações Unidas (*UNGEGN*, sigla em inglês) define topônimos como “nomes próprios aplicados a feições topográficas, sejam elas terrestres (nomes geográficos) ou extraterrestres”. Diante do escopo dessa pesquisa, em que são analisados basicamente nomes de localidades, bairros, ruas e feições hidrográficas, os topônimos são entendidos como sinônimos de nomes geográficos. Tais designações individualizam o espaço conferindo-lhe uma identidade própria que o diferencia do seu entorno.

O ato de nomear é essencialmente uma atividade humana e, dessa forma, traz consigo uma série de características que remetem a quem (indivíduo ou grupo) o nomeou. Sendo assim, resgatar as motivações que levaram à designação pode evidenciar, entre outros aspectos, como se deu a sucessão de ocupação de um determinado território e as questões estratégicas envolvidas. Dessa forma, a análise desses objetos se mostra fundamental na medida em que auxilia a construção de um conhecimento que tem como base a formação do local e sua evolução até a atualidade. Pode-se afirmar ainda que os nomes geográficos mostram as relações que se definem sobre o espaço.

A toponímia brasileira pelas características do processo de formação do país é bastante rica, desvendando um amplo campo de pesquisa. Sobre tal diversidade Dick (1982) afirma que:

“Estruturada a partir dos elementos formadores da etnia brasileira, a nomenclatura geográfica do território apresenta-se tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo; em sua gama variada (...) releva, para o estudioso, muito do passado da terra e da gente que aqui viveu (...).” (DICK, 1982, p.22)

Ressaltando as ciências geográfica e cartográfica verifica-se que o estudo dos nomes geográficos possui grande importância para as mesmas uma vez que:

“refletem o caráter de uma paisagem humanizada, através de uma personificação própria, que a individualiza e a diferencia de qualquer outra área, passando, assim, a se constituir em uma linguagem geográfica fundamental que evidencia diversos aspectos sobre o espaço” (MENEZES; SANTOS, 2006, p. 194).

Além disso, a toponímia é primordial para que os documentos cartográficos consigam comunicar o discurso a que se propõem, podendo afirmar nesse sentido que:

“os nomes geográficos são exatamente isso: a verdadeira alma de uma representação cartográfica. Num simples par de coordenadas, posicionador de qualquer feição geográfica, não existe, história; aspectos antro-culturais, lingüísticos e etnolingüísticos; socioeconomia e jogos de poder.” (SANTOS, 2008, p.4)

Esta temática é alvo de intenso debate no âmbito internacional, sobretudo no que diz respeito à padronização dos nomes geográficos. Nesse sentido, destaca-se a atuação ativa da Organização das Nações Unidas através do Grupo de Peritos em Nomes Geográficos. No âmbito nacional, ressalta-se o Centro de Referência em Nomes Geográficos vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que, no ano de 2011, consolidou e disponibilizou o Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB). Contudo, a produção acadêmica brasileira, especificamente, no que concerne a ciência geográfica, ainda se encontra carente, existindo amplos campos de pesquisas e lacunas a serem preenchidas, especialmente, na perspectiva de análise que compreende a toponímia como uma forma simbólica espacial.

Diante do que foi exposto surgem alguns questionamentos que orientam esta dissertação. A primeira indagação, geral e ampla, acerca do objeto de estudo definido é a seguinte:

“Como ocorreu o batismo das feições geográficas no início de implantação do Plano ‘Povoação-Palácio de Petrópolis’, também chamado Plano Koeler, no início da década de 1840? Que denominações foram escolhidas e com que finalidade? Quais são as influências dos imigrantes ali presentes?”

Esse questionamento volta-se para os nomes que aparecem nas primeiras plantas do major Koeler e que constituem os primeiros registros da organização espacial idealizada para a cidade de Petrópolis. A partir da correlação entre origem cultural e toponímia busca-se avaliar se os nomes geográficos refletiram a majoritária presença estrangeira na região e quais as finalidades de determinadas nomenclaturas. Assim,

busca-se compreender se os nomes geográficos, enquanto expressão cultural, possuem associação com a construção do espaço por uma população imigrante.

Outras questões secundárias também se apresentam:

“Quais relações podem ser estabelecidas entre os nomes geográficos de origem estrangeira, por exemplo, germânica, encontrados na Petrópolis de meados do século XIX com os locais de origem da população imigrante?”

A avaliação que envolve essa questão procura entender como os topônimos podem ser empregados como forma de apropriação afetiva do lugar, remontado à espaços de vivências anteriores. Propõe ainda averiguar como tais relações contribuem para a construção de uma identidade do lugar. Esse questionamento está direcionado aos nomes transplantados.

“Que motivações toponímicas se apresentaram no momento de criação de Petrópolis?”

Essa indagação remete às taxionomias toponímicas trabalhadas por Dick (1990) e pretende apoiar na compreensão de quais foram os impulsos para a escolha dos nomes empregados. Com essa classificação, tipicamente realizada pela lingüística, pretende-se completar as análises e ressaltar sua especial valia para a análise toponímica tanto geográfica como de qualquer outra natureza.

“Como se encontram dispostos e quais as características dos nomes geográficos presentes atualmente em Petrópolis? A histórica presença alemã na cidade se faz presente através dos topônimos?”

Este último questionamento evidencia o caráter temporal das denominações que, propensas à mudanças devido a alterações do contexto sócio-espacial a que estão envolvidas, podem, até mesmo, desaparecer. Debate também como a identidade de lugares podem ser desfeitas ou recriadas.

Assim sendo, visando responder à esses questionamentos, a presente pesquisa tem como objetivo principal levantar e analisar os nomes geográficos de Petrópolis, município fluminense, referentes ao início de sua fundação em meados do século XIX e também os existentes na atualidade. Pretende-se, ainda, verificar como se deu a nomeação das principais feições no contexto do plano urbanístico criado pelo engenheiro alemão Julio Frederico Koeler que norteou toda a ocupação inicial da cidade em questão. Almeja-se avaliar também como os topônimos foram empregados na construção de identidades nesse espaço e se eles funcionaram como instrumentos capazes de gerar proximidade e resgatar aspectos do local de origem do grupo de

imigrantes alemães que ali se fixaram. Através da avaliação das motivações toponímicas, serão investigadas ainda as relações que os grupos sociais estabelecem com o espaço que habitam. Busca-se também inventariar e analisar os aspectos dos nomes geográficos que estão presentes nos dias de hoje em Petrópolis.

A fim de melhor direcionar ao alcance desses objetivos, a presente dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro deles, conta a história da cidade de Petrópolis cujo cenário é o palco escolhido para o desenvolvimento da pesquisa e cuja trajetória, desde as origens de sua ocupação no século XVII até sua consolidação como o local de vilegiatura da Família Imperial, apresenta seu papel peculiar no contexto nacional. A segunda seção se propõe apresentar, em linhas gerais, como ocorreram os fluxos migratórios de colonos germânicos para o Brasil no século XIX, especificamente para a região serrana fluminense. Acredita-se ser importante entender qual o caminho percorrido pelos imigrantes cujo papel desempenhado na edificação de Petrópolis foi essencial. Esses segmentos iniciais buscam delinear o contexto ao qual o objeto de estudo está inserido.

Em seguida, os capítulos 3 e 4 buscam fundamentar a pesquisa, tratando, respectivamente dos conceitos e procedimentos metodológicos adotados. Dentre os conceitos escolhidos para trabalhar a temática, destacam-se, dentre outros, o de lugar e o de memória. Sendo uma pesquisa que recorre à documentos e fatos de um momento pretérito, a utilização de técnicas de geoprocessamento na metodologia se mostra um importante viés para potencializar as análises.

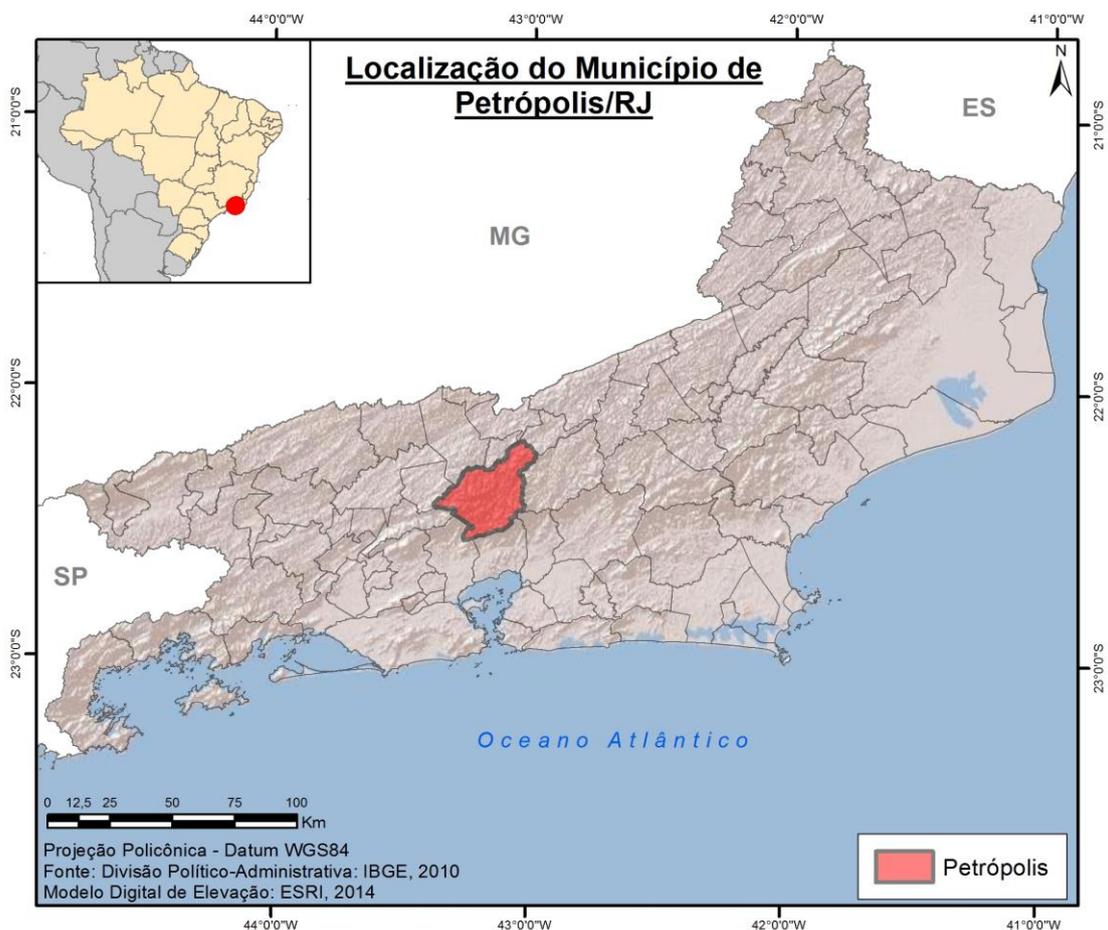
O último bloco busca apresentar às respostas aos questionamentos levantados no processo de concepção da pesquisa. O capítulo 5 traz as análises toponímicas realizadas e as correlações dela depreendidas. E as “Considerações Finais” buscam se apropriar de maneira coerente e integrativa das construções teóricas e metodológicas empregadas além de apresentar um balanço sobre a pesquisa realizada.

# **1 PETRÓPOLIS: DO SONHO DE D. PEDRO I AO PLANO KOELER**

A cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro (Figura 1), com 297.888 habitantes e uma área de 795,8 km<sup>2</sup><sup>1</sup>, hoje conhecida por seu potencial turístico, possui sua história vinculada diretamente com os planos da Corte Imperial no século XIX. Essa história atrelada aos planos do Imperador é a responsável pelas peculiaridades da cidade que guarda em seus traçados e arquitetura marcas de tempos de outrora. Petrópolis possui, portanto, especial cuidado na preservação não só de seu patrimônio natural – está fincada na vultosa mata atlântica – como também dos seus diversos patrimônios culturais. A vocação inegável de Cidade Imperial, denominação largamente lembrada por seus moradores e também por estudiosos e turistas, foi assegurada oficialmente em decreto de 6 de março de 1981 pelo então Presidente da República João Figueiredo que confere este título à Petrópolis, contribuindo sobremaneira para sua valorização.

---

<sup>1</sup> Informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do portal Cidades@, 2013.



**Figura 1:** Mapa de Petrópolis/RJ.

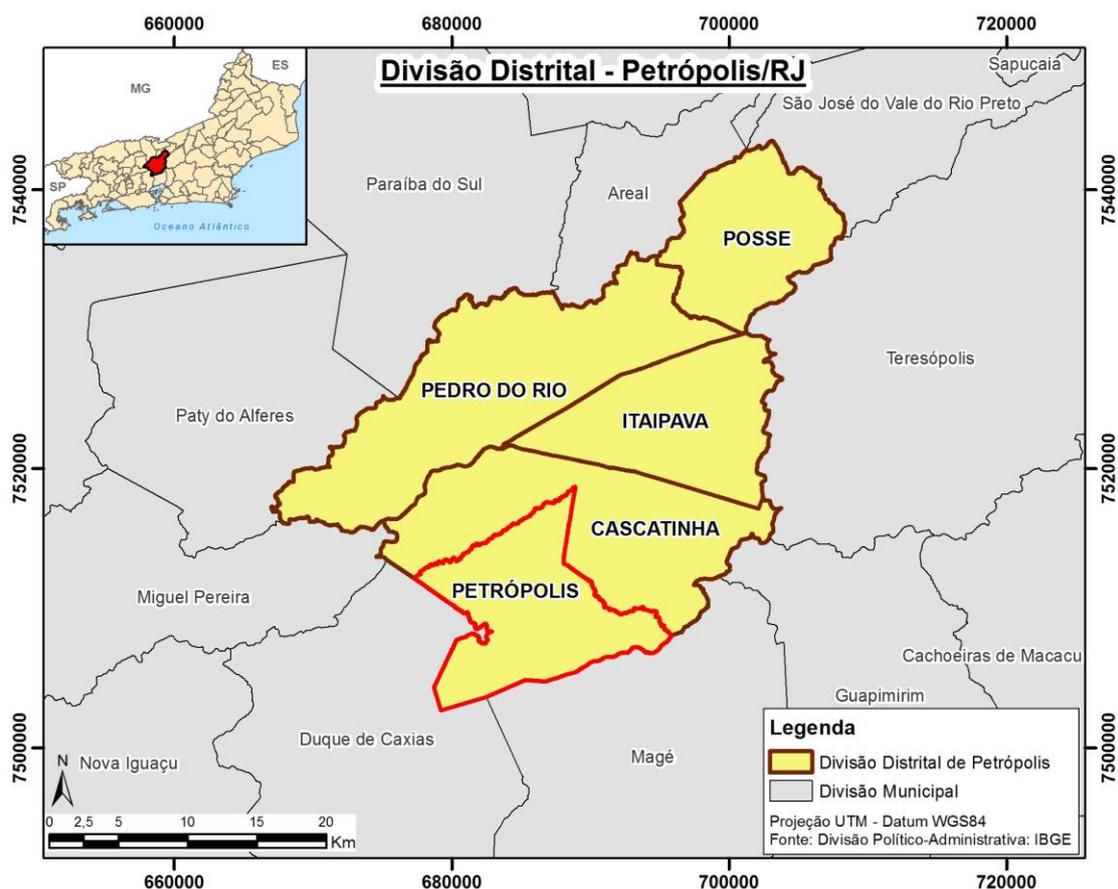
Como será verificada adiante, a fundação da cidade de Petrópolis fugiu da tradição brasileira de criação de vilas e cidades. Tradição esta expressa por Fróes (2006) como:

“um movimento espontâneo de povoamento’ quando numa certa localidade tinha início um processo de aglutinação gradativa de determinados indivíduos, em torno de um objetivo comum. A partir daí, aquela comunidade embrionária prosseguia, passo a passo, em busca dos patamares mais elevados de uma cadeia evolutiva, passando pelas situações de Arraial - ou Povoação -, Vila e Cidade.” (FRÓES, 2006)

Contrastando a essa gênese, Petrópolis foi idealizada e planejada para ser a residência de verão da Família Imperial, nesse sentido, sua expressiva importância fez ainda com que chegasse à condição de cidade sem ter nunca sido uma vila. Apresentando toda a riqueza dessa história petropolitana, Pedrosa (2007) salienta que:

“Petrópolis nasceu no século XIX com um traçado definido, que fugia da influência francesa da época, tornando-se singular também neste aspecto. Foi o local favorito da Corte Imperial, tendo aqui o Imperador [D. Pedro II] passado quarenta verões em estadias que se prolongavam, às vezes, durante seis meses. Foi capital federal de 1894 a 1903, e residência de verão de diversos presidentes da república. Sua importância política é inegável (...).” (PEDROSO, 2007)

Na divisão atual de distritos da cidade, a área planejada que abrigou os quarteirões e as vilas do Plano-Palácio de Petrópolis está inserida no primeiro distrito, denominado Petrópolis (Figura 2). Portanto, é neste recorte distrital que as análises toponímicas foram concentradas.



**Figura 2:** Mapa com os limites atuais dos distritos de Petrópolis.

### 1.1 Os primórdios da ocupação na região da Serra da Estrela

Antes, contudo, de adentrar nos detalhes da fundação de Petrópolis, serão apresentados aqui os primórdios da ocupação da área que futuramente abrigaria a referida cidade.

Apesar da proximidade das terras hoje petropolitanas com um dos principais pólos políticos e econômicos do Brasil-Colônia, o Rio de Janeiro, sua efetiva ocupação se deu de forma tardia. Por quase dois séculos após o descobrimento do Brasil, essa região ficou na posse os índios coroados, ficando conhecida, inclusive, como “Sertão dos Índios Coroados”. Corroborando com estas assertivas a seguinte afirmação de Taulois (2007):

“A Serra da Estrela<sup>2</sup>, onde se encontra Petrópolis, era praticamente desconhecida pelos colonizadores portugueses nos primeiros 200 anos de colonização, salvo por alguma expedição exploratória para tomar posse de sesmarias. Isso, por causa do enorme paredão montanhoso de mais de 1000m de altura que tinha que ser vencido para se chegar até lá; e, também, pela presença dos bravios índios Coroados que habitavam serra acima.” (TAULOIS, 2007)

Nessa região da Serra da Estrela, há registros de doações de sesmarias durante a segunda metade do século XVII, tal prática era comum a todo o restante da colônia e constituía a forma de controlar e ocupar o território adotada pela metrópole portuguesa. Entretanto, pelas dificuldades do sítio já mencionadas, o processo de ocupação dessa porção da serra fluminense não se encontrava dentre os objetivos primordiais dos projetos portugueses e, portanto, não era efetivo:

“As demarcações dessas sesmarias, eventualmente, penetravam serra acima, porém, isso não significava efetivo desbravamento dessa banda da serra do mar; pois esta permaneceria como estremadura assustadora e limitante do recôncavo da Guanabara.” (AMBROZIO, 2008, p.128)

Essa doação de terras se torna efetiva após o vislumbre da possibilidade de se chegar às Minas Gerais através da travessia da Serra da Estrela no fim do século XVII. Tal fato apresenta-se como uma grande possibilidade de dinamizar e incrementar a economia portuguesa visto que este “Caminho Novo” promoveria a “ligação direta entre o promissor Pólo Produtor de Ouro [as Minas Gerais] e o mais importante Pólo Comercial e de Exportação da Colônia [o Rio de Janeiro]” (Fróes, 2006) reduzindo a menos da metade o tempo gasto nesta viagem. A partir de então persiste a concessão de terras nesta área:

---

<sup>2</sup> A porção da Serra do Mar onde está situada Petrópolis era chamada de Serra da Estrela. Tal nome, segundo Rabaço (1985 p. 3), “originou-se do planeta Vênus, brilhante astro vespertino que desponta sobre a região serrana logo que o Sol se põe e que era importante marco de orientação noturna para os antigos viajantes”.

“Em meados de 1698, o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, firmou um acordo com o sertanista Garcia Rodrigues Paes para abertura de um novo Caminho Geral - via oficial do interesse da Administração Geral - ligando diretamente os ‘campos auríferos’ ao Porto do Rio de Janeiro, medida essa que, brevemente, iria desencadear um vigoroso processo de ocupação, exploração e povoamento das terras ao longo da pretendida via.” (FRÓES, 2006)

Esta rota – oficialmente denominada de Caminho Geral das Minas de Ouro – foi concluída com extrema competência e rapidez por Garcia Rodrigues Paes que tendo a iniciada em 1698, entregara no ano seguinte finalizada a picada que atravessava a Serra do Mar. Como Taulois (2007) salienta esta abertura compunha “uma rede de importantes caminhos do Brasil Colonial aos quais era dado o nome de Estrada Real”. Contudo, em seu trecho final de chegada ao Rio de Janeiro (nas proximidades da Serra do Couto, entre o fundo da Baía de Guanabara e as montanhas, onde hoje se localiza o município de Xerém), o “Caminho Novo” apresentava muitas dificuldades de travessia, gerando descontentamento entre os usuários e alguns prejuízos oriundos da perda de animais tropeiros no trajeto, sobretudo, em trechos que exigiam o cruzamento de cursos d’água. Dessa maneira, o “Caminho Velho”, mais longo, que passava por Paraty e Taubaté, ainda era utilizado como via alternativa. Ressalta-se que ambos os caminhos possuíam uma parte terrestre e uma parte marítima<sup>3</sup>.

Por volta de 1720, o recém-chegado Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha, determinou, com o objetivo de tornar a rota entre Minas Gerais e Rio de Janeiro pela Serra do Mar exclusiva, a construção de uma variante no Caminho Novo a fim de eliminar os trechos de dificuldade no fim do mesmo. Esta variante tratava-se de um atalho que cruzava a bacia do Rio Piabanha até atingir o Rio Inhomirim (especificamente, o Porto da Estrela) no fundo da Baía de Guanabara, passando, portanto, pelas terras onde, praticamente um século mais tarde, se ergueria a cidade de Petrópolis. O Sargento-mór Bernardo Moraes de Proença, que se oferecera para a tarefa foi o responsável por essa nova empreitada.

A construção do novo traçado ocasionou a ocupação das denominadas “terras serra acima” com a doação de sesmarias ao Sargento-mór Bernardo Soares de Proença e o Sargento-mór Luiz Peixoto da Silva, sobre estas doações Fróes descreve que:

“A Quadra-Padrão conferida a Bernardo Soares de Proença - Carta de Sesmaria de 11.VI.1721 - foi locada a partir do ‘alto da Serra do Mar’, adiante do limite norte da pioneira Sesmaria dos Mattos (1686), e findava no

---

<sup>3</sup> Ver mapas de Rabaço (1985) no Anexo A.

ponto de confluência do Rio Tamaraty com o Rio Piabanha. Desde seu início, ela ficou conhecida como **Sesmaria Tamaraty [do Itamarati]**. Para demarcar sua propriedade, Bernardo Soares de Proença estabeleceu ao sul o Marco do Alto da Serra e ao norte o Marco do Tamaraty.

A Quadra-Padrão conferida a Luiz Peixoto da Silva - Carta de Sesmaria, também, de 11.VI.1721 - deveria ser instalada logo em seguida à de Bernardo de Proença, ficando dividida ao meio pelo eixo do pretendido Caminho Geral<sup>4</sup>. Porém, devido às peculiaridades topográficas daquela área, teve o seu núcleo instalado mais adiante, nas cercanias da confluência de dois tributários do Rio Piabanha, logo depois, cognominados Rio da Cidade e Rio Araras.” (FRÓES, 2006)

O atalho foi concluído em 1725 e, nas palavras de Ambrozio (2008), esta rota pode ser considerada “o ponto zero de inúmeras sesmarias nas terras da futura Petrópolis” ainda que sesmarias anteriores, especificamente as de Francisco de Matos Filgueira e de João Matos de Souza doadas em 1686, tocassem parte da futura área petropolitana. Esse traçado variante que ficou conhecido como “Caminho da Serra da Estrela” constitui-se no principal estímulo para o povoamento sesmeiro nesta área da Serra do Mar. Assim sendo, nas palavras de Fróes (2006) a construção desta variante representa “a gênese do território petropolitano”. Destaca-se que a configuração do Caminho Novo e sua variante foi um marco histórico não só para Petrópolis, mas para todas as cidades que surgiram em virtude da nova dinâmica que essas rotas trouxeram, tais como: Juiz de Fora, Barbacena e São João Del Rei.

Dessa maneira, no início da década de 1730 já haviam sido estabelecidas seis ocupações efetivas naquela região da Serra do Mar, a saber: Sesmaria do Itamarati, Sesmaria Rio da Cidade/Paciência, Sesmaria Araras, Sesmaria das Pedras, Roça do Secretário e Sesmaria de Francisco Rodrigues Távora<sup>5</sup>.

A variante do Caminho Novo proporcionou a intensificação da busca de ouro nas Minas Gerais e consolidou-se como rota exclusiva para escoamento do minério que se dava pelo Rio de Janeiro onde era recolhido o “Quinto Real”. Tal fato aumentou consideravelmente o pouso de viajantes e tropas, fazendo com que esses núcleos criados ao longo da travessia passassem a desenvolver atividades ligadas a presença desses indivíduos, tais como: hospedarias para pouso e alimentação dos viajantes, serviço de estiva para travessia de rios, entre outros. Esses núcleos contribuíam ainda para a manutenção e conservação do Caminho. De fato, a ocupação dessas terras atendia aos objetivos delineados pela Coroa no ato da concessão das sesmarias, a saber:

---

<sup>4</sup> Essa área ficou conhecida como Sesmaria Rio da Cidade.

<sup>5</sup> Ver Anexo B.

- “a) manter permanentemente conservada a importante via de comunicação terrestre entre as Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro, através da Serra do Mar;
- b) proporcionar albergue e alimentação para funcionários, tropeiros e animais de cargas em trânsito permanente pelo Caminho Novo;
- c) facilitar, nos locais adequados o serviço de estiva para a travessia dos rios com auxílio de canoas;
- d) construir e conservar pontes sobre os rios menos caudalosos;
- e) promover o Cristianismo, de acordo com os princípios d Padroado Real, segundo o entendimento de que cabia tanto ao Rei como a seus súditos a propagação do ‘Reino de Deus’.” (RABAÇO, 1985, p. 12)

Taulois (2007) reitera que o Caminho Novo ditava o desenvolvimento da região e que, portanto, a definição do traçado da variante criada por Proença modificou o eixo de dinamismo, deixando marcas na organização espacial dessa área: “se ele [Proença] não tivesse aberto a Variante do Caminho Novo passando pelo Córrego Seco, todo o desenvolvimento da nossa região teria acontecido no eixo Xerém-Paty do Alferes-Miguel Pereira-Paraíba do Sul, que era o traçado original daquela via feita por Garcia Rodrigues Paes”.

Essa perspectiva de prosperidade fazia aumentar o número de pretendentes para a aquisição de sesmarias ainda que mais afastadas do Caminho Novo. Essas doações, inicialmente, feitas em quadras de uma légua (6.600 m<sup>2</sup>) foram reduzidas, em novas concessões, para meia légua em virtude do crescimento demográfico da região. E, assim, em 1762, já não havia mais terras devolutas (Ambrozio, 2008).

Com o passar do tempo, em virtude, sobretudo, do falecimento dos proprietários das sesmarias, as mesmas foram sendo divididas em fazendas. Destacam-se aqui os casos da Sesmaria do Itamarati e do Rio Morto que se desmembraram em importantes fazendas no contexto histórico de Petrópolis.

A sesmaria do Itamarati<sup>6</sup>, que pertencia a Bernardo Soares de Proença e que viria a ser o núcleo urbano petropolitano, foi dividida em duas fazendas: a Fazenda Itamarati e a Fazenda Córrego Seco. A primeira ficou sob os cuidados do neto de Proença e se destacou como importante local de hospedagem aos viajantes que atravessavam o Caminho Novo. Já a Fazenda Córrego Seco foi criada a partir da compra por Manoel Vieira Affonso, em 1772, de parte da sesmaria em questão. Conforme Fróes ressalta esta fazenda estava “situada numa área bastante acidentada e inadequada para a agricultura” e, por isso, “não alcançou o menor sucesso como

---

<sup>6</sup> O nome Itamarati possui origem tupi-guarani e significa “rocha brilhante”, ao que tudo indica o nome faz alusão a uma bela e imponente cachoeira existente no rio de mesmo nome e que encantava a todos os que passavam peã região, sendo relatada em documentos de diversos viajantes. (Rabaço, 1985)

propriedade rural e sua única atividade registrada foi a exploração do modesto Rancho do Córrego Seco, através de suas precárias instalações”.

A Sesmaria do Rio Morto, concedida a Manuel Antunes Goulão que já possuía outra fazenda na região, deu origem a Fazenda do Padre Correia. Esta se configurou como a mais importante serra acima. O sacerdote cujo nome a fazenda levava era neto do sesmeiro citado. Conforme Ambrozio (2008) relata:

“A importância econômica da fazenda e o seu local favorável no trajeto Rio-Minas transformariam Padre Correia no maior hospedeiro serra acima: vice-reis, capitães-generais, ouvidores, regimentos, tropeiros, viajantes, estrangeiros pousaram nas terras desse homem de Deus e de grossa fortuna rural. Alcançara tamanha frequência a fazenda que a construção de nova residência foi necessária para, exclusivamente, receber seus hóspedes (...). O caso é que, com o Padre Correia, a fazenda atingiu pleno apogeu no primeiro quartel do século XIX. (...) Sua propriedade foi considerada uma das principais fazendas da província. Ao longo de mais de vinte anos manteve comércio com a cidade do Rio de Janeiro estribado em sua pomicultura, produzindo, ademais, milho, arroz e fabricando ferraduras para animais de carga e montaria.” (AMBROZIO, 2008, p. 145)

Ao fim desse relato histórico territorial, estão lançadas as bases para a compreensão de como se deu a formação espacial da cidade de Petrópolis.

## **1.2 O Encantamento de D. Pedro I**

Como visto, no início do século XIX, a Serra da Estrela, onde futuramente Petrópolis seria alocada, era marcada pela presença de extensas fazendas e pelo expressivo papel econômico e social exercido pelo caminho que ligava as Minas Gerais ao Rio de Janeiro:

“Segundo o Registro de Paraíba do Sul em 1824, a cada dia, indo e vindo, passavam em média pelo Caminho Novo 153 mulas dos tropeiros e 77 pessoas. Por ela também passaram os importantes viajantes naturalistas<sup>7</sup> dos anos 1800 como Spitz, von Martius, Saint Hilaire, Walsh, Freireys e muitos outros que, como o Barão de Langsdorff, queriam conhecer as riquezas do novo país para informar as possibilidades de exploração aos seus governos”. (TAULOIS, 2007)

Neste novo momento histórico, o chamado “ciclo do ouro” já não estava mais em seu apogeu e caminhava para uma progressiva decadência. Contudo, delineavam-se

---

<sup>7</sup> Conforme destaca Rabaço (1985, p.23): “Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o interior do Brasil foi franqueado a visita de naturalistas estrangeiros de diversas nacionalidades que saíram em expedição fim de conhecer e pesquisar a fauna e flora brasileiras”.

novas perspectivas econômicas para o Brasil no que concerne, sobretudo, a exportação de fumo, algodão, cana-de-açúcar e seus derivados e, ainda que de forma mais incipiente, o café. Essa produção volta-se basicamente ao mercado europeu. Diante desta conjuntura, o Caminho Novo passa também por mudanças que previam sua melhoria para que tornasse possível o tráfego de carros a tração animal que suportassem transportar a produção agro-pastoril das terras do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro.

Dessa maneira, em 1802, foram iniciadas obras de melhoramento no Caminho Novo sob a administração do Sargento-Mor Aureliano de Souza e Oliveira que se configuraria, então, como a Estrada Geral de Minas Gerais. No trecho fluminense as obras foram concluídas em 1809 quando já residia no Rio de Janeiro toda a Corte Portuguesa chegada no ano anterior. Cabe destacar que D. João VI visando aprimorar o caminho mandou revesti-lo, em 1815, de lajotas tornando o trecho conhecido como “Calçada de Pedra” ou “Estrada União e Indústria”, sendo esta a primeira via lajeada do Brasil.

No início deste século as fazendas da região continuaram a desenvolver seu papel de pousos para viajantes que continuavam em grande número cruzando àquelas terras, não sendo rara, conforme já visto, a presença de pesquisadores e naturalistas estrangeiros interessados em conhecer e documentar as riquezas brasileiras.

No alvorecer da década de 1820, às vésperas da independência brasileira, um ilustre personagem mudaria a trajetória da região. D. Pedro I, em março de 1822, a caminho de Minas Gerais aonde buscava “conquistar o apoio político dos mineiros, considerado imprescindível para a consecução de seus pretensiosos planos em relação à autonomia do Brasil” (Fróes, 2006), pernoitou na Fazenda do Padre Correia, tida como o melhor pouso daquela região e se encantou com aquele local. Inúmeros relatos registram a beleza e a intensa atividade agrícola que a fazenda exibia como se apresenta a seguir:

“A fazenda tem uma grande casa com capela e uma indústria de ferro onde os escravos fabricam ferraduras (...) No pomar se destacam os pessegueiros floridos.” (João Mawe, 1809 *apud* RABAÇO, 1985, p. 23)

“Na entrada um grande terreiro de seus 300 pés de comprimento e outros tantos de largura formam um adro. Duas gameleiras bravas de invulgar altura e espessura chamam a atenção dos visitantes. (...) As plantações e matas virgens próximas são cortadas por estradas. O conjunto da fazenda se parece com um parque inglês. (...) Alguns milhares de pereiras, marmeleiros e pessegueiros perfilam-se à moda européia, umas árvores junto às outras, viçosas, produzindo abundantes frutos, notáveis pelo tamanho e beleza (...)” (João Emanuel Pohl, 1818 *apud* RABAÇO, 1985, p.24)

“O padre Correia aproveitou-se da temperatura moderada da serra para cultivar grande número de plantas de origem européia. O aspecto do vale tão bem cultivado no meio das montanhas agrestes e selvagens que o cercam, tem alguma coisa de surpreendente, que encanta” (Augusto de Saint-Hilaire, 1819 *apud* RABAÇO, 1985, p.25)

“No vale do Piabanha [na Fazenda do Padre Correia] há uma vasta plantação de marmeleiros e pessegueiros e outro tanto acontece na grande várzea do Rio Morto. No prolongamento de um alto morro a cuja frente se acha situada a casa, está a oficina de ferraria em que se trabalha em dez bigornas. Existem matas virgens nas montanhas. A paisagem delicia a vista dos apreciadores da natureza com o encanto dos ipês, braúnas e arribas com suas cores amarelas. O interior da mansão nada fica a dever ao exterior grandioso. (...) Ao lado da casa uma belíssima capela com perfeitas imagens de santos e um lindo presépio. No terreiro da fazenda existe ainda uma belíssima e copada árvore (...).” (Brigadeiro Raimundo José de Cunha Matos, 1822 *apud* RABAÇO, 1985, p.25-26).

O belíssimo cenário descrito, nos anos seguintes, recebeu diversas vezes, já na condição de Imperador do Brasil, D. Pedro I. Em algumas dessas visitas, inclusive, levava consigo a Família Imperial e sua comitiva. Destaca-se uma dessas hospedagens ocorrida em 1830 visando buscar refúgio na serra em virtude de más condições de saúde da Princesa Paula Mariana, à qual se recomendou uma “mudança de ares”. Cabe abrir parêntese e mencionar que o Padre Correia tão estimado e reconhecido na região faleceu em 1824 e que sua fazenda passou à responsabilidade de sua irmã, a viúva Da. Arcângela Joaquina da Cunha Barbosa Correia da Silva Goulão, que já possuía, por herança, outras fazendas na vizinhança.

Com sua admiração pela exuberância da serra e seu clima ameno, D. Pedro I buscou a aquisição de terras na região a fim de ali construir seu Palácio de Verão<sup>8</sup>. Considerava oportuna uma residência deste tipo visto que seria uma alternativa para receber, como ressaltado por Taulois (2007), suas diversas visitas estrangeiras, sobretudo européias, que não estavam habituadas ao calor tropical. Além disso, com o novo palácio o Imperador buscava possuir um local que oferecesse condições ideais de clima, salubridade e lazer, sobretudo, no verão, quando o desconforto das altas temperaturas ao nível do mar aliado às precárias condições de saneamento da cidade do Rio de Janeiro via-se proliferar a febre amarela (Rabaço, 1985). É sabido também que a segunda esposa de D. Pedro I, D. Amélia, compartilhava das idéias do marido e do encantamento pelas características da região serrana fluminense.

---

<sup>8</sup>Ressalta-se que, quando da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, já era desejo de D. João VI construir um palácio de verão fora da Corte a fim de fugir do rigor do calor e da febre amarela. A conjuntura da época o fez escolher para tal o velho casarão do Colégio dos Jesuítas na Fazenda de Santa Cruz. (Rabaço, 1985)

Assim sendo, a primeira tentativa de D. Pedro I para aquisição de terras na Serra da Estrela consistiu em uma oferta de compra das áreas da Fazenda do Padre Correia, sua conhecida das recorrentes visitas à serra. Contudo, não obteve sucesso, uma vez que Da. Arcângela lhe negou a oferta alegando questões familiares de herança.

Assim sendo, em 1830, por indicação da própria Da. Arcângela, adquiriu uma área vizinha denominada de Fazenda Córrego Seco, pertencente ao Sargento-Mór José Vieira Afonso, localizada a montante do Rio Piabanha, afluente do rio Paraíba do Sul. Nesta negociação, D. Pedro I pagou cerca de vinte contos de réis pela propriedade que passou a denominar de Fazenda da Concórdia. Pretendia com essa nova toponímia aludir seu desejo que houvesse paz e entendimento entre a nação e a trono (Taulois, 2007). A intenção do Imperador, como já mencionado, era a de ali construir seu Palácio de Verão que, bem como a denominação conferida à fazenda, seria chamado de Imperial Palácio da Concórdia, cujo, conforme aponta Schwarcz (1999), o ar ameno da montanha romperia com o bafo úmido da corte na temporada quente. Segundo Tinoco *apud* Pedroso (2007), a nova propriedade adquirida pelo Imperador podia ser assim descrita:

“existia apenas uma casa ordinária de moradia, dois ranchos para pernoite das tropas, e duas pequenas oficinas de ferraria, principal indústria do seu então proprietário, o Major José Vieira Afonso.” (TINOCO *apud* PEDROSO, 2007)

Taulois (2007) destaca que, após essa primeira aquisição, “D. Pedro I ainda adquiriu outras propriedades no entorno, no Alto da Serra, em Quitandinha e no Retiro, ampliando a área de sua fazenda”.

Contudo, os planos de edificação da nova sede de verão do governo imperial não prosseguiram. Conforme cita Fróes (2006) “a intensificação da crise política que ameaçava a Imperial Coroa Brasileira e os problemas sucessórios da Coroa Portuguesa fizeram abortar todos os projetos para a Serra da Estrela”. Em 1831, então, ocorreu a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho que ainda criança não assumiu o governo imperial, tendo sido criada uma regência trina. Logo após o retorno para Portugal, em 1834, D. Pedro de Alcântara faleceu. A partir de então, dívidas do antigo Imperador vieram à tona e como uma das medidas de quitá-las a Fazenda da Concórdia foi arrendada à diversos credores: ainda em 1830 passou à Robert Malpas, anos depois, à

Joaquim Tinoco e, finalmente, ao major dos engenheiros Koeler (Dunlop *apud* Fridman, 2001).

### **1.3 A *Versailles* brasileira e seu projeto urbanístico**

Em 1840, chegava a maioria D. Pedro II e ainda se discutiam judicialmente questões relativas à herança deixada por D. Pedro I. Nesse contexto, o governo imperial, então, quitou as dívidas que envolviam as terras serranas adquiridas por D. Pedro I e conforme informou Schwarcz (1999) apesar de incorporada ao patrimônio nacional, a área serrana ficava pertencendo a Pedro II e seus sucessores.

Em 1843, a antiga Fazenda Córrego Seco passa a ser administrada pela mordomia da Casa Imperial. Nesse âmbito, cabe ressaltar a figura de Paulo Barbosa da Silva, mordomo da família imperial, que foi o grande responsável pela retomada do projeto de construção de um palácio de verão. O mordomo, que estava no cargo desde 1833, apresentou ao jovem Imperador um plano de ação para a custosa empreitada justificado pela necessidade de proteger as majestades imperiais de invasões de inimigos e pestes. Além disso, conforme Taulois (2007) destaca:

“O palácio de verão era uma tradição das monarquias européias. A Casa de Bragança em Portugal veraneava no Paço Real e no Palácio da Pena, ambos em Sintra. No Brasil, desde de Dom João VI, a Família Imperial passava seus verões no Convento Jesuíta de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, tentando, sem muito sucesso, se livrar do calor do clima de São Cristóvão.” (TAULUIS, 2007)

Apesar das críticas dos membros mais tradicionais da Corte que defendiam que a Família Imperial deveria continuar a passar o verão na Fazenda de Santa Cruz, D. Pedro II decidiu pôr em prática o desejo de pai, e, assim, como afirma Schwarcz (1999), “eis que um sonho acalentado pelo pai torna-se realidade nas mãos do filho”.

Ressalta-se que já neste momento o nome Petrópolis estava escolhido. Tal denominação foi sugerida por Paulo Barbosa da Silva que justifica sua escolha da seguinte maneira:

“Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei a cidade com esse nome no arquipélago e sendo o Imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome” (A. J. LACOMBE *apud* SCHWARCZ, 1999)

Ainda quanto à nomenclatura, Schwarcz (1999) destaca que a mesma poderia ter relações com a proposta de José Bonifácio datada de 1823 de construir uma nova capital do Império no interior do Brasil que deveria ser chamada de Brasilea ou Petropole.

O plano de ação para a edificação da nova residência imperial foi denominado de “Povoação-Palácio de Petrópolis”. Seu início se deu a partir do Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843, assinado por D. Pedro II, que aprovava o plano proposto pelo mordomo Paulo Barbosa da Silva e determinava o arrendamento da antiga Fazenda Córrego Seco ao major dos engenheiros, o alemão Julio Frederico Koeler. O decreto trazia diversas determinações que deveriam ser cumpridas por Koeler, abaixo segue trecho deste documento escrito por D. Pedro II, apresentando tais obrigações:

“arrendar a minha fazenda denominada “Córrego Seco” ao major dos Engenheiros Koeler pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nele se edificar um palácio para mim, com suas dependências e jardins, outro para uma povoação que deverá ser aforada a particulares, e assim como cem braças dum e outro lado da estrada geral que corta aquela fazenda, o qual também deverá ser aforado a particulares em datas ou prazos de cinco braças indivisíveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça: hei por bem autorizar o sobredito mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E outro sim autorizo a fazer demarcar um terreno para nele se edificar uma Igreja com a invocação de São Pedro de Alcântara (...) do qual terreno faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação.” (Decreto Imperial, 16 de março de 1843 *apud* RABAÇO, 1985, p. 48)

Diante do exposto, o major Koeler tornou-se, então, após assinatura da escritura em julho daquele ano, arrendatário e superintendente da fazenda, estando subordinado à mordomia da Casa Imperial. E frentes simultâneas trabalharam para atender as obrigações determinadas sob um pleno entrosamento da Mordomia da Casa Imperial e o Governo da Província do Rio de Janeiro. Harmonia esta que contou com o papel essencial de Paulo Barbosa da Silva que, influente, possuía excelentes relações políticas.

Ressalta-se que antes mesmo do arrendamento da Fazenda Córrego Seco, o major Koeler fora também designado para reformar a estrada Calçada de Pedra da Serra da Estrela, construída na primeira década do século XIX, que após tal reforma passou a ser chamada de Estrada Normal da Serra da Estrela. Nessa empreitada, iniciada no final da década de 1830, verifica-se o emprego de mão-de-obra imigrante de origem alemã, fato este que será detalhado em seção adiante. Nesse mesmo período, Koeler adquiriu terras vizinhas à Fazenda da Concórdia, a saber a Fazenda Quitandinha. Sobre este fato, Fridman (2001) levanta a hipótese de que esta aquisição fizesse parte de um vislumbre

do major sobre a possibilidade de criação de uma colônia imigrante visto as diretivas que vinham sendo tomadas pelo governo imperial e pelo crescente aporte, no caso, de alemães, ao Rio de Janeiro.

Apesar da existência de diversas fazendas na região e de não haver mais terras devolutas há tempos, o povoamento ainda era escasso, ou seja, havia poucos e esparsos habitantes. Assim, dentro da conjuntura do Plano “Povoação-Palácio de Petrópolis”, cabia, de fato, constando como obrigatoriedade, a criação de uma colônia agrícola.

Dessa forma, sob o comando de Koeler, a colonização e edificação de Petrópolis contou com grande número de imigrantes alemães. Contudo, é importante ressaltar que na construção da cidade foram empregados também, sob a forma de aluguel, alguns escravos oriundos da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha (Schwarcz, 1999). Além de na região terem aportado ainda colonos de outras regiões da Europa, dentre os quais açorianos e franceses.

Fridman (2001) evidencia que entre junho e novembro de 1845 já haviam sido instalados 2318 imigrantes no núcleo colonial a quem eram concedidas terras aforadas perpetuamente e a título gratuito por 8 a 9 anos de acordo com a extensão do lote. Ainda conforme a autora apresenta, o governo construiu 468 casas, 2 escolas primárias e 6 escolas de música. Verifica-se assim que o processo de edificação de Petrópolis se deu de maneira bastante rápida e intensa, conforme descreve Schwarcz (1999):

“Onde não havia nada, surge de repente uma povoação, e por deliberação do governo da província do Rio de Janeiro cria-se o distrito de Petrópolis já em 1844, na freguesia de São José do Rio Preto do termo da Paraíba do Sul. Em 1846, passou de curato a freguesia, sob a invocação de São Pedro de Alcântara, anexada à vila da Estrela e ao município de Magé. Pulando um estágio na escala administrativa, pois nunca foi elevada a vila, em 1857, Petrópolis já era cidade, inaugurando sua Câmara Municipal e seu corpo de legisladores.” (SCHWARCZ, 1999)

O Plano Koeler, como ficou conhecido o projeto urbanístico de Petrópolis, foi pautado no Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843 sob exigência de uma série de determinações, conforme já mencionado, que abrangiam, inclusive, o cuidado de preservação e conservação das florestas e da água. Em virtude da topografia característica da região, o planejamento da ocupação se deu seguindo o curso dos três principais rios da cidade, a saber: Palatinado, Quitandinha e Piabanha. Petrópolis nascia como um verdadeiro modelo de cidade jardim.

As terras destinadas ao aforamento foram divididas em quarteirões que constituíam um cinturão verde da cidade. Nesse âmbito, a distribuição dos lotes aos

colonos era também marcada por uma segregação espacial que os classificava em quatro tipos em que o mais nobres iam sendo alocados mais próximos ao palácio enquanto os lavradores ficariam em lotes mais distantes. Fridman (2001) a partir de Tapajós (1992) reitera que este modelo do plano urbano estabelecido repetia os moldes de uma cidade europeia cujos integrantes iriam se afastando da Casa Real à medida que diminuíssem suas posses, importância e categoria social. Assim sendo, Schwarcz (1999) relata que a primeira demarcação de terrenos foi feita em 1844 e que D. Pedro II logo doou lotes a “certos homens notáveis pelos serviços prestados ao Estado” garantindo e delineando o perfil de uma vizinhança que fosse de seu agrado.

Rabaço (1985) discorre sobre importantes aspectos do Plano Koeler. Ressalta que este primeiro código de obras petropolitano não permitia a construção em topos de morros e a subdivisão de lotes<sup>9</sup>. Estabelecia que todas as residências teriam suas frentes voltadas para os rios, sendo o esgoto direcionado para fossas nos fundos dos terrenos, sendo esta característica tida pelo autor como uma das mais originais do plano Koeler visto que dispensava o tradicional estilo colonial em que as casas eram erguidas de fundos para os rios que funcionavam como receptáculos de dejetos. Por fim, ressalta-se o planejamento áreas verdes que conteriam alamedas arborizadas e jardins compostos de hortênsias, magnólias e paineiras.

Koeler dispunha para implantação desse projeto das áreas da Fazenda Quitandinha, sua propriedade, e a Fazenda Concórdia, terra que arrendou da Família Imperial, o que perfazia aproximadamente 8.250.000 braças quadradas. Cabe aqui ressaltar dois importantes pontos estabelecidos em decretos imperiais: o primeiro consiste na definição, pelo Decreto Imperial nº 261 de 14 de junho de 1846, da Imperial Fazenda de Petrópolis que deveria ser entendida como a "Fazenda Córrego Seco e as demais que se lhe forem anexadas", o segundo refere-se a doação da Fazenda Quitandinha, por iniciativa de Koeler, à mordomia da Casa Imperial através do Decreto Imperial nº 262, assinado na mesma data do anterior.

Koeler organizou o espaço de forma que concebia a existência de uma área urbana e de uma área colonial representadas pelas vilas e pelos quarteirões, respectivamente. Sobre este aspecto do projeto, Fróes (2002) aponta que:

---

<sup>9</sup> Destaca-se que os lotes poderiam ser subdivididos por ocasião de herança. Tal subdivisão deveria ser feita de forma vertical ao lote, e não horizontal, a fim de que, respeitando as determinações prévias do plano, a frente dos novos terrenos estivesse voltada aos rios e também que as fossas não fossem colocadas próximas aos cursos d'água.

“as vias de comunicação das Vilas ele [Koeler] classificou como ‘ruas’ e aquelas destinadas ao acesso aos Quarteirões foram denominadas de ‘Caminhos Coloniais’. É importante salientar que para cada Quarteirão deveria haver, apenas, um Caminho Colonial, traçado na base dos morros formadores dos vales que se desenvolviam no local.

Nesse Caminho, faziam testada todos os prazos destinados aos aforamentos. Como estavam previstos limites para as linhas de fundo dos prazos, todas as áreas além delas pertenciam à Imperial Fazenda de Petrópolis, ficando, assim, garantida a não ocupação nas cotas mais elevadas das encostas dos morros adjacentes aos Caminhos Coloniais. Dessa forma não havia possibilidade de abertura de vias transversais ou remoção de morros.

Nas duas Vilas [a saber Imperial e Thereza] não houve o cuidado de preservação absoluta da topografia original<sup>10</sup> e as ruas foram abertas segundo critérios mais objetivos visando ao preparo de uma área destinada à formação de um núcleo de povoação, apto para um desenvolvimento em Villa ou Cidade.” (FRÓES, 2002)

Ainda sobre o plano cabe mencionar algumas das regras estabelecidas em regulamento por Koeler, a saber: obrigação de construir nos prazos dentro de 2 a 4 anos, a fachada dos prédios deveria passar por prévia aprovação, obrigação do plantio de alameda de árvores frondosas nas ruas e praças fronteiras, segundo espécies e alinhamento designado, obrigação de cercar e murar os prazos de terra dentro de, no máximo, um ano, entre outros (Rabaço, 1985).

Este plano urbano de Petrópolis custou vultosas quantias de réis da Família Imperial.

Em 1847, Koeler faleceu. Sucederam-no, conforme aponta Schwarcz (1999), Ribeiro Cirne (1847-53), o engenheiro José Maria Rabelo e por fim Vicente Marques Lisboa, sem nunca, entretanto, a execução do projeto ter sido prejudicada ou atrasada.

O Palácio Imperial foi completamente concluído por volta de 1862. Contudo, desde 1851 já se constituía como a sede oficial dos verões da Família Imperial. Sua arquitetura ilustrava toda a supremacia e riqueza da Corte:

“Sólida construção, esteios de madeira de lei; o saguão de entrada impressionava com seu piso preto e branco em mármore belga e de Carrara, tendo ao fundo duas colunas gregas. Madeiras, as melhores da terra, nos assoalhos desenhados, portas, esquadrias, janelas: cedro, jacarandá, peroba, pau-cetim e pequiá-rosa. Ferragens de qualidade. Tetos de estuque elaborados, ricos em motivos e símbolos.” (SCHWARCZ, 1999).

O Imperador D. Pedro II que tanto admirava a cidade que erguera, ao longo do tempo, aumentou o período de vilegiatura em Petrópolis chegando a ali permanecer ao longo de cinco, seis meses por ano. Conta Schwarcz (1999) que D. Pedro II passou no

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, aponta-se que nas vilas houve o desmoronamento de alguns pequenos morros e, também, a retificação de cursos d’água.

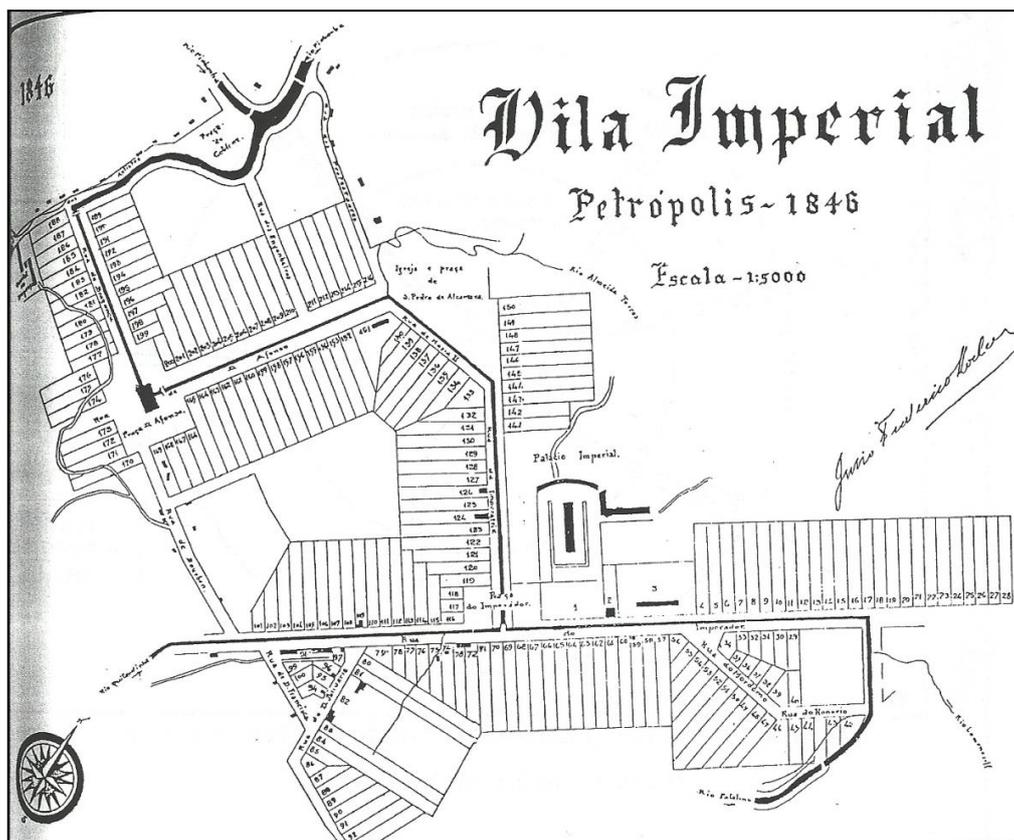
total quarenta verões em Petrópolis, durante as férias da Câmara e do Senado, sobretudo após a construção da estrada de ferro, quando em apenas algumas horas chegava-se à cidade.

Essa presença recorrente da corte fez com que Petrópolis se transformasse não só no abrigo seguro contra as epidemias que maltratavam o Rio de Janeiro durante o verão, como na grande vitrine da realeza e, claro, da corte que acompanhava o Imperador (Schwarcz, 1999). Esse deslocamento para a serra movimentava a dinâmica social local e propiciou, inclusive, o desenvolvimento do setor hoteleiro na cidade. Nesse sentido, Ambrozio aponta que Petrópolis:

“(…) significou a produção de outro território da corte do Segundo Império brasileiro: uma cidade de representação, senão do país, dos pares do Império: menos malsã, mais européia e menos “exótica” em sua população, posição climática e arranjo urbano; lugar menos popular, mais distinto e homogêneo no convívio social. Por conseguinte, cidade de Petrópolis que fosse também o território de representação da obra centralizadora desse Império. Pois o Rio de Janeiro possibilitava apenas relativamente essa segregação e representação.” (AMBROZIO, 2012)

Ambrozio (2008) afirma que evidentemente, Petrópolis, atravessada de elementos burgueses, foi o espelho remoto ou mesmo a permanência distante da tradição do absolutismo francês de Luis XIV e de sua corte em *Versailles*. Entretanto, destaca Schwarcz (1999), que o Brasil não era a França e que “a civilização que D. Pedro II e sua corte pretendiam era, portanto, uma exceção dentro de seu grande Império”, uma idealização.

A seguir seguem figuras que ilustram plantas resultantes desse projeto urbanístico empreendido em Petrópolis e discutido nesta seção. A Figura 3 traz planta datada de 1846 que retrata a Vila Imperial. Esta seria parte da área urbana planejada por Koeler. Nesta porção da cidade ficou localizado o Palácio Imperial e a Igreja de São Pedro de Alcântara, nele é possível identificar também a divisão de pequenos prazos.



**Figura 3:** Planta da Vila Imperial, área urbana planejada de Petrópolis, elaborada por Koeler e datada de 1846.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis

A Figura 4 traz reprodução de planta original elaborada por Koeler, datada também de 1846, e que faz parte do acervo da Companhia Imobiliária de Petrópolis. Nela é possível identificar as duas vilas e os onze quarteirões inicialmente planejados pelo major alemão e a divisão de todos os prazos.



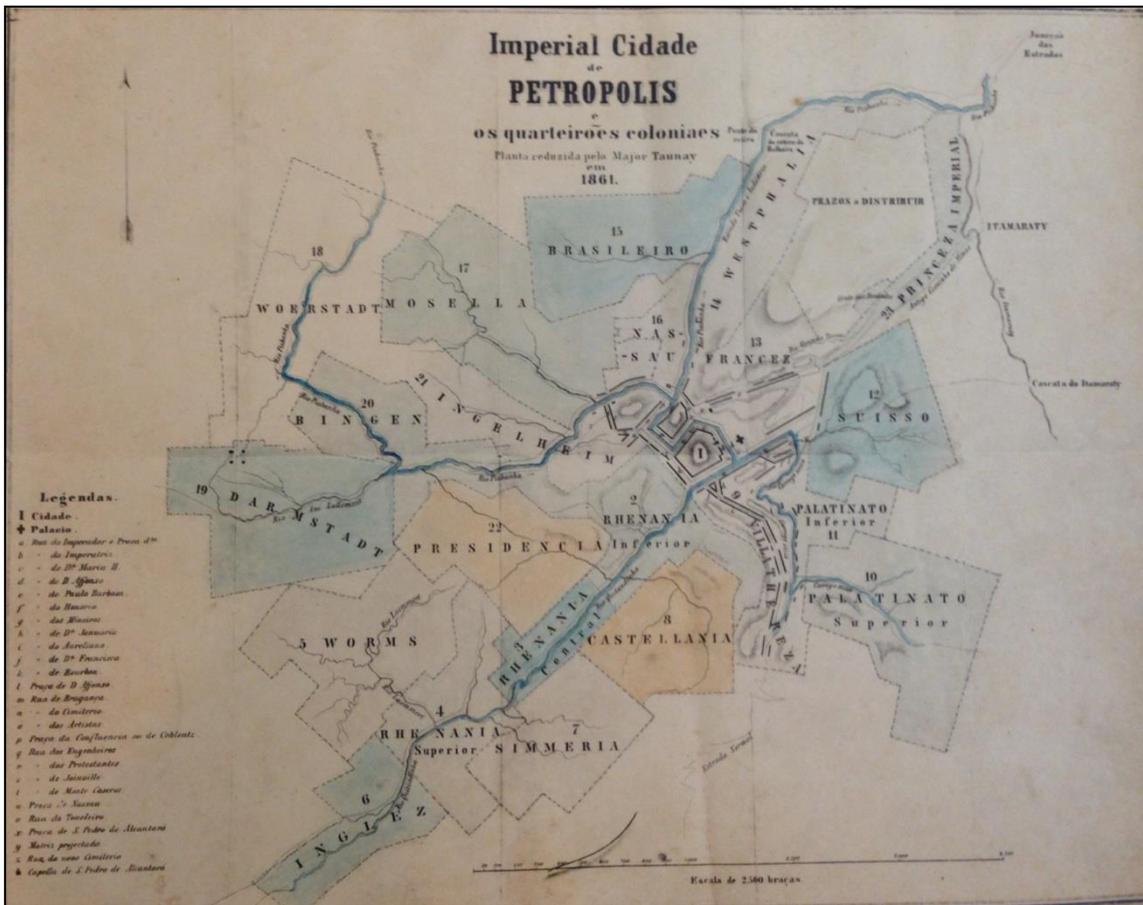
**Figura 4:** Planta Original de Petrópolis e seus Quarteirões em 1846, elaborada por Koeler.

Fonte: Companhia Imobiliária de Petrópolis

Por fim, a Figura 5 mostra planta elaborada por Taunay<sup>11</sup> em 1861 e que apresenta a expansão do núcleo inicial petropolitano. Neste documento existem duas vilas e vinte e um quarteirões, assim houve um acréscimo de dez quarteirões em relação a planta de Koeler.

---

<sup>11</sup>Viajante Carlos Augusto Taunay, autor do livro "Viagem Pitoresca a Petrópolis", 1862, do qual a planta trabalhada faz parte.



**Figura 5:** Planta de Petrópolis e seus novos Quarteirões em 1861, assinada pelo Major Taunay.

Fonte: Museu Imperial

Ressalta-se que os documentos cartográficos expressos nas Figuras 4 e 5 constituem os principais objetos da análise toponímica desta pesquisa.

## 2 A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO BRASIL: BREVE CONTEXTO

Diante do que foi exposto sobre o surgimento da cidade de Petrópolis, faz-se necessário entender, ainda que de forma geral, como ocorreu a chegada e o estabelecimento dos principais atores do processo de construção deste espaço: os germânicos que, ao longo dessa dissertação, são chamados também de alemães. Schulze (2014) apresenta informações que dão conta de que este foi o quarto maior grupo de imigrantes a desembarcar no Brasil entre os séculos XIX e XX, chegando a um contingente de aproximadamente 200 mil pessoas.

Cabe justificar aqui a utilização do termo “alemão” para designar este grupo de imigrantes uma vez que o Estado da Alemanha não estava unificado no período referente a fundação de Petrópolis, ou seja, não existia ainda uma cidadania alemã oficial. Como se sabe, a unificação alemã ocorre somente em 1871, antes disso existia a Confederação Germânica que era composta por 39 Estados independentes, dentre os quais a Prússia e a Baviera. Portanto, os imigrantes alemães que chegaram ao Brasil eram oriundos das mais diversas regiões da Europa Central, tais como *Hunsrück*, Pomerânia e Westfália, e guardavam entre si variadas diferenças culturais evidenciadas, por exemplo, pela religião – dividiam-se, sobretudo, entre protestantes e católicos – e pelos dialetos falados. Schulze (2014) menciona, inclusive, que muitos desses indivíduos não sabiam sequer falar o idioma alemão formal. Nesse contexto, em muitos casos, eram considerados também imigrantes alemães, os suíços e austríacos. Fica claro, que se tratava de um grupo bastante heterogêneo em suas bases culturais, sem mencionar ainda as diferenças relativas ao contexto social em que estavam inseridos estes imigrantes no seu local de origem, ou seja, se viviam no campo ou na cidade. A justificativa para tratar todo esse contingente como um único grupo de imigrantes é bem explicada por Schulze (2014) na seguinte afirmação:

“Sociedade e políticos alemães promoviam a colonização [para além da Europa] baseando-se em princípios nacionalistas, partindo da idéia de um ‘povo alemão’ como substituto da nação territorial, pois antes de 1871 ainda não existia um Estado alemão. De acordo com essa lógica, o pertencimento ao povo alemão era resultado de ascendência, língua e tradições comuns. Mesmo que esses elementos não estivessem presentes em todos os grupos, os nacionalistas consideravam os imigrantes como ‘alemães no exterior’. Através dos imigrantes, essas sociedades pretendiam intensificar a influência alemã no mundo e explorar novos mercados. Políticos e intelectuais brasileiros também tratavam por ‘alemães’ os imigrantes. Esta perspectiva construiu uma imagem homogênea e positiva do ‘alemão’.” (SCHULZE, 2014, p.23)

É importante ressaltar que esta heterogeneidade do grupo alemão influenciou o caminho traçado dentro do território brasileiro. As culturas regionais que traziam consigo moldaram as formas de adaptação dos imigrantes ao novo espaço que ocuparam. Schulze (2014), acerca dessa diversidade inerente aos germânicos do século XIX, afirma de modo interessante que:

“No meio desse hibridismo cultural, no jogo criativo de aculturação de imigrantes com várias identidades, um agricultor católico ‘alemão’ tinha muito mais em comum com seu vizinho ‘italiano’ do que com um comerciante urbano ‘alemão’ e protestante que, por sua vez, teria mais afinidade com um homem de negócios inglês.” (SCHULZE, 2014, p.23)

A história do Brasil é profundamente marcada pelo aporte de imigrantes das mais diversas partes do mundo, destacando-se os europeus e africanos. Indo de encontro com esta afirmativa Fridman (2001, p. 611) retoma a seguinte fala de Caio Prado Júnior “toda a história brasileira pode ser considerada como um fenômeno de imigração”. Os motivos, contudo, que propiciaram a chegada de imigrantes ao país foram diversos e guardaram suas respectivas temporalidades ao longo da formação territorial e social brasileira. No caso dos alemães, a imigração se tornou significativa apenas no século XIX, destaca-se, entretanto, que antes desse momento, alguns alemães encontravam-se nos principais núcleos urbanos do país desenvolvendo atividades ligadas ao comércio. Expressão dessa presença alemã fica clara na presença de mais de vinte empresas alemães no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Porém, não fazia parte da política externa portuguesa estimular a entrada desse tipo de imigrante no Brasil ainda que o Conselho Ultramarino, em Lisboa, já tivesse identificado a necessidade de instalar colonos não-lusos no Brasil.

Cabe ressaltar, que o contexto social e econômico do continente europeu nesse período e ao longo de todo o século XIX até o início do século XX contribuía para a saída em massa de cidadãos do Velho Continente em busca de melhores condições de vida. A Europa que, de forma geral, havia melhorado as condições sanitárias diminuindo, assim, as taxas de mortalidade, passava por uma explosão demográfica que resultou numa forte pressão populacional, além das mudanças na configuração das relações de trabalho. Sobre essa conjuntura européia, Botelho *et al.* (2007) elucidam que:

“As mudanças na distribuição da posse da terra, o processo de modernização da agricultura e as modificações mais profundas nas relações de trabalho foram geradores de condições bastante adversas à permanência em seus

locais de origem de parcelas significativas de sua população. Ao lado disso, a transição demográfica, em curso desde o século XVIII, foi fator decisivo na constituição de um grande excedente populacional. (...) Em consequência, o aumento da pressão sobre as terras veio agravar ainda mais o quadro já marcado pelas transformações econômicas mais amplas. À medida que a própria Europa não conseguia absorver esses novos contingentes em suas fronteiras internas, seja em novas áreas agrícolas, seja no meio urbano, a emigração transformava-se em alternativa para escapar às crescentes limitações do mercado de trabalho europeu.” (BOTELHO *et al.*, 2007, p. 156)

No caso dos alemães, especificamente, além da conjuntura econômica desfavorável, o contexto político também motivava a saída de habitantes de sua terra natal. Nesse sentido, o descontentamento residia na fracassada tentativa de unificação da Alemanha alavancada na revolução de 1848.

Conforme o exposto, os grupos que buscavam a saída da Europa eram diversos: britânicos, escandinavos, alemães, entre outros. O principal destino desses indivíduos eram as Américas cujos atrativos residiam, principalmente, na grande disponibilidade de terras e na escassez de mão-de-obra. Impulsionando esses fluxos, deve-se mencionar também a expressiva melhoria da comunicação e transporte entre estes continentes visto que a navegação transoceânica se tornou muito mais rápida e segura. A maior parte desses imigrantes se estabeleceu nos Estados Unidos, que recebeu, inclusive, milhões de alemães. Apenas a fim de ilustrar quão expressivo foi esse aporte de imigrantes no Novo Mundo, Botelho *et al.* (2007) informam que entre o final do século XIX e o início do XX, período do auge desse movimento populacional, chegaram cerca de 31 milhões de pessoas ao continente americano, sendo 70% absorvido pelos Estados Unidos, seguidos da Argentina que absorveu 4,2 milhões de imigrantes, do Brasil, 2,9 milhões, e do Canadá, 2,5 milhões. Ressalta-se que desses países de destino, o Brasil foi o único que ofereceu subsídios para a vinda dos imigrantes, como será visto adiante.

O aporte desses imigrantes ao Brasil vai de encontro com o projeto português de substituir a mão-de-obra escrava pela branca livre. Esse projeto advém, principalmente, da assinatura do Tratado de Aliança e Amizade por D. João com a Inglaterra. Este foi um dos tratados assinados entre as partes no ano de 1810. O acordo de cooperação estabelecia, dentre outras regras, a gradual extinção do tráfico negreiro até sua completa proibição. Aliada a essa exigência, o medo da ocorrência de revoltas escravas, como as ocorridas no Haiti em 1791 e que o levaram à independência da França, e a necessidade de criação de minifúndios e do favorecimento da produção artesanal, fizeram com que a

corrente portuguesa, que nesse período já residia no Rio de Janeiro, criasse uma política de incentivo à imigração e a colonização com europeus não portugueses:

“A idéia de imigração e colonização no Brasil passava pela necessidade de criação de uma nova classe média, branca e pequena proprietária, que desenvolvesse a policultura agrícola e o artesanato, povoasse áreas de fronteira e fosse capaz de abastecer cidades importantes.” (TRESPACH, 2014, p.18)

Além disso, a política imigratória tinha como objetivo também a ocupação de terras devolutas e o povoamento do território em porções ainda pouco habitadas, aumentando, assim, o controle sobre o espaço brasileiro. Julgava-se ainda que a chegada dos colonos europeus era um importante fator para o processo civilizatório.

Fazia parte desta política o agenciamento direto dos imigrantes em sua terra natal, ou seja, o governo português designou representantes para realizar propagandas pró-imigração no continente Europeu. Já existindo o Império do Brasil, em 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva, que estava à frente do Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros, foi designado para esta tarefa. Em seu escopo, Bonifácio pretendia trazer imigrantes não só para substituir a mão-de-obra escrava, mas também para compor as forças armadas. Cabe aqui ressaltar que expressivos contingentes de estrangeiros vieram compor o quadro de soldados a serviço do Império, lutando inclusive na Guerra da Cisplatina.

Bonifácio recrutou um militar alemão, Georg Anton Von Schaeffer, e o nomeou agente brasileiro na Alemanha. Von Schaeffer saiu em missão e levou a proposta de migração para a Europa, mais especificamente, para os estados que compunham a Confederação Germânica. A oferta se caracterizava bastante atraente para essa população que, conforme já evidenciado, estava vivendo em condições de miséria no continente europeu, sobretudo, por garantir 77 hectares de terra para o colono. Trespach (2014) menciona que uma terra nessas dimensões era algo impensável no contexto alemão:

“Na Alemanha, somente entre 10% e 20% da população possuía propriedades que excediam dez hectares. ‘Aqui se recebe um pedaço de terra cujo tamanho na Alemanha corresponderia a um condado’, escreveu à família, em 1827, um colono estabelecido no Brasil.” (TRESPACH, 2014, p. 17)

Resultado da empreitada de von Schaeffer, no início de 1824 chegava ao Rio de Janeiro aproximadamente 280 alemães à serviço do Império Brasileiro. Contudo, o

apoio à imigração não era unânime, sobretudo no que tange aos soldados. Dessa forma, Von Schaeffer voltou ao Brasil no fim da década de 1820. E, em 1834, a responsabilidade sobre a criação de colônias foi transferida do governo imperial para as províncias. Apesar desta mudança, até os anos de 1860 o governo imperial brasileiro permaneceu concedendo terras e subsídios aos imigrantes que chegavam.

Apenas com fim da Revolução Farroupilha, em 1845, ocorrida no sul do Brasil, a imigração ganhou força novamente. Em síntese, nesse panorama migratório, é possível identificar quatro ondas de emigração germânica para o Brasil no século XIX ocorridas em 1820, 1850, 1880 e 1890.

Diante do exposto fica evidente que a imigração era seletiva. Não se buscava qualquer imigrante, mas sim aqueles que viessem a atender a demanda estabelecida pelo governo brasileiro. Esses “imigrantes desejáveis”, como alguns autores denominam, eram aqueles brancos, bons agricultores e que migravam com a família. O homem do campo foi ainda selecionado de acordo com sua nacionalidade, assim sendo, num primeiro momento, os alemães foram tidos com o grupo de preferência para os objetivos estabelecidos já que havia uma premissa de que estes eram agricultores eficientes (Rodrigues e Lois, 2013). Além disso, conforme Seyferth (2000) aponta:

“a predominância de alemães nos primeiros projetos mais consistentes de colonização pode ser explicada pela presença influente de indivíduos de ascendência germânica<sup>12</sup> junto ao Governo Imperial Brasileiro, e seu papel na orientação da política migratória em seus primórdios.” (SEYFERTH, 2000, p. 277)

Mesmo antes da constituição desse projeto português de incentivo à imigração, na Bahia já existiam colônias alemães, as pioneiras, que, entretanto, possuíam características completamente distintas das que se formariam mais tarde no sudeste e sul do país. Tratavam-se de projetos privados, autorizados pelo governo português, idealizados e dirigidos por naturalistas alemães, dentre eles Peter Weyll e Georg Wilhelm Freyreiss. As terras que compunham estas colônias eram sesmarias doadas pela corte à estes homens, cabendo aos mesmos desenvolver as atividades agrícolas e assentar os colonos imigrantes. As colônias de Leopoldina (em homenagem à imperatriz Leopoldina) e São Jorge dos Ilhéus, fundadas na segunda metade da década de 1810, são as mais expressivas desse período. Guerra (2012) trata da composição dessas

---

<sup>12</sup> Nesse sentido, pode-se, notadamente, citar a imperatriz brasileira D. Leopoldina cujas origens eram austríacas.

colônias, afirma que Leopoldina era formada por 40 fazendas, os colonos eram oriundos da Alemanha, Suíça, Bélgica e França, a ênfase era a produção de café (produção numa safra chegou a 25 mil sacas) e os agricultores contavam com 2.000 escravos. Já quanto à São Jorge dos Ilheús, informa que viviam no local 28 famílias oriundas da Alemanha e Suíça com produção voltada ao fumo, cacau e alguns cereais. Apesar de um início bem-sucedido essas áreas não conseguiram se manter prósperas por muito tempo visto que o apoio de investidores e do governo não ocorreu. Por conseguinte, já estando consideravelmente enfraquecidas na segunda metade do século XIX, o sistema associativista sob o qual funcionavam foi abandonado. Sobre isto, Guerra (2012) afirma que:

“As colônias alemãs na Bahia prosperaram por um bom tempo, mas desaparecem a partir das últimas décadas do século XIX. A colônia Leopoldina atingira níveis satisfatórios de produtividade, mas as terras férteis não comportavam a vinda de novos colonos, a precária delimitação territorial e inexistência de documentos legais suscitavam desavenças entre os colonos e a produtividade agrícola dependia da mão-de-obra dos escravos. (...) As propriedades foram vendidas a preços irrisórios, algumas foram repassadas aos ex-escravos e gradativamente perderam suas características originais.” (GUERRA, 2012, p.45)

No contexto da nova política migratória do governo português para o Brasil, intermediada pelas Companhias de Colonização, a primeira colônia agrícola de não-lusos fundada foi Nova Friburgo localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, área vizinha à futura Petrópolis. Foi formada por mais de dois mil suíços, alguns de língua alemã que chegaram ao país entre 1818 e 1820. Pode-se afirmar que se tratou de um projeto experimental do plano português.

Para a fundação da colônia de Nova Friburgo, teve papel preponderante o suíço Sebastien Nicolau Gachet que possuía estreitas relações com D. João VI. A pedido do mesmo, Gachet apresentou ao governo em cantão de Fribourg, na Suíça, um plano para aquisição de terras no Brasil com vistas ao estabelecimento de suíços. O interesse entre as duas partes foi comum e, assim, os emigrantes suíços vieram para a Serra Fluminense, mas especificamente, para a Fazenda do Morro Queimado. A vinda deste grupo ficou estabelecida pelo decreto de 16 de maio de 1818 que, dentre outros aspectos, previa o estabelecimento da colônia com 100 famílias que não teriam que arcar com as despesas de viagem e receberiam abrigo, terras, ferramentas, animais e cuidados médicos, além de subsídios nos primeiros anos de assentamento. De fato, para os imigrantes europeus a grande disponibilidade de terras era o grande chamariz para

que trocassem seu país de origem pelo Brasil. Apesar do dinheiro empregado e de toda a infra-estrutura – capela, casa do inspetor, casa de enfermaria e botica, quartel, ruas, etc. – construída pelo governo português, a colônia de Nova Friburgo não conseguiu se manter próspera por diversos motivos, destacando-se a baixa fertilidade das terras e a dificuldade de escoar os produtos produzidos para a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma os colonos se dispersaram e, em 1830, restavam apenas 600 pessoas<sup>13</sup> na decadente Nova Friburgo.

## **2.1 Os Germânicos em Petrópolis**

Dando continuidade a contextualização dos germânicos na Serra Fluminense, busca-se nesse tópico apresentar o processo de imigração e assentamento destes em Petrópolis. Rabaço (1985) identifica a chegada de quatro grupos distintos de alemães à colônia petropolitana, são eles: os imigrantes do navio Justine em 1837; o major Koeler, seus familiares e pessoas de sua confiança, constituindo grupo seletivo de alemães, que se fixaram em Petrópolis em 1843; as centenas de famílias alemãs que efetivamente povoaram a colônia de Petrópolis e chegaram em 1845; e, por fim, os alemães que, em 1857, no final do regime colonial petropolitano, vieram para atender demandas da Companhia União e Indústria encarregada da construção de uma nova estrada na região bem como da organização do transporte de passageiros e cargas entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. O referido autor ressalta ainda que além destes grupos trazidos à Serra Fluminense por iniciativa oficial, outros alemães lá se fixaram por iniciativa própria, individualmente.

Nesse sentido, detalhando o primeiro grupo mencionado, destaca-se o aporte, em 1837, de 238 germânicos na Província do Rio de Janeiro. Esses imigrantes chegaram quase que de forma acidental à região da Serra da Estrela. Eles estavam a bordo do navio Justine, que saindo de Havre, na França, se encontrava à caminho da Austrália, entretanto, em virtude das péssimas condições de viagem, inclusive, sendo submetidos a maus tratos, decidiram não prosseguir ao destino final. Atracaram no Porto do Rio de Janeiro em 1837 e se rebelaram, recusando-se em prosseguir viagem. Diante disso, como aponta Fróes (2006) os migrantes solicitaram autorização para permanência no Brasil e, então, foram tomadas as medidas legais para que os mesmos pudessem permanecer na cidade, destaca-se a indenização concedida ao comandante da

---

<sup>13</sup> Este contingente populacional residual em Nova Friburgo foi extraído de publicação de Fridman, 2011, p. 616.

embarcação para que os liberasse. O grupo foi amparado pela Sociedade Promotora de Colonização<sup>14</sup>. Logo após o desembarque desses alemães, o major Koeler conseguiu uma autorização provincial para empregá-los na obra de recuperação da Calçada de Pedra da Serra da Estrela. Os imigrantes foram, então, assentados na Fazenda do Itamarati onde plantavam suas hortas. Criava-se, portanto, o primeiro núcleo colonial nas terras da futura Petrópolis. Cabe mencionar que esses colonos chegaram como mão-de-obra livre, que na conjuntura do Brasil daquela época, era mais rentável que o emprego de escravos. Sobre este primeiro núcleo, chamado por Fróes (2006) de “pseudocolônia”, descreve-se que:

“Pouco antes da virada para a década de 40, nas imediações da antiga casa-sede da Fazenda Itamarati, um novo tipo de ocupação ao longo da Estrada Geral da Estrela, chamava a atenção dos viajantes. Ali, cerca de dois anos, foram assentadas em modestos ‘quartéis de madeira’ cinquenta e uma famílias de origem germânica, cujos varões foram colocados à disposição de Koeler para as ‘obras da Serra da Estrela, podendo-se observar no local a existência de pequenas plantações e criações’. (...)”

Na verdade, o que Koeler estava pretendendo era organizar uma ‘colônia de operários germânicos’, para a qual foram improvisadas as seguintes instalações e atividades de apoio: áreas para pequenas roças e criações; escola; oficina destinada à confecção e reparo de ferramentas; Caixa de Socorro e Auxílio Mútuo; Assistência Médica, com apoio da infraestrutura da Imperial Fábrica de Pólvora; e Assistência Religiosa, havendo provas documentais de que, pelo menos uma vez, o Pastor Avé Lallemand teria oficiado um Ato Evangélico naquele local.” (FRÓES, 2006)

Após o arrendamento da Fazenda Córrego Seco e iniciado o plano “Povoação-Palácio de Petrópolis” cujo um dos expoentes foi o major alemão Koeler, tem-se em 1845 a chegada do mais numeroso contingente de alemães que propiciaram de fato a constituição oficial da Imperial Colônia de Petrópolis. Rabaço (1985, p. 80) reitera que “o fator que preponderou para que Petrópolis fosse colonizada pelos alemães foi ter como membro mais atuante da equipe fundadora um imigrante e colono de origem germânica”. Nesse sentido, Koeler procurava executar seu plano utilizando mão-de-obra livre e por conhecer a índole de seus conterrâneos os preferia para colaboradores.

Diante dessa premissa, Koeler inclusive buscou o Governo Provincial a fim de firmar diretrizes para a vinda dos alemães. Assim sendo, a despeito de problemas com agenciadoras intermediárias de imigrantes, em 1844, o presidente da Província do Rio de Janeiro, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, acordou contrato com a francesa

---

<sup>14</sup> O principal objetivo da Sociedade, fundada em 15 de janeiro de 1836, era o de “promover a vinda de colonos brancos úteis”. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasília. v.322, p.20. Jan/Mar,1979)

Casa Del Rue & Co para arregimentar a vinda de 600 casais de colonos europeus acompanhados de suas famílias, e com capacidade nos ofícios de carpinteiro, canteiro, ferreiro, pedreiro e trabalhadores de estrada. Saíram de Dunquerque em direção ao Rio de Janeiro diversas brigues<sup>15</sup> repletas de imigrantes majoritariamente oriundos da Renânia alemã. O primeiro deles a chegar foi o *Virginie* trazendo a seu bordo 161 desses imigrantes. Sobre esse evento, Fróes (2006) destaca uma interessante ocorrência:

“Ao referido cais [onde atracaram os alemães], compareceu D. Pedro II que, de viva voz e em alemão, apresentou votos de boas vindas ao grupo, exortando a todos com palavras carinhosas. Outrossim, assegurou-lhes todo o apoio de que poderiam necessitar e, finalmente, anunciou a concessão de uma ajuda pecuniária que ele estava oferecendo naquele momento. Ao terminar sua alocução, o Imperador foi retribuído com uma grande ovação. Após tão tocante evento, essas pioneiras famílias partiram, cheias de esperança, para a serra que, voluntariamente, escolheram para viver dali por diante.” (FRÓES, 2006)

O número de imigrantes superou as expectativas visto que os 600 casais de colonos previstos vieram acompanhados de suas numerosas famílias. Chegando ao longo do ano de 1845 mais de dois mil alemães. Taulois (2007) afirma que “a maioria dos colonos que chegou a Petrópolis era natural de aldeias localizadas nos bispados de Treves e Mogúncia, na Renânia e Westphália, no Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt e no Ducado de Nassau, região atualmente conhecida pelo nome de Hunsrück, localizada na confluência dos rios Reno e Mosel”. A tabela abaixo mostra as seguidas levadas de alemães que chegaram à Petrópolis em 1845:

---

<sup>15</sup> “Brigues” são um tipo de navio de dois mastros, com vergas e mastaréis.

**Tabela 1:** Número de Colonos Alemães chegados ao Rio de Janeiro com destino à Petrópolis no ano de 1845.

<b>Data</b>	<b>Navio</b>	<b>Nº de Colonos Alemães</b>
<b>13 de junho</b>	Virginie	161
<b>20 de junho</b>	Marie	169
<b>21 de junho</b>	Leopoldo	225
<b>24 de junho</b>	Curieux	210
<b>25 de junho</b>	Agripina	210
<b>26 de junho</b>	Maria Luisa	217
<b>11 de agosto</b>	Jeune Leon	170
<b>26 de agosto</b>	George	208
<b>1 de setembro</b>	Mary of Scott	210
<b>7 de setembro</b>	Daniel	171
<b>7 de setembro</b>	Odin	182
<b>16 de outubro</b>	Pampas	137
<b>7 de novembro</b>	Fyen	68
<b>Total</b>		<b>2.338</b>

Fonte: Rabaço, 1985, p. 83

Ressalta-se que da viagem até o assentamento, os alemães passavam por inúmeras dificuldades inerentes às condições sanitárias da viagem, aos surtos de doença ocorridos também nos improvisados depósitos em que aguardavam sua destinação final no Rio de Janeiro, e o cansaço imposto pela travessia até serra, o que levou à morte alguns imigrantes, inclusive, crianças. Portanto, não foram todos os 2.338 imigrantes que conseguiram chegar à Petrópolis, alguns deles acabaram falecendo.

O enorme fluxo de alemães em Petrópolis fez com que os mesmos fossem precariamente instalados nos barracões das Obras Públicas Provinciais, localizado à Rua do Imperador, até que, à medida que fossem sendo demarcados os prazos, efetivamente recebessem sua terra. Acerca desse assentamento inicial dos colonos, destaca-se a fala de Rabaço (1985):

“Abrindo picadas e clareiras na mata virgem, os colonos, reunindo-se em mutirão, do qual participavam mulheres e crianças, construíam suas toscas moradias em estilo campestre, denominado enxamel, utilizando o material disponível, isto é: pedras e troncos de árvores.” (RABAÇO, 1985, p. 86)

Ainda sobre a vida dos colonos alemães nesse momento inicial, Schwarcz (1999) afirma que eles:

“erguiam suas moradas, plantavam as primeiras hortas e davam existência real a Petrópolis. Os deveres e direitos dos imigrantes que ali se estabeleciam como foreiros eram bem claros: tinham o domínio útil da terra; já do senhorio, o domínio direto era do Estado. Ficava estabelecido, também, que os gastos com as passagens, adiantados pelo governo da província, deveriam ser reembolsados. E no contrato as condições vinham bem explicadas: ‘— recebiam terreno pelo sistema de aforamento em que deveriam pagar emphyteusis perpétuo, ou seja, 5 mil-réis anuais, em cada janeiro e para sempre; (esse tributo começaria a vigorar depois de algum tempo do ato do contrato — até nove anos); — poderiam vender a propriedade, pagando 2.1/2% de seu valor à casa imperial (laudêmio); o novo proprietário passaria então a pagar a perpétua enfiteuse.<sup>76</sup> Se não respeitassem o contrato, os foreiros poderiam ser despejados e as terras voltariam *in commisso* ao imperador’”. (SCHWARCZ, 1999)

Além, da construção de suas novas moradias, os imigrantes logo se empenhavam nas atividades que visavam tornar realidade o Plano Povoação-Palácio de Petrópolis. Dessa forma, “os colonos que possuíam habilitação profissional trabalhavam sob contrato nas obras públicas, urbanizando a Vila Imperial e seus quarteirões, abrindo ruas, construindo pontes, levantando o Palácio Imperial” (Rabaço, 1985, p. 86).

Ressalta-se que a esses colonos foi concedida a cidadania brasileira através do processo de naturalização. A colônia com o primoroso trabalho dos alemães prosperava e relatórios de 1853 mencionam a existência de um matadouro público, três fábricas de cerveja e uma malharia. Nesse mesmo ano, criou-se uma associação voltada ao estímulo da agricultura e indústria que visava preparar mão de obra especializada e prestar cooperação entre os associados.

A chegada de imigrantes de origem alemã continuou a ocorrer até a década seguinte. Dados apresentados por Schwarcz (1999) apontam que em 1859 a população de origem alemã compunha-se de 3.300 pessoas (incluindo descendentes já nascidos no Brasil).

### 2.1.1 Um pouco sobre o Major Koeler

Diante da especial importância de Julio Frederico Koeler na constituição da colônia alemã, cabe um adendo neste texto para comentar um pouco de sua trajetória. Koeler, nascido em Mogúncia, Grão-Ducado de Hesse-Darmstad, em 1807, chegou ao Brasil em 1828 e foi incorporado ao Exército Imperial no posto de tenente. Por designações políticas, deixou o exército e passou a atuar como engenheiro na província do Rio de Janeiro. Como característica típica dos engenheiros-militares desse momento histórico atuava também em projetos urbanísticos e arquitetônicos.

Koeler se naturalizou brasileiro e, em 1833, retornou ao Exército. Esteve à frente da 2ª Seção de Obras Públicas pertencente à Diretoria de Obras do Rio de Janeiro. Destacou-se na participação de importantes obras públicas, tais como: o planejamento e construção de novas estradas em Campos, melhoramentos de estradas em Parati e Itaboraí e as reformas da Estrada Normal da Estrela trecho que compunha a ligação entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, um dos principais caminhos do Império Brasileiro.

Sem sombra de dúvida, esse imigrante alemão trouxe grandes contribuições ao Brasil, expressas principalmente nas características inovadoras do plano urbanístico projetado para Petrópolis, auge de sua carreira. Na época destacava-se como um eficiente administrador que acumulava as funções de Superintendente da Fazenda Imperial e Diretor da Colônia Imperial de Petrópolis.

Em 1846, contudo, acusado de desvio na Caixa de Socorros dos Colonos, Koeler pediu demissão do cargo de diretor da colônia petropolitana. Entretanto, muitos autores apontam esta acusação como resultado de calúnias e intrigas de grupos de oposição. Nesse momento, seu grande parceiro no projeto Povoação-Palácio de Petrópolis, Paulo Barbosa da Silva não estava mais em atividade pela Mordomia da Casa Imperial, tendo sido deslocado ao serviço diplomático exercendo suas novas atribuições pelo continente europeu em virtude, também, de desentendimentos políticos no Brasil.

Koeler faleceu em 1847, conforme detalhado por Guerra (2012), em virtude de um acidente com arma de fogo ocorrido quando ele e alguns amigos disputavam tiro ao alvo.

### 3 DISCUSSÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa se faz necessário compreender e articular uma série de noções e conceitos que serão explorados nesta seção, a saber: geografia e cartografia históricas, toponímia, lugar, identidade do lugar, memória e lugares de memória.

#### 3.1 A Abordagem Histórica na Geografia e na Cartografia

Esta pesquisa tem suas análises pautadas em estudos que remetem à Geografia e à Cartografia Históricas. A primeira conforme afirma Silva (2012) por vezes não foi reconhecida como parte integrante da ciência geográfica, assumindo-se, portanto, que a Geografia deveria se pautar unicamente na avaliação contemporânea, abrindo mão de análises que abrangessem distintas temporalidades. Entretanto, é de suma importância compreender conforme Santos (2004) argumenta que “o espaço é a acumulação desigual de tempos” e que, por conseguinte, cabe também ao geógrafo interpretar e analisar não somente as espacialidades, mas associá-las às temporalidades que as envolvem.

Assim sendo, a **Geografia Histórica**, nas palavras de Abreu (2000) deve analisar o “presente de então”, ou seja, ela deve buscar recuperar e reconstruir as geografias de outrora, as geografias passadas. Corroborando com esta conceituação, Erthal (2003) argumenta que:

“Se a geografia se coloca como um campo de conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, não se pode esquecer que os fenômenos sociais são, também, temporais. Tempo e espaço, fenômenos inter-relacionados e que ocorrem de modo simultâneo, são tomados pela filosofia e pela ciência como categorias universais e históricas, respectivamente. Portanto, estas categorias não são prisioneiras desta ou daquela ciência e podem, conseqüentemente, ser apreendidas por todas (...) Neste sentido, papel fundamental deve ser dado à chamada geografia histórica que, inclusive, além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal.” (ERTHAL, 2003, p.30)

Diante das pretensões desta pesquisa, que busca analisar a cidade de Petrópolis no século XIX a partir do resgate de sua toponímia cabe mencionar a advertência de Abreu (1996, p.19) de que “para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história *no e do* lugar”. Ressalta-se que nessa

afirmativa aparece, inclusive, um conceito que será explorado adiante, a saber: **memória**.

A **Cartografia Histórica** será também largamente empregada para o pleno desenvolvimento deste projeto a partir da compreensão de que os mapas, enquanto veículos de comunicação, trazem consigo intenções intrínsecas à mensagem que se deseja passar, não sendo ilustrações ingênuas, completamente correspondentes ao real e isentas de parcialidades. De acordo com a argumentação de Seemann (2010) os mapas provam que cultura se estrutura espacialmente e se expressa geograficamente de modo que, endossa Cosgrove (*apud* Seemann, 2010), “o mapa permanece um modo poderoso de visualizar e representar os aspectos espaciais de como culturas se formam, interagem e mudam”. Assim sendo, analisar documentos cartográficos pretéritos constitui-se em importante e valiosa ferramenta metodológica no que concerne a compreensão de um contexto sócio-espacial passado. Knauss (1997) reitera que a Cartografia deve ser considerada como indicativa de informações históricas, sendo o espaço tomado como dado e não como conceito construído pelo exercício cognitivo. A Cartografia, portanto, apresenta-se como um riquíssimo campo simbólico.

### 3.2 Toponímia

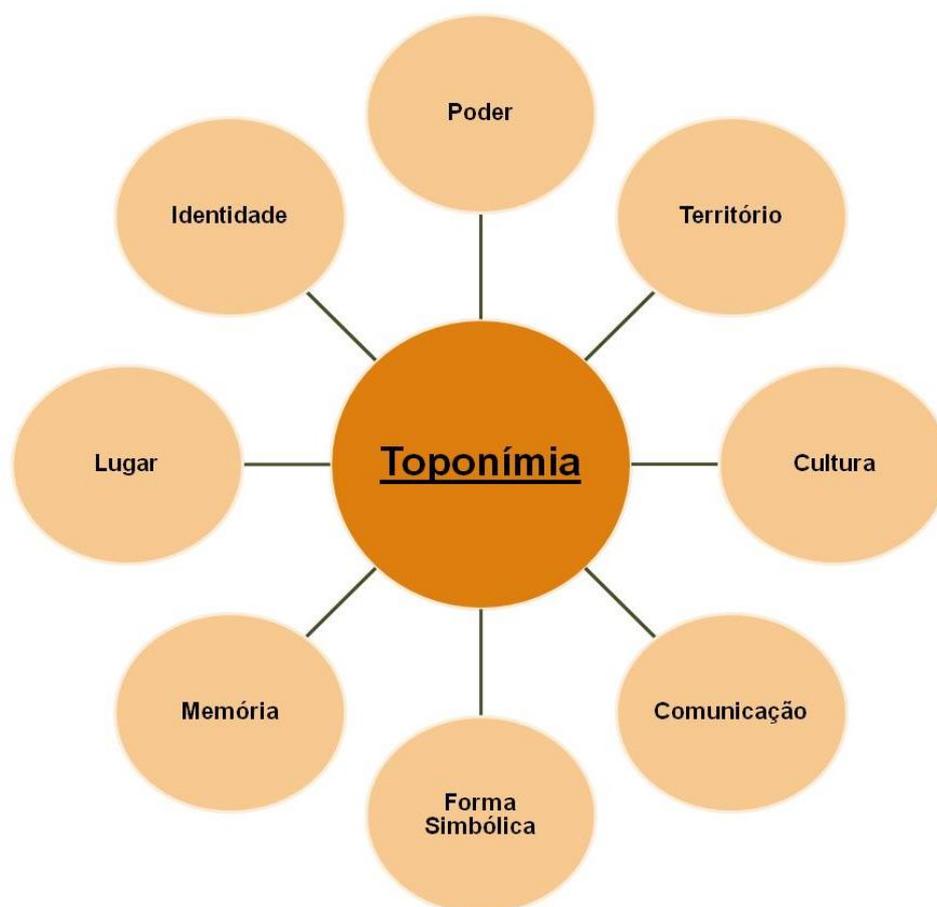
Os mapas constituem um recurso fundamental para a Geografia, como salienta Carl Sauer *apud* Seemann (2010), sendo considerados a linguagem da Geografia. Diante desse contexto, os nomes geográficos são essenciais para referenciar um mapa e conferir-lhe forma e aplicabilidade, já que, segundo Santos (2008):

“os nomes geográficos são exatamente isso: a verdadeira alma de uma representação cartográfica. Num simples par de coordenadas, posicionador de qualquer feição geográfica, não existe história, aspectos antro-po-culturais, lingüísticos e etnolingüísticos, sócio-economia e jogos de poder.” (SANTOS, 2008, p.4)

A ciência que se dedica ao estudo dos nomes geográficos denomina-se **Toponímia**. Esta se constitui num ramo de pesquisa da Onomástica, área do conhecimento voltada para a análise dos nomes próprios. Os estudos toponímicos buscam não apenas pesquisar a origem do nome e suas transformações, mas também suas relações intrínsecas com o lugar, uma vez que o nome pode ser avaliado como um reflexo da atuação de determinado grupo social em dado espaço e tempo.

A Toponímia consiste em campo de estudo multidisciplinar que desperta o interesse de pesquisadores de diversas áreas, tais como: a lingüística, a história, a geografia, a cartografia, a antropologia, a ciência jurídica, entre outros. Assim sendo, verifica-se quão ricas são as possibilidades de analisar os topônimos e a potencialidade existente para um maior aprofundamento das questões que os envolvem em estudos integrativos.

No que concerne ao contexto desta dissertação, ou seja, a perspectiva geográfica, a Toponímia se relaciona com importantes conceitos e aspectos de extrema relevância. O esquema a seguir pretende exprimir essas relações valorizando as construções que são feitas nesta pesquisa:



**Figura 6** – A Toponímia e a perspectiva geográfica de análise privilegiada.

Corrêa (2007) afirma que o topônimo constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural, sendo então um importante elemento identitário.

Como ressaltado por Furtado (1960) a ação de nomear um lugar é essencialmente humana, estabelecendo, inicialmente, uma relação cultural, diretamente ligada à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada. Assim, percebe-se que os nomes geográficos extrapolam um simples desígnio, pois trazem consigo um legado que aponta para as relações estabelecidas historicamente sobre o espaço. Nesse sentido, Santos (2008) corrobora com esta argumentação ao afirmar que:

“O nome geográfico ou topônimo vai mais além da mera junção de palavras que importam para identificar um certo elemento da paisagem; alcança, na realidade, uma enorme transcendência, porque esta denominação traz implícito, em seu bojo, vários fatores e significados outorgados pelo homem.” (SANTOS, 2008, p.17)

Ao compreender os topônimos enquanto um importante aspecto cultural de uma dada espacialidade e temporalidade, cabe ressaltar a afirmativa de Bourdieu (1989) de que:

“Os símbolos são instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos do conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.” (BOURDIEU, 1989, p.10)

A **forma espacial simbólica** trabalhada nesta pesquisa – os nomes geográficos – está intimamente associada a língua que é considerada por Herder (*apud* Gade, 2003) o mais importante meio para expressar a identidade de um grupo, referindo-se a um capital cultural coletivo. A linguagem é capaz de servir como instrumento através do qual os significados são criados, recriados e comunicados (Cassirer, 2001). Através dos nomes geográficos, então, a linguagem expressa num âmbito geral e de forma integrada os significados de lugares, da identidade e da cultura. Desta forma, verifica-se que a toponímia possui um enorme potencial de comunicação e que, neste tipo de abordagem teórica, linguagem, poder e território articulam-se.

Nesse sentido, diante do contexto histórico de formação social e territorial do Estado brasileiro, Dick (1982) ressalta que:

“A formação etno-histórica do Brasil acusa a existência de estratos populacionais diversos (...) Essa origem heterogênea deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país. (...) A ocorrência de falantes

distintos no território acabaria por marcar, também distintamente, a toponímia local.” (DICK, 1982, p.75)

Enquanto comunicador, os topônimos podem corroborar para a construção ou, até mesmo, destruição de identidades. Conforme Jordan (2011) discute, verifica-se que memorizando, mencionando ou lendo um determinado nome geográfico pode-se estimular toda uma série de sentimentos em um indivíduo que tem laços emocionais com aquele lugar nomeado, aproximando, portanto, a toponímia do conceito de topofilia.

Diante desse contexto, Gade (2003) reitera que a comunicação de identidades por meio da língua pode ser marcada por tensões e negociações, relacionadas, em grande parte, ao controle do território por determinado grupo. Assim, fica clara a presença marcante da dimensão política na temática dos nomes geográficos.

A fim de exemplificar esta discussão teórica, associando a toponímia ao conceito de território, aqui entendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 1995), traz-se a idéia de uma identidade nacional. Azaryahu e Golan (2001), com suas pesquisas, evidenciam que o estabelecimento de uma política de criação, difusão e manutenção de identidade, envolvendo a relação entre língua, política territorial e questões identitárias é recorrente. Diante desta perspectiva, mudanças no teor dos topônimos refletem alterações na configuração de poder sobre determinado espaço, ou seja, os atores que dominavam o mesmo foram destituídos, dando lugar a um novo grupo que, com suas próprias impressões e estratégias, manipulam os nomes geográficos a fim de que sirvam de forma satisfatória aos seus interesses. No que concerne a este fato, existem diversos exemplos relacionados a mudanças de nomes após a queda do regime socialista. Diante dessa interpretação, a toponímia pode ser considerada como uma das formas possíveis de evocar esses nexos constituintes de uma identidade nacional, evidenciando dimensão política que envolve os nomes geográficos.

Portanto, como abordado, é fundamental compreender que os topônimos constituem-se em formas espaciais simbólicas impregnadas de significado. Cabe ressaltar, neste âmbito, que para fins de análise dessa pesquisa, o conceito de **cultura** adotado remete a idéia de “mapa de significados”, já trabalhada por diversos autores como Hall e Cosgrove. Assim sendo, apresenta-se como uma construção intelectual do homem, estando, portanto, sujeita a múltiplas interpretações. A fim de elucidar tal

conceito destaca-se também a metáfora empreendida por Geertz (1973) que trata a cultura como um texto a ser lido e a seguinte argumentação:

“a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível.” (GEERTZ, 1973, p. 24)

Hall (2011) considera que os símbolos são polivocais, resultando do complexo processo de construção de significados apoiado na experiência e na imaginação de indivíduos e grupos sociais. Logo, enquanto formas espaciais simbólicas, os nomes geográficos expressam traços fundamentais do ser humano e incorporam atributos já conferidos a determinadas localizações e itinerários que por sua vez são afetados pela existência de certos objetos e fluxos no espaço. Nesse sentido, os topônimos devem ser compreendidos ainda como uma construção intelectual passível de ser criada e re-criada pela leitura dos diferentes grupos sociais. Trata-se, em si, de um processo dinâmico capaz de combinar crenças e valores da sociedade em determinado momento da história. Dessa maneira, eles não são imutáveis, possuem uma temporalidade que não pode ser desconsiderada, ou seja, se faz de extrema importância entender o contexto histórico em que o “batismo” de determinado espaço se deu para que se torne possível tornar seu significado inteligível. Como já mencionado, em momentos de tensão política, por exemplo, os nomes geográficos podem ser substituídos por denominações que atendam melhor aos objetivos da classe que detém o domínio sobre o ato de nomear.

Cabe uma ressalva sobre a importância de que os nomes geográficos estejam bem definidos no espaço, ou seja, que se encontrem atrelados às suas coordenadas geográficas. Nesse âmbito, Menezes e Santos (2006), com o intuito de valorizar este atributo dos topônimos, utilizam o termo **geônimo** (topônimo + coordenadas geográficas). Os referidos autores afirmam que esta denominação confere importância ao georreferenciamento dos nomes geográficos, singularizando-os no território, e também, possibilitando-lhes uma identificação unívoca sobre a superfície terrestre, passível, portanto, de armazenamento em ambiente de banco de dados geográficos.

Diante de todas as considerações realizadas, pode-se afirmar que a análise dos nomes geográficos é uma contribuição, dentre outras trabalhadas na Geografia, que visa conferir inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre.

### 3.2.1 Motivação Toponímica

Buscando melhor compreender as implicações oriundas da nomeação de uma área, Dick (1990) trabalha a idéia de **motivação toponímica**, que consiste na investigação dos impulsos que levaram ao aparecimento do topônimo. As motivações, de modo geral, relacionam-se a circunstâncias sócio-culturais em que o denominador estava integrado, ou seja, ao contexto histórico em que a nomeação ocorre. Nas palavras da referida autora:

“o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada.” (DICK, 1990, p.34)

Cabe destacar que o batismo de um lugar não se dá de forma arbitrária. Ele é um ato essencialmente motivado. Dois pontos de vista importantes da motivação se apresentam: a intencionalidade do denominador, que subjetiva ou objetivamente, diante das circunstâncias que se apresentam, elege um nome, e a própria origem semântica do nome que expressa seu significado.

Analisar as motivações toponímicas trata-se de árdua tarefa, sobretudo, no que concerne a nomes geográficos cujo batismo ocorreu em um tempo distante do presente. Nesses casos,

“o conjunto das circunstâncias sócio-culturais, em seu mais amplo sentido, que constitui a realidade na qual o denominador se integra, como membro participante de sua dinâmica, poderá facilitar o possível conhecimento dos motivos que o condicionaram naquele momento preciso [da nomeação].” (DICK, 1990, p.50)

Dick (1990) classifica, ainda, as diferentes motivações em taxionomias toponímicas que podem ser tanto de natureza física, quando relacionadas à características do meio natural, da paisagem, quanto de natureza antro-po-cultural, associadas a elementos culturais e sociais. Essas taxes permitem realizar as primeiras indagações sobre o surgimento do topônimo. As classes definidas por Dick (1990) e as respectivas características a que remetem, são as seguintes:

**Tabela 2:** Classificação das Motivações Toponímicas estabelecida por Dick, 1990.

<b>Taxionomias Toponímicas</b>	
<b>Natureza Física</b>	
<b>Taxe</b>	<b>Referência</b>
Astrotopônimo	Corpos celestes
Cardinotopônimo	Posições geográficas
Cromotopônimos	Escala cromática
Dimensiotopônimo	Dimensões da feição
Fitotopônimo	Índole vegetal
Geomorfotôponimo	Relevo
Hidrotopônimo	Feições hidrográficas
Litotopônimo	Índole mineral
Meteorotopônimo	Fenômenos atmosféricos
Morfotopônimo	Forma
Zootopônimo	Índole animal
<b>Natureza Antropo-Cultural</b>	
<b>Taxe</b>	<b>Referência</b>
Animotopônimo ou Nootopônimos	Psiquismo humano
Antropotopônimo	Nomes próprios
Axiotopônimo	Títulos e dignidades
Corotopônimo	Nomes de lugares (ex. países)
Cronotopônimo	Indicadores cronológicos, tempo
Dirrematopônimo	Frases ou enunciados lingüísticos
Ecotopônimo	Habitações
Ergotopônimo	Elementos da cultura material
Etnotopônimo	Elementos Étnicos
Hierotopônimo (hagiotopônimos e mitotopônimos)	Nomes sagrados. <u>Hagio</u> - nomes de santos e santas do hagiologio romano; <u>Mito</u> - entidades mitológicas
Historiotopônimo	Fatos histórico-sociais e suas datas
Hodotopônimo ou Odotopônimos	Vias de comunicação
Numerotopônimo	Números
Poliotopônimo	Constituídos pelos vocábulos: vila, aldeia, cidade, povoação, arraial
Sociotopônimo	Atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro de uma comunidade
Somatopônimo	Partes do corpo humano ou animal

Fonte: Adaptado de DICK, 1990 e SANTOS, 2008

Apesar de se tratar de uma classificação que partiu de um arcabouço teórico oriundo da lingüística, sua análise transcende tal abordagem apontando para características que envolvem, dentre outros, a geografia e a história da denominação. Assim sendo, traz consigo enorme potencial para a pesquisa.

### 3.2.2 Topônimos Transplantados

Inserido nesta discussão toponímica, encontra-se também a categoria dos **topônimos transplantados**. Dick define-os da seguinte forma:

“Este é o designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo. Nessa noção está implícito o sentido de ‘deslocamento’ ou ‘mudança’.” (DICK, 1982, p. 83)

Assim sendo, verifica-se que o nome transplantado quando atrelado a grupos de imigrantes está associado, na maioria das vezes, a um saudosismo da terra natal e a uma tentativa de tornar mais familiar seu novo espaço de vivência.

Ressalta-se, contudo, que nem todos os topônimos transplantados estão associados à migração. Podem apenas refletir a vontade do denominador de imitar o nome já existente ou até mesmo fazer uso deste para qualificar e conferir *status* especial a um dado local.

Sintetizando essas afirmativas tem-se que:

“Não apenas no Brasil, mas em qualquer país de imigração, topônimos deslocam-se, portanto, ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada ‘saudade’ da terra, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado, apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser (...)

A respeito do nome imigrado sem a presença do grupo, Backheuser diz que essa transplantação ocorre principalmente em países novos, ‘de crescimento rápido e cheio de esperanças, prognosticando futuro êxito para as cidades nascentes (...)’.” (DICK, 1982, p.95)

A fim de exemplificar o emprego de topônimos transplantados resgatam-se através de pesquisas de Dick, documentadas em artigo publicado em 1982, alguns momentos em que esta tipologia toponímica foi utilizada pelos portugueses na história brasileira.

Na segunda metade do século XVIII, por volta de 1758, na região norte do país, principalmente ao longo do curso do Rio Amazonas, a transplantação de nomes portugueses se deu de forma bastante incisiva. Tal iniciativa se deu a mando do Marquês de Pombal e visava, dentre outros, combater a permanência de dialetos indígenas que ameaçam, inclusive, a sobrevivência do português como língua oficial da colônia. Assim sendo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do referido Marquês, foi alterando a toponímia das cidades que visitava substituindo os nomes

indígenas por nomes portugueses que remetiam à sua terra natal. Algumas dessas mudanças foram: Tapajós para Santarém; Surubiu para Alenquer; e Gurupatuba para Monte Alegre. Cidades estas que atualmente fazem parte do estado do Pará com esta mesma denominação.

Outro exemplo de transplantação em território brasileiro que cabe ser citado refere-se à região sul do Brasil que na segunda metade do século XIX recebeu expressivo contingente de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos. Na região onde foram assentados os italianos, que hoje compreende os municípios Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves entre outros, diversos topônimos transplantados que faziam alusão à região de origens desses imigrantes foram incorporados, tais como Nova Veneza, Nova Milano e Nova Trento. Nesses casos, destaca-se a presença do adjetivo “nova (o)” utilizado com recorrência como designativo da implantação do nome geográfico transplantado, indicando sua denominação em outro local que não o original.

### 3.2.3 Exônimos e Endônimos

No âmbito da presente discussão conceitual, é importante também abordar as noções de endônimo e exônimo. Tal conceituação refere-se basicamente a aplicação e uso corrente de nomes estrangeiros. Consiste em um campo de análise bastante debatido internacionalmente pelos estudiosos da área e ainda sem consenso.

No glossário elaborado pelo *UNGEGN* (2002), esses termos estão definidos da seguinte forma:

*“Endonym – Name of a geographical feature in one of the languages occurring in that area where the feature is situated. Examples: Vārānasī (not Benares); Aachen (not Aix-la-Chapelle); Krung Thep (not Bangkok); al-Uqsur (not Luxor); Teverya (not Tiberias).*

*Exonym – Name used in a specific language for a geographical feature situated outside the area where that language has official status, and differing in its form from the name used in the official language or languages of the area where the geographical feature is situated. Examples: Warsaw is the English exonym for Warszawa; Londres is French for London; Mailand is German for Milano.” (UNGEGN, 2002, p.10)*

Assim, verifica-se que o **endônimo** refere-se ao nome geográfico de determinada feição na língua oficial da área onde tal elemento se localiza, enquanto o **exônimo** consiste no nome geográfico em uma língua diferente da que é tida como oficial na região de ocorrência da feição geográfica.

Contudo, tais definições utilizam basicamente o critério da língua adotada oficialmente como limiar entre endônimos e exônimos e, por este motivo, vem sendo

fortemente criticadas e diversas propostas de reformulação tem sido apresentadas. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Jordan (2012) que insere nessa conceituação o papel fundamental da comunidade local no processo de nomeação. Nesse sentido, apresenta as seguintes definições:

*“The endonym/exonym divide reflects the difference between ‘our own’ and ‘theirs’. Endonyms in the sense of names given by the community in place mark features which are owned by the community or for which this group feels responsible. Exonyms in the sense of names adopted from other communities reflect the network of a community’s external relations. Difference in language is in most cases an important aspect of the endonym/exonym divide, but not an essential criterion. The endonym/exonym divide exists also within a given language. In consequence, community has to replace language as a definition criterion for the endonym and the exonym.”*  
(JORDAN, 2012, p.31)

Apesar do debate conceitual existente que busca, principalmente, aprimorar os aparatos de padronização dos nomes geográficos, o propósito de tratar de endônimos e exônimos é entender se no contexto de nomes avaliados nesta pesquisa tais construções se fazem presentes uma vez que muitos nomes presentes nos documentos históricos de Petrópolis, conforme será visto posteriormente, são nomes estrangeiros.

No processo de conversão de um endônimo, ou seja, quando determinado nome geográfico é transferido para outro idioma ou outro sistema de linguagem alguns métodos de conversão são aplicados, a saber: a **transliteração** e **romanização**, a **transcrição** e a **tradução**. Sendo apenas este último considerado como gerador de exônimos.

A transliteração consiste na transferência de nomes de determinado alfabeto para outro, Santos (2008, p.27), descreve que “o princípio básico da transliteração é o seguinte: cada caractere gráfico no alfabeto fonte, seja ele alfabético ou silábico, é substituído por um caractere correspondente no alfabeto alvo”. Nesse sentido, quando a transliteração objetiva o alfabeto romano, o processo denomina-se romanização. À guisa de exemplo pode-se citar a romanização do nome da capital russa Moscou: “Москва” (alfabeto cirílico) para “Moskva” (alfabeto romano).

A transcrição consiste essencialmente na conversão fonética de nomes entre línguas distintas, geralmente sem recorrer a diacríticos e outros marcadores utilizados na transliteração. Costuma ser um processo irreversível. A transcrição permite também que os sons de uma língua ágrafa, ou seja, sem forma escrita, sejam convertidos em signos

de uma linguagem escrita já existente, toma-se com exemplo a transcrição do Tupi para o Português.

Por fim, tem-se a tradução que consiste na conversão entre idiomas. Assim, consiste em um processo de expressão de sentido de um nome em uma determinada língua fonte para uma língua alvo. Um exemplo de nome traduzido que pode ser citado para ilustrar essa conversão é “Nova Iorque” nome geográfico em português referente a tradução de “New York” em inglês. Além disso, “Nova Iorque” consiste em um exônimo brasileiro para o topônimo norte-americano a que se refere.

### 3.3 Lugar

O **lugar** enquanto categoria de análise geográfica associa-se a apropriação do espaço por meio de relações de afetividade desenvolvidas pelo indivíduo. Assim sendo, o lugar é abordado por diversos autores, dentre os quais Edward Relph e Yi-Fu Tuan, como um produto da experiência humana.

Mais especificamente, Tuan (1983), trabalha o lugar como “um centro de significados construído pela experiência”. Afirma ainda que o lugar remete a um espaço dotado de personalidade própria construída a partir da vivência do homem sobre o mesmo, incorporando, assim, a dimensão humana ao espaço. Acrescenta também que “o lugar é um mundo de significado organizado”.

Desta maneira, conforme já dito, este conceito remete a uma apropriação afetiva do espaço que deixa, então, de ser abstrato para ser concreto, ou seja, dotado de valor para o indivíduo ou grupo. Buttner (1985) corrobora com essas idéias ao afirmar que o lugar seria o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas. Nesse sentido Relph (1979, p.17) afirma que “o lugar se refere ao tipo de envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança”.

Os lugares podem ser experimentados em diferentes escalas, mas, no geral, são os espaços do cotidiano: ruas, praças, bairros, entre outros. Assim, inserem-se no contexto de uma escala local e regional, em que os indivíduos são capazes de desenvolver sentimentos de pertencimento e identificação.

Estas relações afetivas que se desenvolvem entre o indivíduo ou grupo e o lugar se tornam viáveis em virtude de intenções pré-existentes. Leite (1998) discute essa afirmação a partir de Relph (1979) que argumenta que “os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali

desenvolvidas”; e também de Tuan (1975) que afirma que “o lugar é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos”. A afirmativa que segue corrobora com esta idéia:

“Lugares são os contextos ou panos de fundo para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou seja, eles podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial (...) [pois] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e (...) esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos, no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável.” (Relph [1976: 42-43] *apud* HOLZER, 1999, p.72)

Hogan e Marandola (2009) discute sobre a dimensão coletiva do lugar, pontuando que:

“o lugar também possui uma dimensão coletiva, que diz respeito às relações históricas que a comunidade estabelece e demarca no espaço. Em vista disso, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos de praça, um mastro ou mesmo uma paisagem podem constituir lugares relacionados à historicidade, à memória e à identidade de certo grupo. As experiências históricas são assim compartilhadas tanto pela religiosidade ou mística do lugar, quanto pelos fatos vinculados ou impressos naquela paisagem ou ambiente.” (HOGAN e MARANDOLA, 2009, p. 167)

Diante do exposto, cabe mencionar a seguinte afirmação de Bossé (2004):

“A identidade assume um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do ‘sentido de lugar’. Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.” (BOSSÉ, 2004, p. 166)

### **3.4 Identidade do Lugar**

Conforme Santos (2008) aponta, no topônimo se materializa, sem dúvidas, a **identidade do lugar**. Os indivíduos deixam sempre bem claro, uns aos outros, as afirmações de suas identidades e, nesse sentido, enquanto grupos que vivenciam diferentes espaços, especificamente, os lugares, os nomes geográficos podem fazer parte do discurso e da expressão de tais afirmações.

Cabe, primeiramente, compreender que enquanto uma construção social a identidade se processa a partir de determinados aspectos do conhecimento humano presentes na história, geografia, biologia e sociologia, de um indivíduo ou grupo. Nesse sentido, Ledur *et al.* (2011) argumentam que a identidade é constituída por vários elementos; entre os quais o cultural, o econômico, o político e o religioso.

Hall (2011) evidencia que a identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, religiosas e/ou regionais. Hall desenvolve algumas de suas considerações no que concerne ao contexto de um Estado-Nação que, para ele, remete, além da entidade política, a um sistema de representação cultural. Afirma, nesse âmbito, que as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar.

Acerca da construção de identidades, Claval (2001) destaca que o espaço é um dos elementos passíveis de conferir coesão identitária a um grupo conforme se segue abaixo:

“A identidade é construída a partir da interiorização de uma tradição, são afinidades que são estabelecidas transmitindo às pessoas que as vivenciam o sentimento de pertencer a determinados grupos sociais. A identidade pode basear-se na idéia de uma descendência comum, de uma história assumida em conjunto ou de um espaço com o qual o grupo assume eles [...]” (CLAVAL, 2001, p. 179).

Essa base material do processo sócio-histórico de construção identitária, tida por Haesbaert (1999) como referencial, delimita o objeto de interesse dessa discussão uma vez que pretende-se compreender a ou as identidades que um lugar pode assumir.

No contexto do lugar percebe-se, que além de suas peculiaridades distintivas que o singularizam, sua relação com os outros lugares contribui para reforçar traços identitários uma vez que a identidade, fundamentalmente, se estabelece a partir da percepção das diferenças. Nesse âmbito colabora Bossé (2004) mencionando que:

“A interação sócio-espacial com outros lugares – que nem sempre está limitada à oposição ou ao contraste – participa da construção da identidade local. Por ela são reconhecidas as identidades múltiplas do lugar, que não variam apenas em função das diversas consciências sociais presentes em seu interior, mas também segundo as diversas interpretações e orientações espaciais que essas consciências atribuem às relações voltadas para o exterior e ao seu impacto local. (...) Cada lugar repousa sobre sua própria história e constitui foco único, emissor e receptor de sua singularidade em um espaço de relações com outros lugares, próximos ou distantes, reais ou imaginários, assimilados ou rejeitados.” (BOSSÉ, 2004, p.172)

A fim de concluir o debate sobre a construção de identidades cabe ainda citar que esse processo passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e também pela capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado evocando a noção de “**lugares de memória**” (Bossé, 2004) que será discutida mais a frente.

Verificar a identidade de um lugar, antes de mais nada, presume uma prática dinâmica, simbólica e multiescalar. O lugar é considerado, nas palavras de Bossé (2004), o suporte essencial da identidade cultural, com uma grande variação escalar que parte desde espaços individuais e familiares como o lar até espaços da vida coletiva. Holzer (1999) coloca que a identidade refere-se ao espírito, ao sentido, ao gênio do lugar.

Além disso, conforme vem sendo abordada, a identidade traz consigo um grau de subjetividade e objetividade que através de sua estruturação material – o espaço – se evidencia, nas palavras de Haesbaert (1999):

“(…) por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade.” (HAESBAERT, 1999, p. 174)

Relph (*apud* Holzer, 1999) defende a existência de diversos tipos de identidades do lugar que possuiriam como característica comum o fato de não poderem ser entendidas simplesmente em termos de padrões físicos e de traços observáveis, nem só como produtos de atitudes, mas como uma condição indissociável destes.

Cada lugar é capaz de abrigar diversas identidades que se fazem presentes através de **formas espaciais simbólicas** que a permeiam. Estas são entendidas como construções intelectuais impregnadas de significado que podem ser materiais ou não, fixas ou móveis, mas que possuem explícita espacialidade e, portanto, incluem os nomes geográficos.

Nesse âmbito, os símbolos, conforme Bossé (2004) discute, funcionam como unificadores que servem como elemento de resistência à mudança ou como base de estabilidade, assim favorecem a ancoragem espacial e temporal de uma identidade e sua difusão para além daquele espaço. Contudo destaca também que além da dimensão simbólica que permeia as identidades, o lugar abriga também as práticas ativas e visuais por meio das quais é possível afirmar e vivenciar tais identidades. Nesse sentido, compreendendo a territorialidade como “as modalidades práticas e simbólicas pelas quais um grupo define e controla seu território, a territorialidade revela a identidade do lugar” (Bossé, 2004, p. 173). Haesbaert (1999) corrobora com esta idéia ao afirmar que a referência a um recorte espacial contribui para conferir maior eficácia a essa construção simbólica identitária.

Não se pode deixar de mencionar também a discussão realizada por Relph em seu livro “Place and Placelessness” de 1976, acerca da **identidade do lugar** e da **identidade com o lugar**.

A primeira noção é trabalhada por ele como a semelhança e unidade que o diferencia de outros lugares, em suas palavras “persistent sameness and unity which allows that [place] to be differentiated from others” (Relph [1976, p. 45] *apud* Seamon e Sowers, 2008, p. 45). Esta idéia está baseada em três componentes, a saber: a caracterização física do lugar, as atividades, eventos e situações que ali se desenvolvem e os significados criados pelo indivíduo ou grupo através de suas experiências e intenções em relação ao lugar.

Já a identidade com o lugar relaciona-se a forma como o indivíduo ou grupo experimenta e vivencia o lugar, ou seja, a partir da visão de um *insider* ou de um *outsider*. Nesse sentido, Relph defende que quanto mais uma pessoa se sinta profundamente “inserida” em um lugar mais “forte” será sua identidade com o lugar.

### 3.5 Memória e Lugares de Memória

Outro aspecto que se faz importante no âmbito dessa pesquisa é a **memória**. Memória esta que os nomes geográficos, muitas vezes, possuem a capacidade de resgatar no sentido de que os topônimos na medida que refletem as relações que o homem, enquanto grupo ou indivíduo, estabelece com o espaço, podem ser usados como artifícios para atingir diversos objetivos e, nesse sentido, pode ocorrer a construção e/ou reafirmação de identidades sócio-espaciais, conforme já discutido. Little (1994) ao afirmar que “os grupos humanos têm uma necessidade profunda de criar raízes em lugares específicos”, reitera essa idéia.

Hall (2011) mostra que a identidade cultural está relacionada ao sujeito sociológico, assim menciona que:

“A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2011, p. 12)

Nesse sentido, a memória pode ter grande apelo à consolidação de identidades uma vez que “deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações,

mudanças constantes” (Pollak, 1992). Apesar dessa possibilidade de sofrer alterações, alguns elementos na memória coletiva são imutáveis, estes, na busca pela afirmação de identidades, se mostram os principais elementos a serem evocados, pois como mostra Pollak (1992) “tornam-se parte da realidade e passam a fazer parte da essência da própria pessoa”. A memória, então, se apresenta constituída tanto por acontecimentos pessoais que se relacionam com o indivíduo, quanto por acontecimentos vivenciados coletivamente, sendo estes últimos o foco das considerações para esta pesquisa. Sobre esses acontecimentos Pollak (1992) afirma que:

“são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p.201)

Fazem parte da memória também personagens e lugares. Cabe destacar que os lugares podem ser usados como apoio a memória, ou seja, como auxílio no resgate de lembranças, um exemplo deste fato são os mausoléus. Dessa maneira, é substancial discutir a noção de **lugar de memória** cunhada por Nora na década de 1990. Para o autor, os lugares de memória seriam lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, afirma ainda que:

“Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” (NORA, 1993: 12-13 *apud* GONÇALVES, 2012, p.32)

Conforme, Andrade (2008) afirma, as memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para uma constante visita ao passado, trazendo em si, os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções. A autora aborda ainda que os **lugares de memórias** e as **memórias do lugar** se conjugam em busca de instrumentos de reforço da identidade e da singularidade local.

No contexto desse debate, torna-se possível indagar como os nomes geográficos

podem evocar memórias coletivas. Esta abordagem vai além do substrato material do lugar e perpassa sua denominação, revelando uma importante funcionalidade dos topônimos. Destaca-se, nesse âmbito, a não rara existência de topônimos que mencionem eventos marcantes da história como aqueles que remetem a datas comemorativas como, por exemplo, a proclamação da república ou da independência, ou ainda, que aludem a personagens históricos marcantes. Assim sendo, os topônimos apresentam-se capazes de perpetuar memórias. O estudo das motivações toponímicas e a estruturação histórica dos nomes podem revelar, inclusive, o surgimento de novas intencionalidades que visem preservar determinadas memórias em um dado momento em conformidade com objetivos específicos de uma ordem social dominante.

Estas considerações mostram que a memória e a identidade são elementos que estão fortemente relacionados uma vez que são reflexo de construções sociais que interagem e mutuamente podem se reafirmar. Essas construções podem se refletir no espaço através de museus, monumentos, de forma geral patrimônios culturais materiais, e também dos topônimos, construindo, assim, os “**lugares de memória**” que, por sua vez, apóiam a consolidação e perpetuação das lembranças que são trazidas ao presente.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes da descrição das etapas metodológicas cumpridas cabe citar a advertência de Abreu (2000) sobre as metodologias em estudos que envolvem Geografia Histórica:

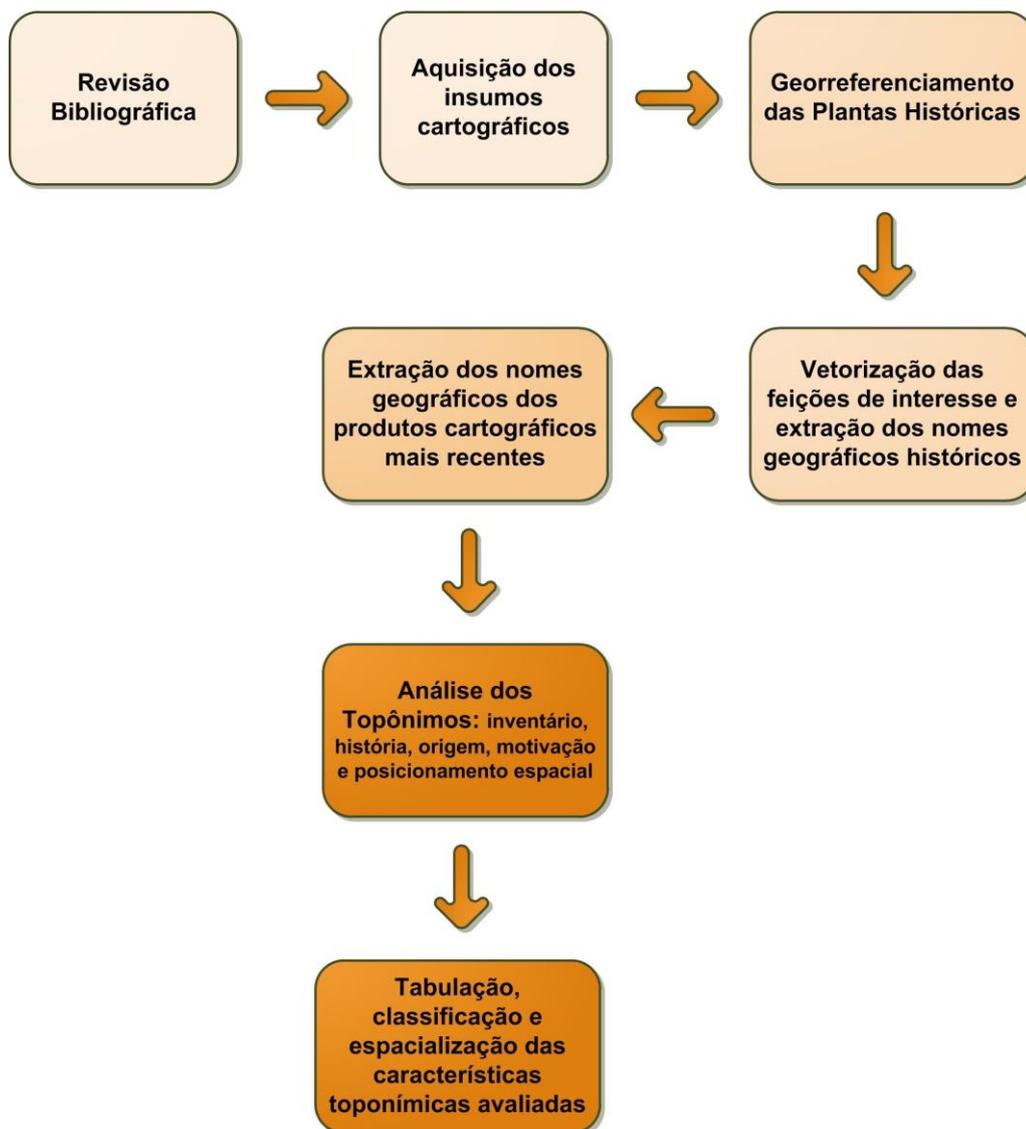
“Dentre as regras fundamentais que permitem que estudemos o passado, citaremos aqui apenas três. A primeira é a que preconiza que se as categorias de análise da geografia são universais, as variáveis que as operacionalizam não o são; daí precisamos estar sempre atentos à adequação destas últimas para o entendimento do passado. Variáveis não trafegam impunemente no túnel do tempo, só as categorias de análise podem fazê-lo. A segunda regra, por sua vez, indica que só se pode entender o ‘presente de então’ se pudermos contextualizá-lo. Embora informado pelo presente, o passado não é o presente. Daí, para compreendê-lo, há que se investir muito em pesquisa indireta, via leitura do que já foi produzido sobre o tempo que se decidiu estudar, e também em pesquisa direta, realizada nas mais diversas ‘instituições de memória’ (...) Finalmente, há também que levar em conta que as geografias do passado trabalham, não com o passado propriamente dito, mas com os fragmentos que ele deixou. Por isso, é preciso sempre desconfiar dos vestígios que encontramos, pois os documentos não são neutros, isto é, incorporam estruturas de poder (...). Por outro lado, há também que tentar dar conta do que não deixou vestígios, mas que sabemos que ocorreu ou que deve ter ocorrido.” (ABREU, 2000, p.18)

Outro aspecto de suma importância para a construção da presente metodologia consiste na utilização do Geoprocessamento para o tratamento e análise dos materiais cartográficos históricos a partir de sua inserção em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente digital. Nessa perspectiva, apresentam-se as seguintes definições de Geoprocessamento e SIG:

“Segundo Câmara, Davis e Monteiro (2001), o termo **geoprocessamento** denota a disciplina de conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica. Xavier da Silva (2000), privilegiando a execução do geoprocessamento digital, o define como um conjunto de técnicas computacionais que opera sobre bases de dados georreferenciados, para transformá-los em informações relevantes, com análises, sínteses e reformulações desses dados, tornando-os utilizáveis em um sistema de processamento automático.” (MENEZES e FERNANDES, 2013, p. 203)

“Os **SIG** constituem uma ferramenta analítica para tratar informações referenciadas espacialmente, além de possibilitarem a manipulação de diversas fontes, como levantamentos de campo, cadastros, mapas e sensoriamento remoto. (...) Assumimos o SIG como uma geotecnologia de geoprocessamento capaz de trabalhar com o grande volume e complexidade de dados requeridos em estudos integrativos, além de possibilitar a manipulação das informações geográficas nele armazenado.” (MENEZES e FERNANDES, 2013, p. 207)

As etapas necessárias à plena realização da pesquisa encontram-se sintetizadas no próximo fluxograma e detalhadas nos tópicos seguintes.



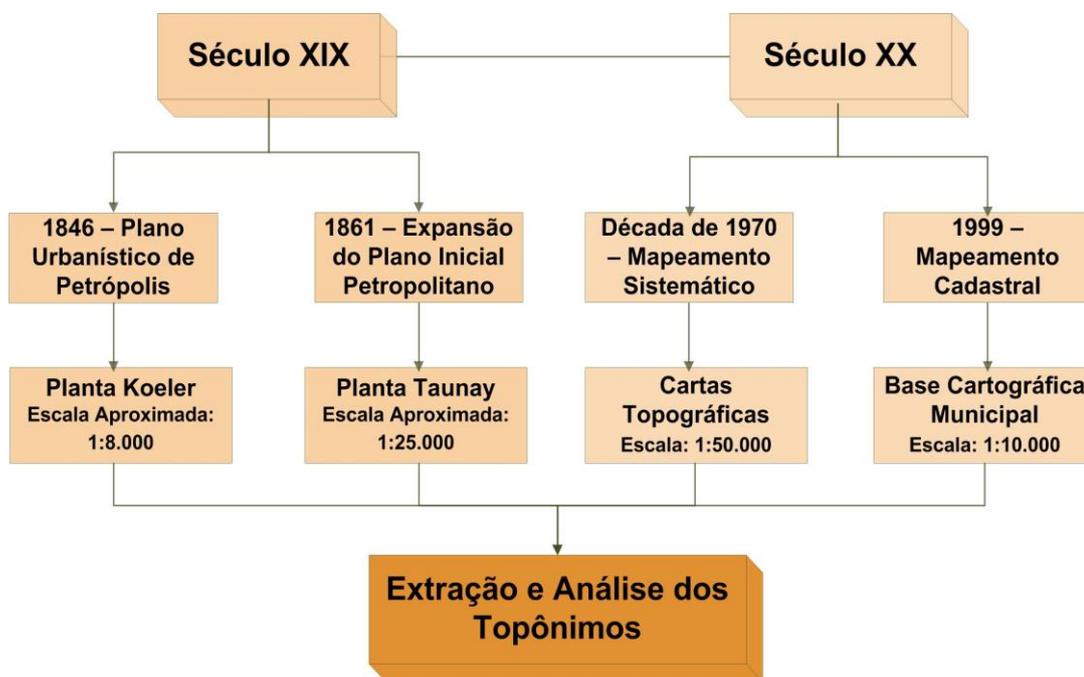
**Figura 7** – Etapas metodológicas.

#### **4.1 Aquisição e Preparo dos Documentos Cartográficos**

A pesquisa foi iniciada com a realização de um amplo levantamento bibliográfico a fim de consolidar a revisão conceitual, visando o pleno domínio teórico da temática e das características da região estudada. Além disso, foram feitas pesquisas a fim de localizar as plantas históricas de Petrópolis, insumo essencial para o presente trabalho. Posteriormente, essas plantas bem como bases cartográficas mais recentes da cidade foram adquiridas.

Nesta pesquisa foram, então, realizadas análises toponímicas em diferentes escalas e temporalidades, conforme apresentado na Figura 8. Assim sendo, no próximo tópico são descritos o tratamento e preparo dos documentos históricos visando a extração dos seus nomes geográficos e, em seguida, são apresentados os materiais cartográficos

contemporâneos que também fizeram parte das avaliações, sobretudo, viabilizando a comparação da toponímia petropolitana em momentos distintos.



**Figura 8:** Diferentes escalas e temporalidades dos insumos cartográficos.

#### 4.1.1 Plantas do Século XIX

Um grande esforço para a realização desta pesquisa consistiu em conhecer e escolher as plantas produzidas nos anos iniciais da fundação de Petrópolis, buscando identificar aquelas que continham as informações necessárias para responder aos questionamentos levantados nessa dissertação. Nesse sentido, era sabida a importância da planta projetada pelo Major Koeler e que delineava a organização espacial inicial da cidade. Além desta, procurou-se também outra planta que mostrasse os traços das primeiras expansões daquele planejamento, especificamente, a de Otto Reymarus que demarcava os novos quarteirões da cidade e a do Major Taunay que basicamente reproduz tal desenho.

Identificou-se, então, que a Planta Koeler original, datada de 1846, estava sob os cuidados da Companhia Imobiliária de Petrópolis, emoldurada e exposta em uma das paredes de sua sede. Tal documento possui aproximadamente 1,2 m x 1,2 m e, infelizmente, pela idade e condições de armazenamento, encontra-se com algumas deteriorações.

A planta de Otto Reymarus, datada de 1854, não foi localizada pela presente pesquisadora, sendo então utilizada a do Major Taunay elaborada em 1861. Réplicas desta

planta foram encontradas na Companhia Imobiliária de Petrópolis e no Museu Imperial, estando, neste último, em cores e, sendo, portanto, escolhida para o trabalho.

A principal dificuldade para execução da pesquisa e que se constituiu em um grande entrave foi a digitalização desses materiais, sobretudo, da Planta Koeler visto que era inviável retirar a mesma da Companhia Imobiliária e que seu estado de conservação impedia o uso de equipamentos digitalizadores. Dessa maneira, a saída encontrada foi fotografar o documento cartográfico. Entretanto, tal tarefa também não foi fácil visto que os instrumentos disponíveis para aquisição das fotos e a moldura da planta dificultaram e prejudicaram a qualidade das mesmas.

Conforme a figura abaixo ilustra, a Planta Koeler foi fotografada por inteiro e também por cenas sob a tentativa de se formar um mosaico de maior qualidade através da edição das fotos em *softwares* especializados. Visando viabilizar esta junção, as cenas foram adquiridas com uma área de sobreposição entre si.



**Figura 9:** Planta Koeler em sua moldura e o esboço das cenas.

As linhas tracejadas representam as faixas de sobreposição.

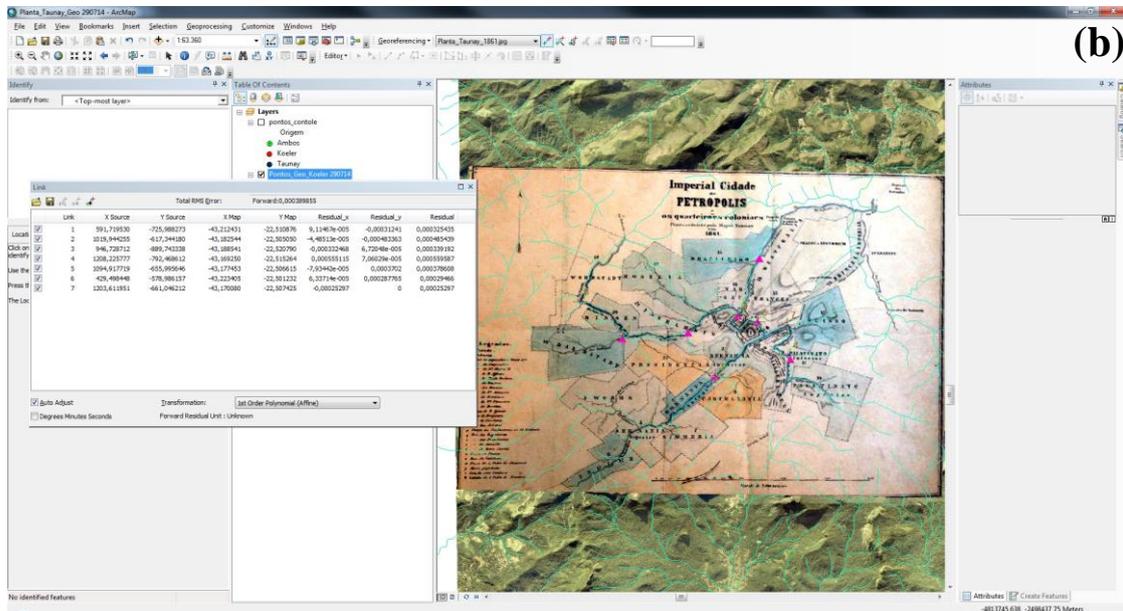
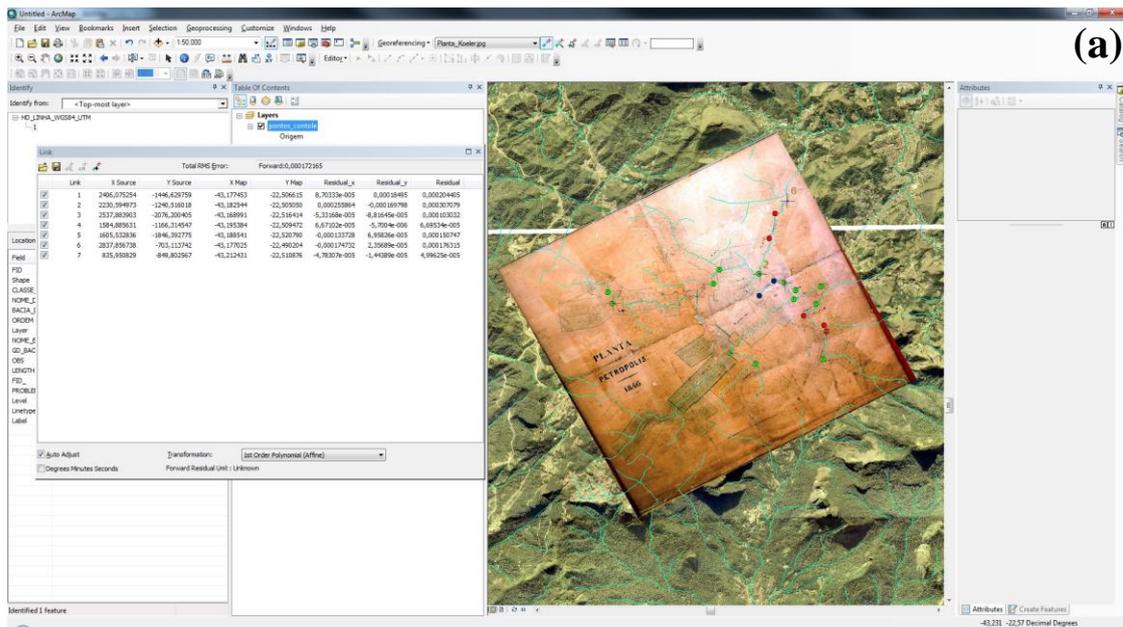
Contudo, devido a limitações no que diz respeito à forma de aquisição das fotografias não foi possível construir um mosaico adequado das cenas. Dessa forma, optou-se pelo trabalho com a foto que enquadrava a planta em sua totalidade e as imagens de maior detalhe foram utilizadas como apoio para sanar possíveis dúvidas.

No caso da Planta Taunay, cujo tamanho aproximado equivale a 49 cm x 64 cm, não houve necessidade de se trabalhar com cenas. Dessa forma, a planta foi fotografada em uma única tomada.

Com posse das plantas em ambiente digital, a etapa seguinte consistiu no georreferenciamento das mesmas, ou seja, as plantas foram associadas a um sistema de referência conhecido. Gaspar (2009) ressalta que esse processamento facilita a leitura dos mapas ou similares, recupera a informação geográfica neles contida, além de permitir a determinação e interpretação de suas características geométricas, a medição da sua exatidão ou comparação com outros mapas. Nesse âmbito, tais documentos foram referenciados ao datum horizontal<sup>16</sup> WGS84 com projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), Fuso 23. O principal insumo para este georreferenciamento foram ortofotos, datadas de 2006, com resolução de um metro, disponibilizadas pelo IBGE. Além disso, como apoio adicional, foi utilizada a base cartográfica municipal na escala 1:10.000.

---

<sup>16</sup> Datum horizontal pode ser resumidamente definido como o sistema de referência para as coordenadas geodésicas. (Glossário Cartográfico, IBGE )



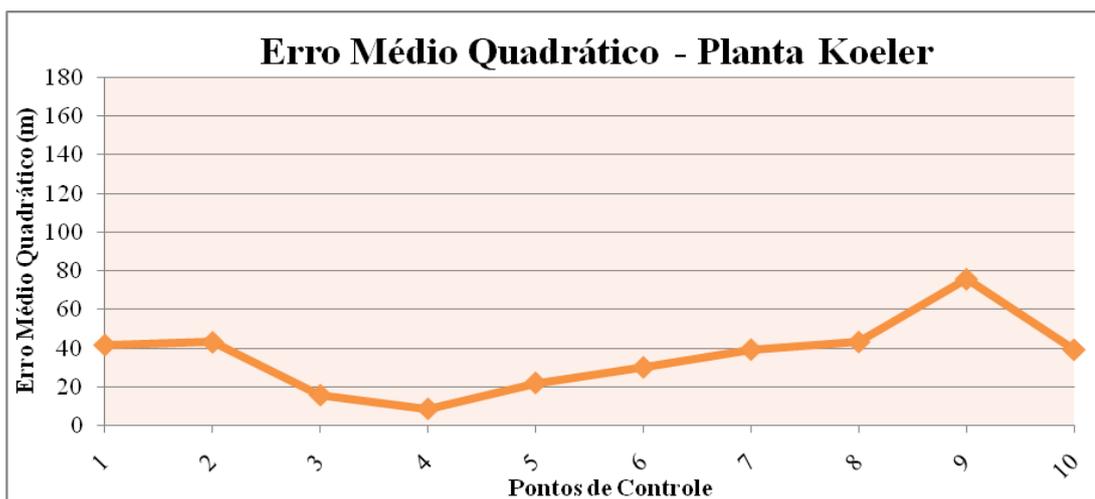
**Figura 10:** Processo de georreferenciamento através do *software* ArcGIS 10.1: (a) Planta Koeler; (b) Planta Taunay.

A escolha dos pontos utilizados no georreferenciamento careceu de bastante atenção visto que muitos elementos que constam das plantas históricas encontram-se alterados ou descaracterizados na atualidade. No geral, confluências de rios, vias e suas esquinas foram elementos passíveis de fácil reconhecimento tanto nas plantas quanto nas ortofotos, sendo, portanto, empregados no processo.

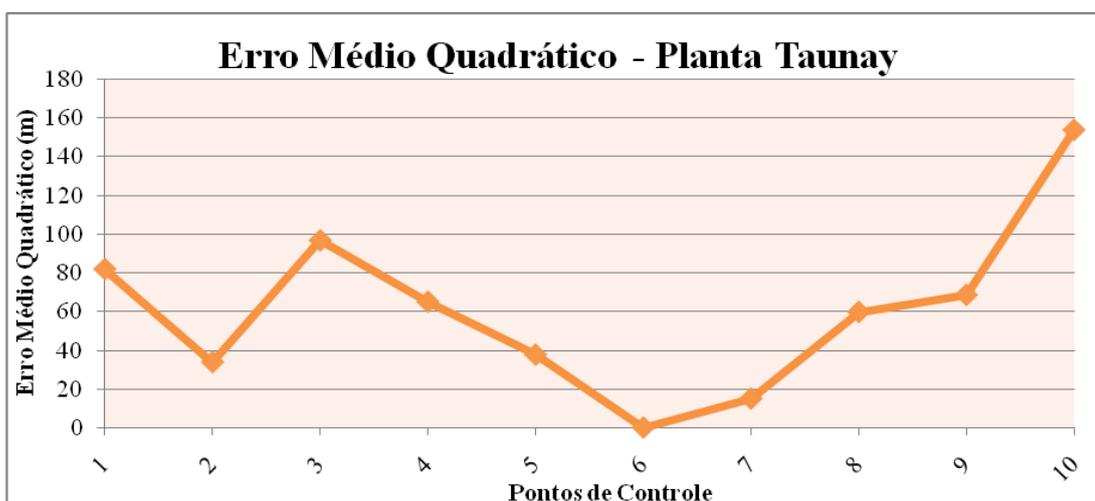
Foram utilizados, então, para o georreferenciamento de cada planta sete pontos, dentre os quais apenas quatro foram comuns aos dois documentos. Ressalta-se que o ideal seria que

os mesmos pontos fossem utilizados para o processamento de ambas as plantas, contudo, infelizmente, isso não foi possível devido às diferenças na escala desses produtos.

Em seguida, realizou-se um processo de validação do georreferenciamento através do cálculo do Erro Médio Quadrático (EMQ) que consiste em uma forma de avaliar as diferenças entre as coordenadas utilizadas como base, no caso as das ortofotos, e suas respectivas posições nas plantas georreferenciadas. Para tal verificação, foram utilizados dez pontos de controle. As figuras a seguir apresentam os resultados dessa validação:



**Figura 11:** Resultado da Validação do Georreferenciamento, Planta Koeler.



**Figura 12:** Resultado da Validação do Georreferenciamento, Planta Taunay.

Conforme expresso pelos os gráficos, a qualidade do georreferenciamento da Planta Koeler foi superior a da Planta Taunay, sendo as médias do EMQ 17,11 m e 27,20 m, respectivamente. Isso se deve, em grande parte, a maior riqueza de detalhes da primeira. Após

o georreferenciamento foi possível chegar à escala aproximada do levantamento, sendo 1:8.000 a da Planta Koeler e 1: 25.000, a da Planta Taunay. Além disso, constatou-se que a Planta Koeler utilizou as braças portuguesas, antiga unidade de medida que corresponde a 2,2 m.

Com o intuito de melhor interpretar esta validação, os resultados desse processamento foram confrontados com o Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC)<sup>17</sup> que estabelece os parâmetros básicos de verificação da qualidade posicional do mapeamento em relação a sua escala. Assim sendo, segundo estes critérios categoriza os mapas em Classe A, B ou C. Dentro dessa avaliação, após o georreferenciamento realizado, a Planta Koeler atenderia à escala 1:50.000, Classe C, e a Planta Taunay, à escala 1:100.000, Classe B.

**Tabela 3:** Verificação das Plantas Koeler e Taunay em relação ao PEC.

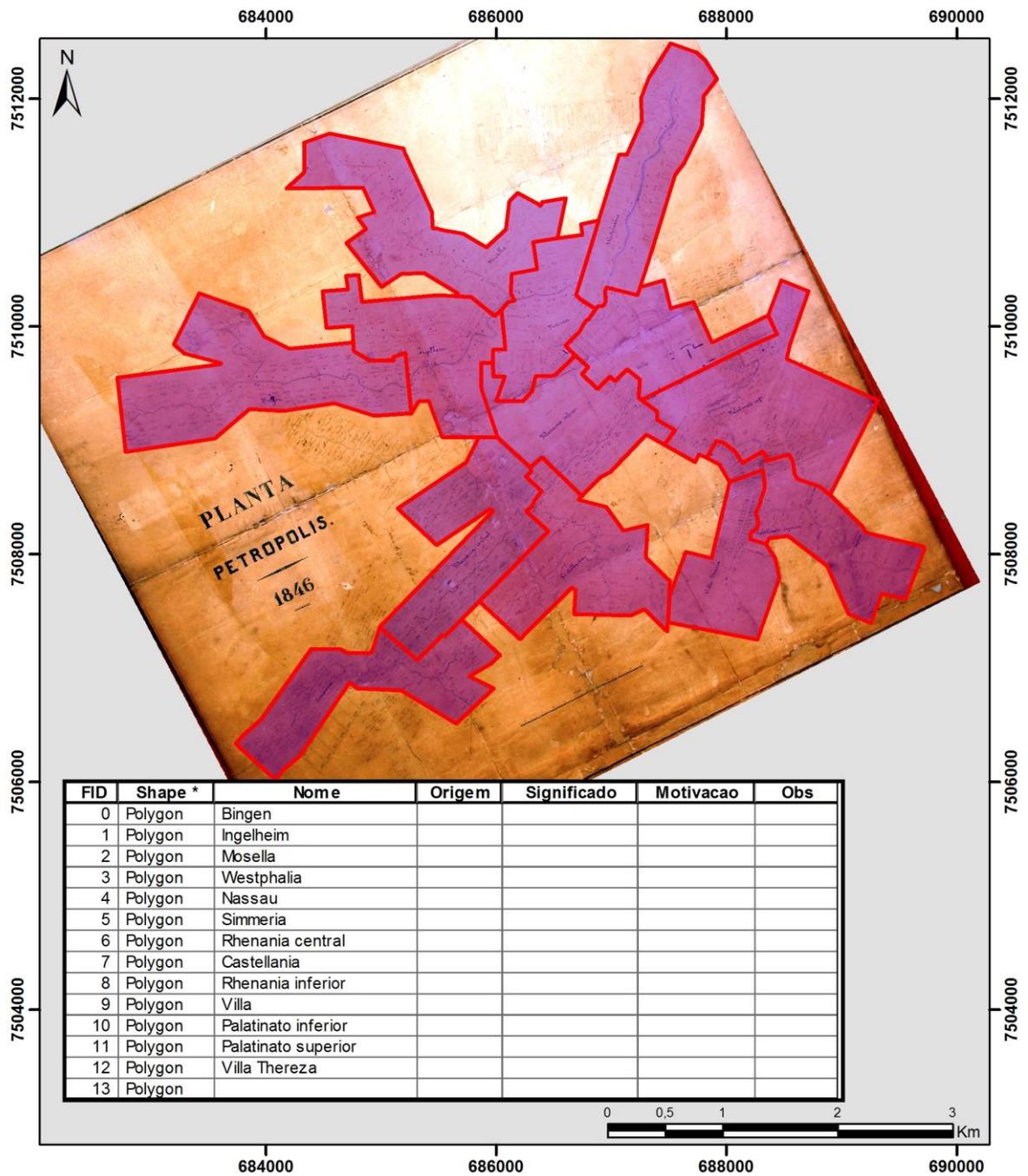
Classe	A	B	C	A	B	C	A	B	C
EMQ Padrão (mm)	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6
Tolerância Padrão (mm)	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0
Escala	1:25.000			1:50.000			1:100.000		
EMQ (m)	7,5	12,5	15	15	25	30	30	50	60
Tolerância (m)*	12,5	20	25	25	40	50	50	80	100

\*A tolerância significa que, no mínimo, 90% dos pontos devem posuir EMQ inferior aos valores estabelecidos.

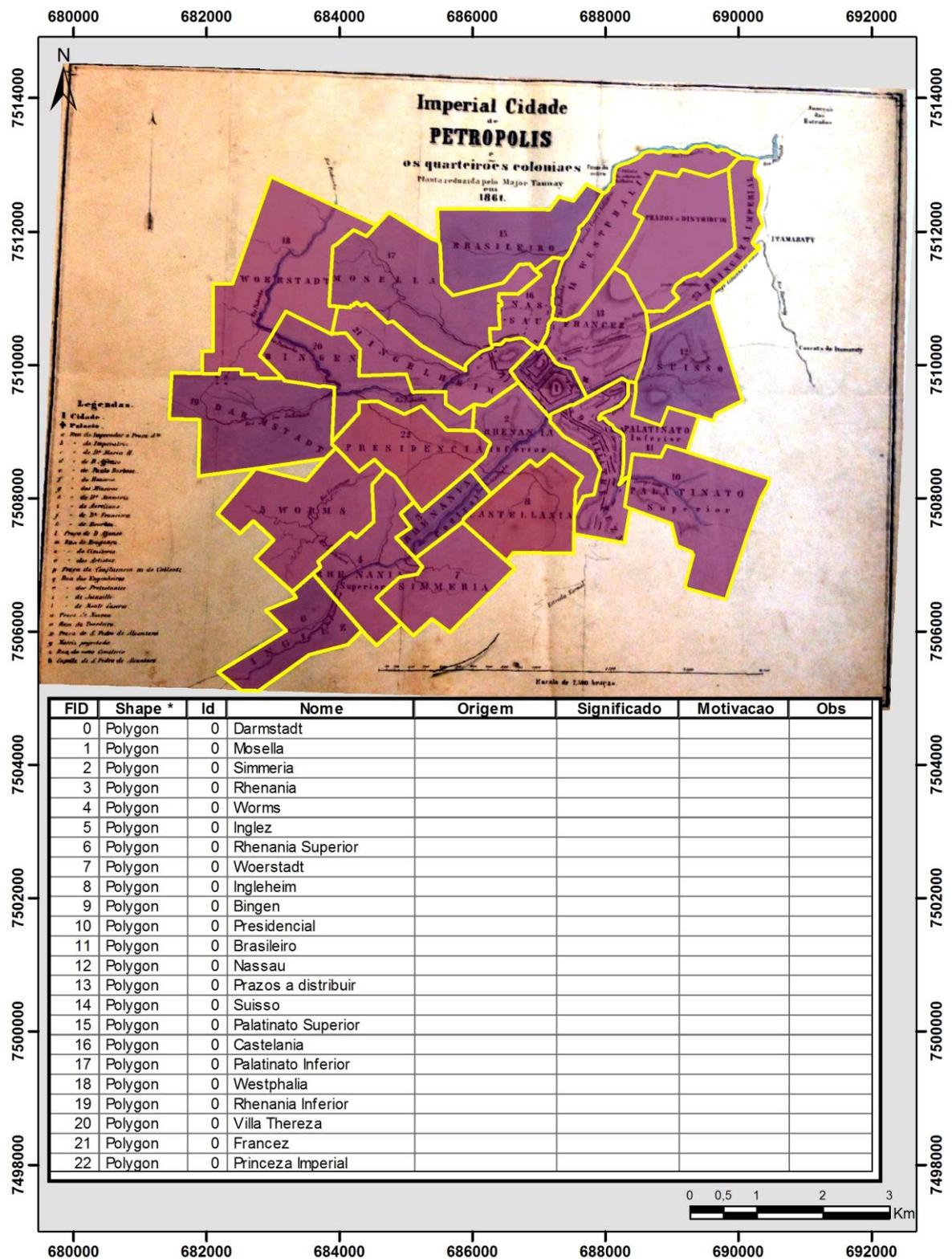
O georreferenciamento das plantas históricas, então, as insere dentro de um SIG, facilitando sua manipulação e possibilitando a sobreposição com outros materiais cartográficos. Além disso, permite que aos nomes geográficos sejam associadas coordenadas geográficas. Dessa maneira, pode-se dizer, na concepção de Menezes e Santos (2006), que esta fase insere os topônimos no conceito de geônimo.

Assim sendo, após o georreferenciamento, as feições de interesse – os bairros e as vilas do Plano Povoação-Palácio de Petrópolis – existentes nas plantas foram vetorizadas. Esse procedimento faz com que as feições antes armazenadas em formato matricial (*raster*) sejam transformadas em vetores aos quais podem ser associados atributos através de um Banco de Dados Geográficos (BDG). As figuras a seguir ilustram os bairros vetorizados e a tabela de atributos criada. Os arquivos vetoriais são fundamentais para a construção das análises espaciais desta pesquisa como será apresentado adiante.

<sup>17</sup> O PEC compõe o conjunto de Normas Técnicas da Cartografia Nacional estabelecido pelo decreto nº 89.817, de 20 de Junho de 1984.



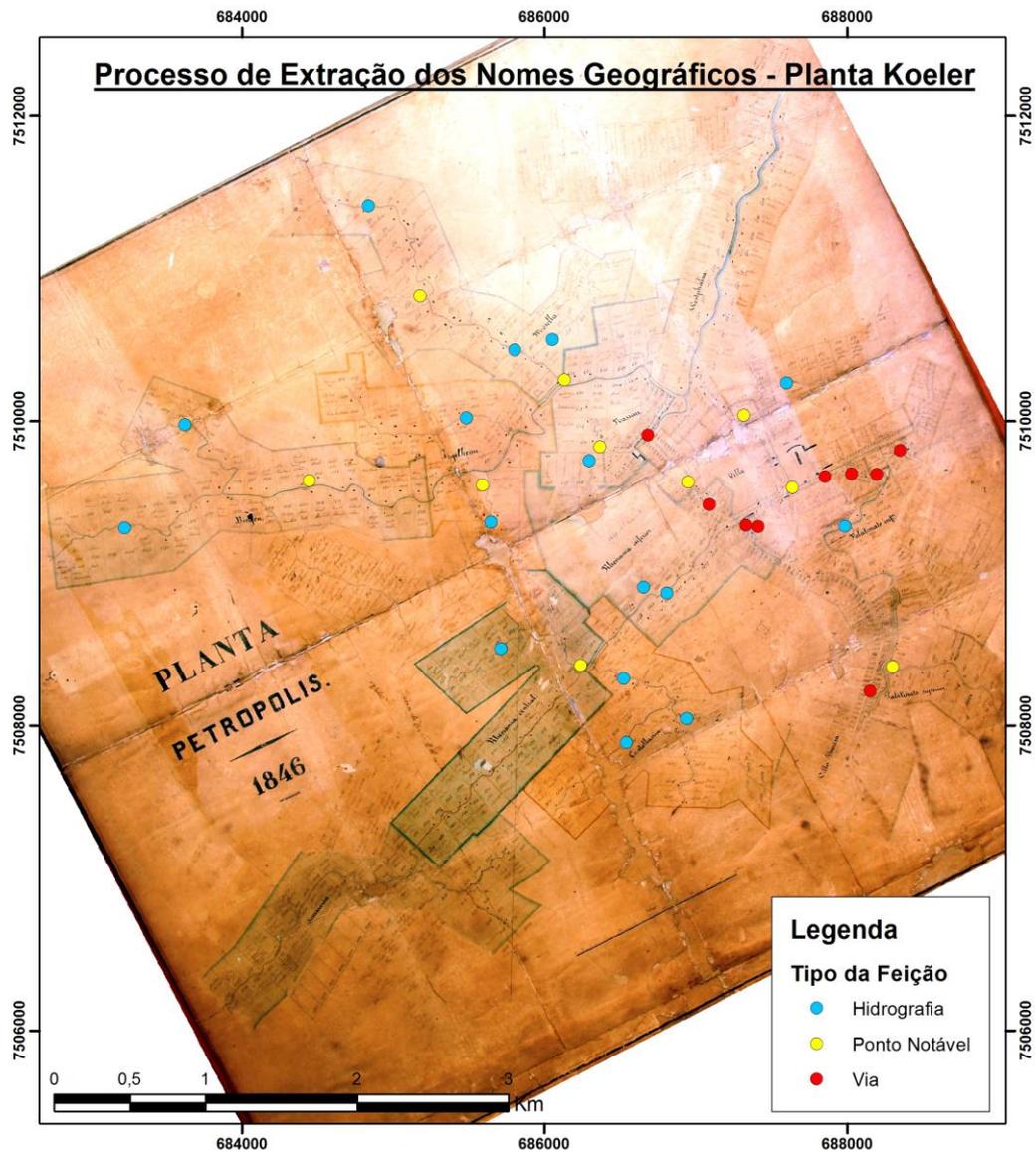
**Figura 13:** Feições vetorizadas da Planta Koeler e sua tabela de atributos.



**Figura 14:** Feições vetorizadas da Planta Taunay e sua tabela de atributos.

A etapa seguinte consistiu no levantamento e extração dos topônimos encontrados nas plantas históricas. De maneira similar ao que foi realizado com os quarteirões e vilas, os

demais nomes de feições presentes nestes materiais, no caso, referentes à hidrografia e vias, foram extraídos. Dessa forma, a cada nome foi atribuído um ponto que, por sua vez, foi associado aos atributos presentes no seu BDG (Figuras 15 e 16).



**Figura 15:** Extração dos nomes geográficos das plantas históricas – Exemplo da Planta Koeler.

FID	Shape *	Id	Nome	Tipo	Origem	Significado	Motivacao	Obs	POINT X	POINT Y
0	Point	0	Rio Ave Lallema	Hidrografia					683227,461264	7509296,95033
1	Point	0	Rio Piabanha	Hidrografia					683624,416433	7509975,36981
2	Point	0	Rio Paulo Barbo	Hidrografia					684837,317365	7511409,50254
4	Point	0	Rio Alpoim	Hidrografia					685483,431157	7510021,56174
8	Point	0	Rio Simonsen	Hidrografia					686052,147555	7510532,70469
9	Point	0	Rio Paulo Barbo	Hidrografia					685802,380389	7510466,02956
11	Point	0	Rio do Cemitério	Hidrografia					686294,506373	7509738,9531
12	Point	0	Rio Cavalcante	Hidrografia					685712,421876	7508507,05064
13	Point	0	Rio Koeler	Hidrografia					686655,112129	7508907,56446
15	Point	0	Rio de la Mare	Hidrografia					685645,883444	7509336,50782
18	Point	0	Rio Almeida Torr	Hidrografia					687600,717215	7510248,91645
23	Point	0	Rio Ribeiro	Hidrografia					686937,458388	7508044,77413
24	Point	0	Rio Aureliano	Hidrografia					686523,384644	7508309,35799
25	Point	0	Rio Quitandinha	Hidrografia					686809,135215	7508871,5987
28	Point	0	Rio Palatino	Hidrografia					687984,041905	7509308,02978
29	Point	0	Rio Verna	Hidrografia					686541,001519	7507890,38944
34	Point	0	Rio Limpo	Hidrografia					689161,969261	7507715,76409
35	Point	0	Rio Palatino	Hidrografia					689550,907539	7507874,51441
3	Point	0	Praça do Bingen	Ponto Notável					684445,204081	7509609,27394
5	Point	0	Praça de Ingelh	Ponto Notável					685590,422257	7509579,54133
6	Point	0	Praça de Wiesb	Ponto Notável					686130,967088	7510269,78771
7	Point	0	Praça de Meyer	Ponto Notável					685176,348512	7510816,94714
10	Point	0	Praça de Nassa	Ponto Notável					686366,473184	7509829,96995
14	Point	0	Praça D. Afonso	Ponto Notável					686946,683546	7509598,12834
17	Point	0	Igreja e Praça de	Ponto Notável					687318,053455	7510037,60214
26	Point	0	Praça de S. Goa	Ponto Notável					686237,634072	7508396,67066
27	Point	0	Praça de Woerst	Ponto Notável					688298,367534	7508387,27794
31	Point	0	Praça do Impera	Ponto Notável					687637,966213	7509563,61779
16	Point	0	Rua dos Artistas	Via					686684,375105	7509907,95605
19	Point	0	Rua dos Mineiro	Via					688350,865382	7509807,16723
20	Point	0	Rua do Imperado	Via					687855,564391	7509634,92314
21	Point	0	Rua de D. Janua	Via					687413,709341	7509305,51623
22	Point	0	Rua de D. Franci	Via					687334,334182	7509316,09959
30	Point	0	Rua do Mordomo	Via					688028,491994	7509654,10547
32	Point	0	Rua de Bourbon	Via					687085,515108	7509452,49257
33	Point	0	Rua do Honorio	Via					688196,767331	7509650,93046
36	Point	0	Estrada Nova do	Via					688150,068279	7508227,46928

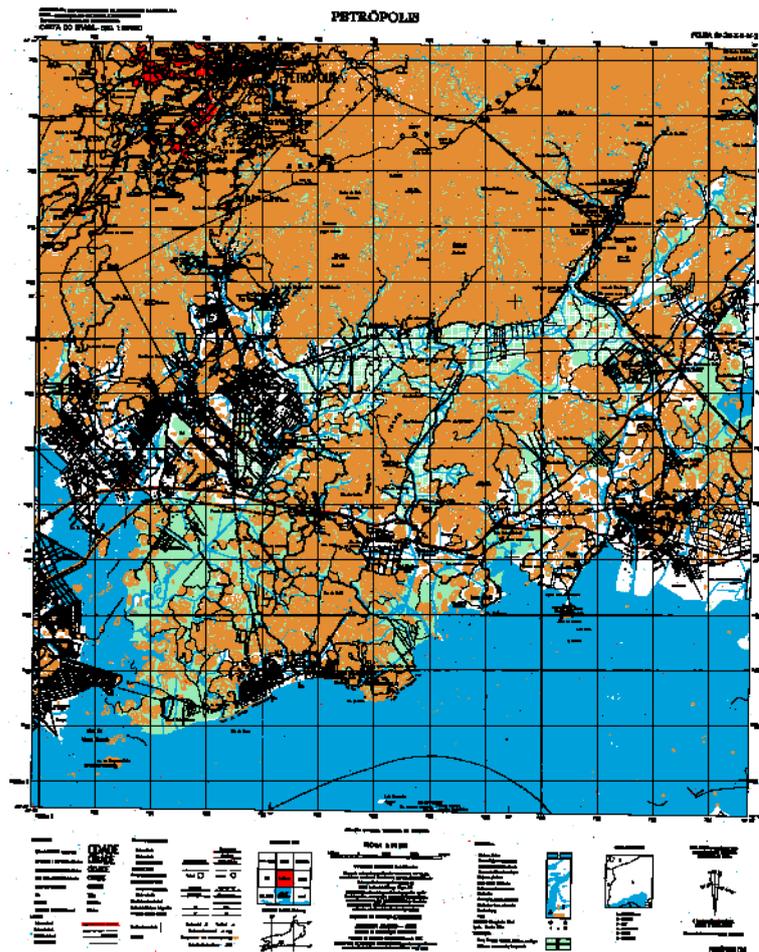
**Figura 16:** BDG associado aos nomes geográficos extraídos – Exemplo da Planta Koeler.

Desta forma, os primeiros objetos de análise da pesquisa foram consolidados.

#### 4.1.2 Bases Cartográficas Contemporâneas

Um segundo grupo de nomes geográficos utilizado na pesquisa consiste em topônimos extraídos de mapeamentos mais recentes do município de Petrópolis. Conforme apresentado anteriormente na Figura 8, tratam-se de produtos oficiais produzidos na segunda metade do século XX e que são o retrato cartográfico mais atualizado da área. O objetivo de utilizar esses nomes geográficos é viabilizar a comparação com os nomes pretéritos e o entendimento da configuração toponímica atual, sobretudo, no que tange a presença de topônimos de origem alemã.

Assim sendo, um dos insumos empregados foi o Mapeamento Topográfico Sistemático Brasileiro, na escala 1:50.000, produzido pelo IBGE na década de 1970. O município de Petrópolis abrange quatro folhas deste mapeamento, a saber: Petrópolis, Itaipava, Três Rios e Miguel Pereira.



**Figura 17:** Uma das folhas 1:50.000 utilizada: Carta Topográfica de Petrópolis.

Com as camadas de informação do referido mapeamento em formato vetorial, disponibilizadas pelo IBGE, foram selecionadas as categorias de interesse e extraídos os nomes geográficos. Assim sendo, foram adquiridos topônimos relativos a localidades, hidrografia e vias. Para esses nomes também foi atrelado um BDG com atributos referentes às suas coordenadas, origem, história, significado e motivação.

O segundo mapeamento utilizado foi a base cartográfica municipal na escala 1:10.000 produzida em 1999 pela empresa Prospec em atendimento a demanda da Prefeitura de Petrópolis. Essa base também se encontrava em formato vetorial e, conforme realizado com as cartas topográficas mencionadas, foram extraídos os nomes geográficos e criada sua tabela de atributos. Nesse caso, os nomes geográficos trabalhados referem-se à feições hidrográficas e vias.

## 4.2 A Construção das Análises Toponímicas

Após o tratamento dos insumos cartográficos e aquisição do objeto de estudo desta dissertação – os nomes geográficos – foram iniciados os procedimentos para análise toponímica.

Primeiramente, através de pesquisa em dicionários etimológicos, documentos históricos, entre outros, foi preenchido o campo referente a origem cultural dos nomes geográficos. Tal tarefa se mostra bastante complexa e, por vezes, requer bastante reflexão. Optou-se pelo termo origem cultural à origem etimológica visto que pretende-se considerar aspectos que vão para além da essência da palavra em si.

Nesse sentido, destaca-se a busca por informações que pudessem dar indícios das motivações que envolvem os nomes geográficos presentes na cidade de Petrópolis quando de seu planejamento inicial, especificamente, os nomes de origem alemã. Para tanto, dados referentes à genealogia e origem dos imigrantes que chegaram à Petrópolis foram empregados.

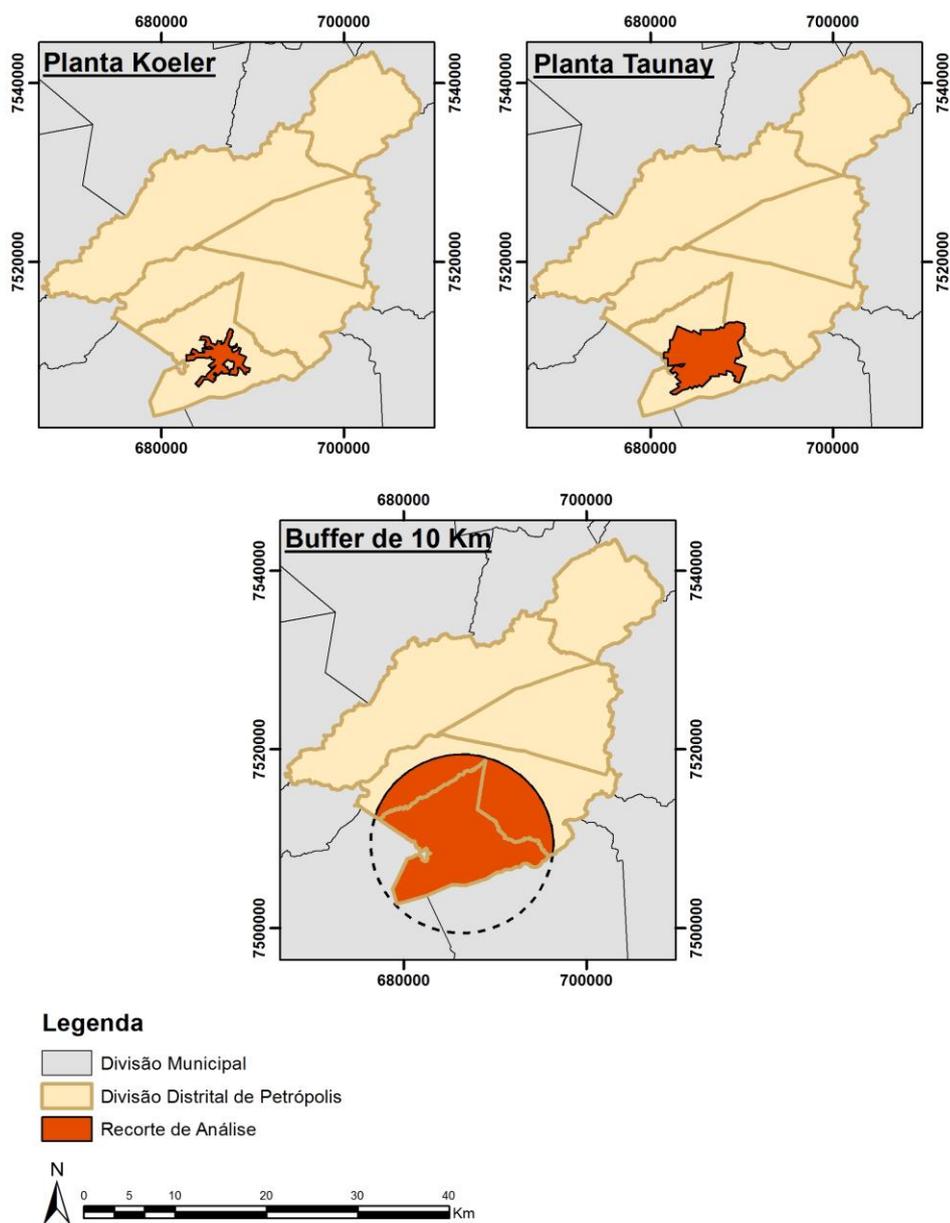
Ressalta-se também a classificação dos topônimos de acordo com sua motivação toponímica através das taxionomias definidas por Dick (1990). Com esta distribuição buscou-se encontrar correlações entre as observações e a literatura a partir de paralelos traçados com os aspectos econômicos, sociais e culturais existentes no ato da nomeação.

Todas essas informações foram traduzidas em tabelas, gráficos e mapas que buscam ilustrar e auxiliar na análise dos padrões espaciais das características toponímicas estudadas.

As informações oriundas do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 foram utilizadas para contextualizar, de forma geral, como se configuram, a nível municipal, os topônimos petropolitanos atuais. Verificando, sobretudo, a existência de evidências da presença alemã nesse conjunto de nomes geográficos e também suas respectivas motivações.

Partindo para análises mais pormenorizadas dos topônimos de Petrópolis, através de ferramentas do SIG, os nomes geográficos oriundos dos demais insumos cartográficos empregados, foram tratados conforme recortes espaciais específicos que se concentram na área planejada inicialmente para a cidade de Petrópolis, onde as marcas culturais da presença alemã provavelmente se fazem mais fortes. Portanto, os recortes espaciais de análise empregados foram: os bairros e vilas da Planta Koeler, os bairros e vilas da Planta Taunay, e uma área com raio de 10 Km a partir do centro das plantas históricas, não ultrapassando o limite municipal atual (Figura 18). Assim sendo, os dois primeiros recortes estão completamente inseridos dentro do 1º distrito de Petrópolis, e o terceiro abrange todo

este e parte do 2º Distrito (Cascatinha). Essas áreas definiram os conjuntos de nomes geográficos da base cartográfica 1:10.000 a serem trabalhados. Além disso, utilizando os nomes extraídos desse recorte, realizou-se uma estimativa de densidade dos nomes segundo sua origem através do método Kernel com o objetivo de identificar onde, na atualidade, os nomes alemães estão concentrados.



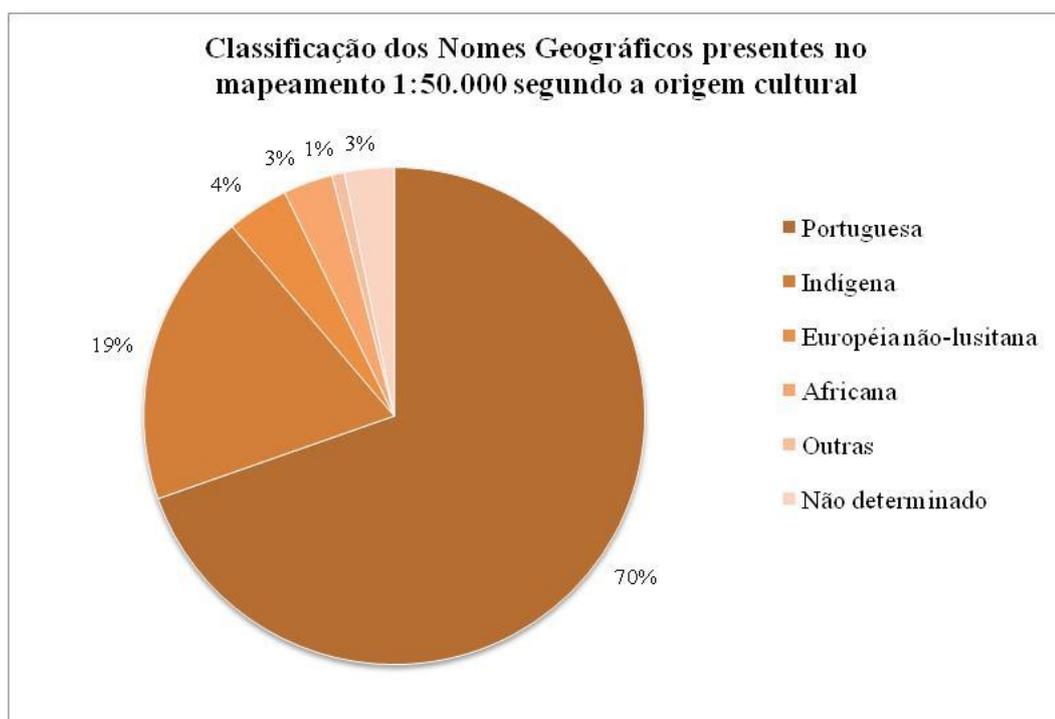
**Figura 18:** Recortes Espaciais adotados para as Análises Toponímicas.

## 5 ANÁLISES TOPONÍMICAS

### 5.1 A Toponímia Petropolitana Contemporânea – Uma Macro Avaliação

Com o intuito de identificar, em um contexto geral, como se encontram distribuídos os topônimos considerados atuais do município de Petrópolis, foi realizada essa primeira análise que considerou o Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000.

Nesse âmbito, 125 topônimos foram analisados e classificados de acordo com suas origens culturais e motivação. A Figura 19 e a Tabela 4 apresentam os resultados obtidos com esta classificação.



**Figura 19:** Gráfico com a distribuição dos nomes geográficos na escala de 1:50.000 segundo sua origem cultural.

**Tabela 4:** Total de topônimos analisados, extraídos do Mapeamento Sistemático Brasileiro na escala 1:50.000

Origem	Quantidade
Portuguesa	87
Indígena	24
Européia não-lusitana	5
Africana	4
Outras	1
Não determinado	4
<b>Total</b>	<b>125</b>

Foi verificado que 70% dos topônimos presentes são de origem portuguesa, 19% de origem indígena (grupo este que primeiro habitou a região) e apenas 4% de nomes de origem européia não lusitana, sendo somente 1 (um) nome geográfico de origem alemã, a saber: “Bairro do Bingem”<sup>18,19</sup>.

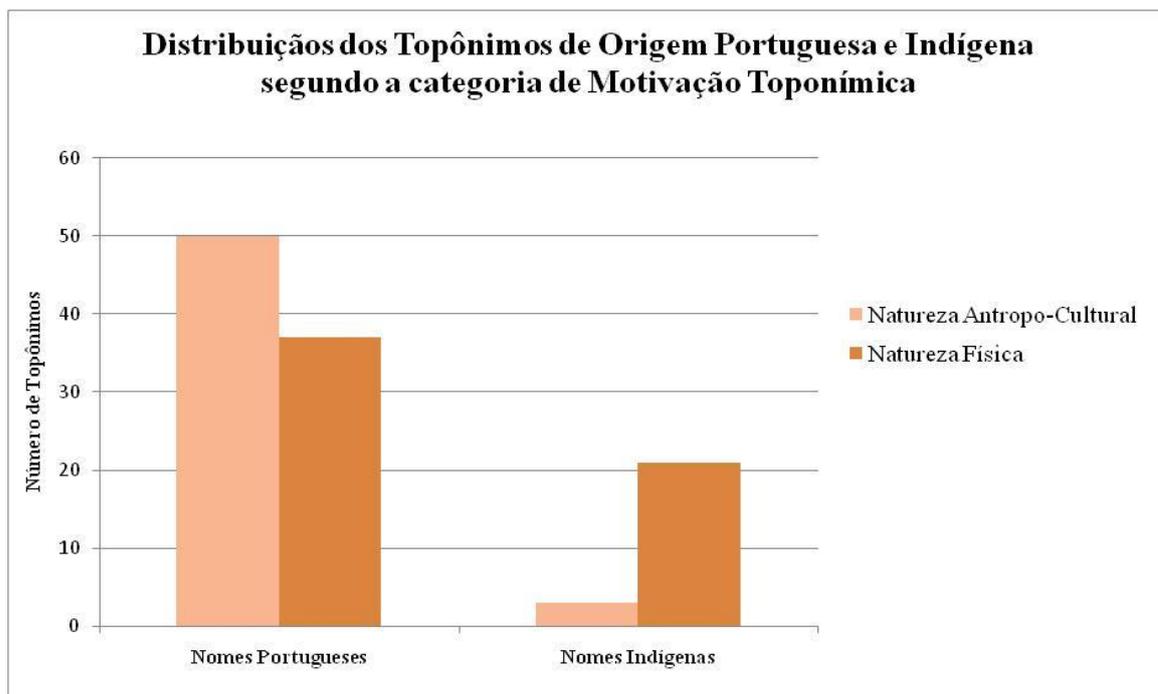
Essa avaliação demonstra, portanto, que nas cartas topográficas averiguadas, considerando-se todo o município de Petrópolis, não há quantidade considerável de nomes de origem alemã o que não vai de encontro com toda a história de imigração da cidade. Tal fato, entretanto, pode ser explicado pela abrangência da área avaliada e a pequena escala cartográfica do mapa..

Ainda trabalhando com os topônimos da escala 1:50.000, os de origem portuguesa e indígena, classes predominantes, foram categorizados a partir de suas motivações toponímicas (Figura 20). Tal análise mostra que 87,5% dos nomes de origem indígena possuem motivação de natureza física enquanto que apenas 42,5% dos topônimos portugueses apresentam este tipo de motivação. Quanto a avaliação dos nomes geográficos de natureza antrop-cultural, os valores foram de 12,5% para origem indígena e 57,5% para portuguesa. Esses números revelam os diferentes graus de abstração sobre o lugar desses dois grupos.

---

<sup>18</sup> Apesar de constar na carta topográfica como “Bairro do Bingem” é importante ressaltar que Petrópolis não possui divisão oficial de bairros.

<sup>19</sup> A grafia do termo específico na carta topográfica – **Bingem** – difere da original encontrada nas plantas e documentos históricos e também na base cartográfica municipal – **Bingen**. Tal fato evidencia a carência de padronização dos nomes geográficos.



**Figura 20:** Gráfico com a classificação dos nomes geográficos, na escala 1:50.000, segundo categoria de motivação toponímica.

## 5.2 Os Nomes Geográficos dos Quarteirões e Vilas de Petrópolis no século XIX

Como parte substancial para a compreensão de como os imigrantes alemães chegados em Petrópolis no século XIX se adaptaram ao seu novo espaço de vivência, privilegiam-se, nesta seção, os nomes dos quarteirões petropolitanos contidos nas plantas históricas trabalhadas.

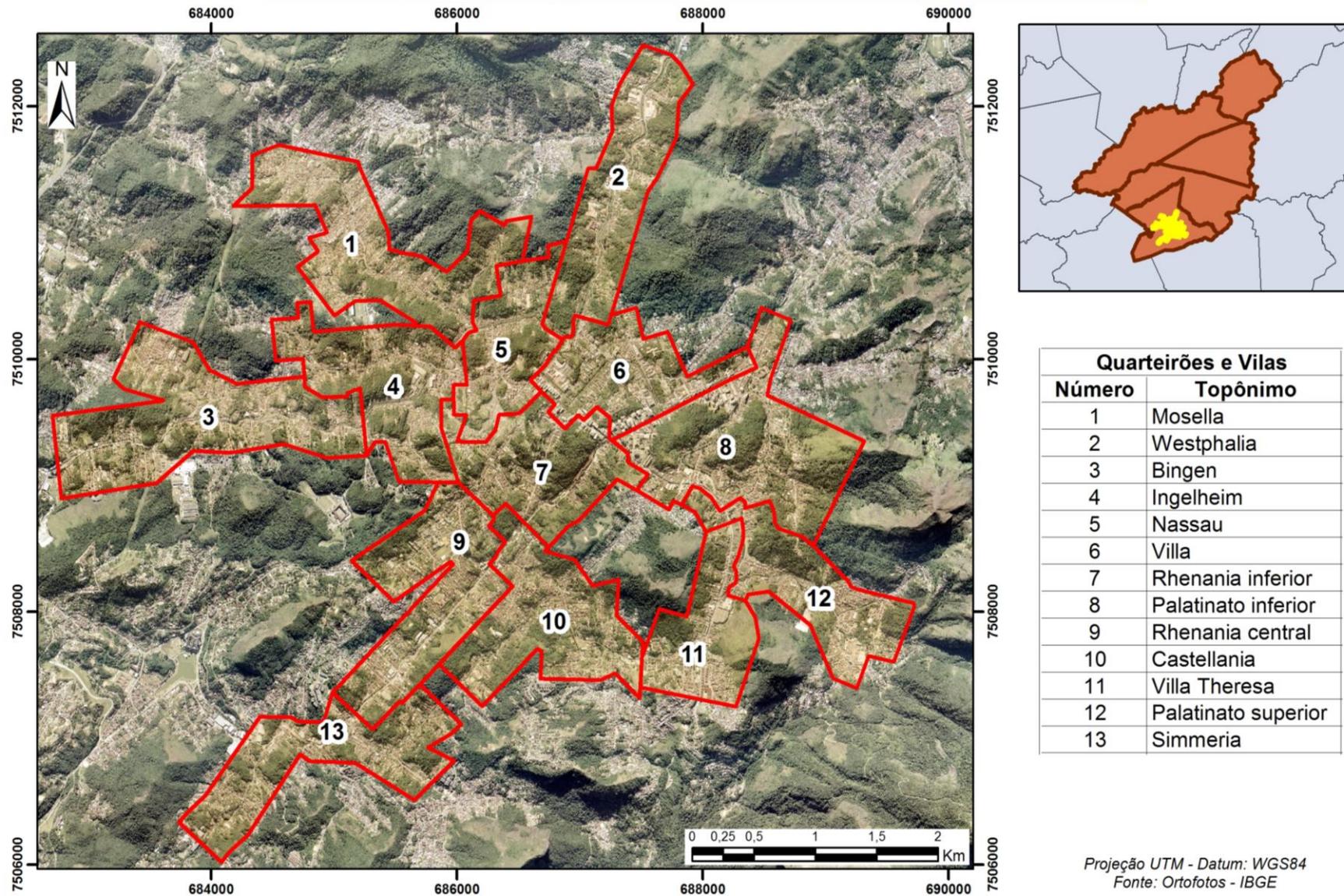
Conforme já mencionado, a divisão por quarteirões e vilas, estas últimas a área dita urbana da cidade, foi a base do desenho urbanístico do Plano Povoação-Palácio de Petrópolis. Tais espaços continham os prazos, ou seja, os lotes de terra, que seriam arrendados às famílias imigrantes. Assim sendo, as análises que se seguem buscam inventariar a categoria de nomes geográficos mencionada.

### 5.2.1 Planta Koeler

Após o reconhecimento das feições presentes na Planta Koeler, foram identificados duas vilas e onze quarteirões. Pela data deste documento, 1846, considera-se que esse reflita o primeiro desenho da cidade e que os prazos que delimita comportaram as primeiras levas de imigrantes chegadas no ano anterior.

A figura a seguir traz um mapa que apresenta o ordenamento espacial dos quarteirões e vilas da Planta Koeler sobrepostos a ortofotos atuais e com a indicação dos nomes que lhes foram conferidos tal qual estão grafados no referido documento cartográfico. Destaca-se que a área projetada (aproximadamente 15,4 Km<sup>2</sup>) pela referida planta ficou completamente inserida no atual 1º distrito e coincide, basicamente, com o que hoje se conhece como o “centro histórico” de Petrópolis.

## Delimitação do Projeto Urbanístico de Petrópolis em 1846



**Figura 21:** Quarteirões e Vilas presentes na Planta Koeler e seus respectivos nomes geográficos.

Na literatura diversas vezes afirma-se que a escolha dos nomes desses bairros consistiu numa homenagem à terra natal dos imigrantes que se assentaram em Petrópolis para participar de sua construção. Rabaço (1985) argumenta que essa escolha tinha a intenção de estabelecer um traço de união histórico entre a velha e a nova pátria desses indivíduos.

Pretende-se aqui, contudo, detalhar um pouco mais os topônimos desses bairros e das vilas, entendendo o que eles representam. Dessa maneira, segue análise individualizada de cada nome geográfico referente às feições ora discutidas. Antes, contudo, vale resgatar que quando do batismo dos bairros petropolitanos a divisão político-administrativa alemã estava vinculada a Confederação Germânica composta por diversos reinos, ducados, principados, bispados, cidades independentes, aldeias, entre outros.

– Mosella:

O nome geográfico deste bairro remete a um departamento, unidade espacial específica, fruto da reorganização administrativa implementada pela Revolução Francesa. O departamento *Moselle* (em francês) ou *Mosel* (em alemão) estava localizado na região de fronteira entre França e Alemanha (foi extinto em 1871). Por sua vez, o topônimo do departamento faz alusão ao Rio Mosella que o atravessava. Esta feição hidrográfica passa pela França, Luxemburgo e Alemanha, até, no território deste último, desaguar no Rio Reno.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Westphalia:

O nome geográfico “Westphalia” remete a um reino erigido por Napoleão I para seu irmão Jerônimo Bonaparte no ano de 1807. Tal reino era província da Prússia (RHEINGANTZ E MENDES, 1987).

Atualmente, a Alemanha divide-se em dezesseis estados, dentre os quais a Renânia do Norte-Westfália (*Nordrhein-Westfalen*, em alemão) associado ao nome em questão. Além disso, o referido estado da federação está dividido em duas associações territoriais, dentre as quais uma chamada: *Westfalen-Lippe*.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Bingen:

Este topônimo atualmente remete a um distrito alemão, *Mainz-Bingen*, que contém as municipalidades: *Bingen am Rhein* e *Welier bei Bingen*, localizado no estado alemão Renânia-Palatinado.

Historicamente, este nome geográfico remonta a uma aldeia existente desde a Era Medieval. No século XIX pertenceu ao território francês, ao Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt e à Prússia.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Ingelheim:

Este topônimo remete a uma aldeia existente no século XIX e que pertencia ao Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt.

Atualmente, refere-se a uma municipalidade alemã, *Ingelheim am Rhein*, localizada no distrito de *Mainz-Bingen*, no estado alemão de Renânia-Palatinado.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Nassau:

Este topônimo remete ao Ducado de Nassau que compunha a Confederação Germânica no século XIX. Atualmente, Nassau refere-se a uma municipalidade alemã que faz parte do estado Renânia-Palatinado.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Rhenania inferior e Rhenania central

Este topônimo, Rhenania, remete a região situada às margens do Rio Reno, sem uma delimitação precisa. Atualmente, dois estados alemães trazem esse termo específico em sua designação, a saber: Renânia-Palatinado e Renânia do Norte-Westfália. Além disso, uma das associações territoriais desse último chama-se também Renânia.

No período em que a denominação do quarteirão ocorreu, a “região da Renânia” fazia parte do Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt.

Os adjetivos “inferior” e “central” que se seguem ao nome geográfico Rhenania estão associados a posição dos referidos quarteirões em relação ao Rio Quitandinha que os atravessava. Dessa forma, o quarteirão Rhenania inferior está localizado mais próximo à foz do referido rio, enquanto que o Rhenania central encontra-se no que se pode chamar de curso médio do rio.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Palatinato inferior e Palatinato superior:

Esse topônimo refere-se ao Palatinato, um território composto por dois Estados do antigo Império Germânico: o Baixo-Palatinado ou Palatinado do Reno e o Alto-Palatinado. No início do século XIX, o Palatinado do Reno, que se insere no contexto espacial dos imigrantes alemães que vieram para Petrópolis, foi dividido entre o Baden, a Baviera, a Prússia e o Hesse-Darmstadt.

Atualmente, um dos estados alemães, que abrange a área historicamente chamada de Palatinado, incorpora esse nome geográfico, a saber: Renânia-Palatinado. Esse termo específico aparece, ainda, no nome geográfico de um distrito desse estado da federação – *Rhein-Pfalz-Kreis*.

Os adjetivos “inferior” e “superior” que se seguem ao nome geográfico Palatinato estão associados a posição dos referidos quarteirões em relação ao Rio Palatinato (ressalta-se que na planta Koeler essa feição hidrográfica estava denominada como Rio Palatino), antigo Córrego Seco, que os cortava. Dessa maneira, o quarteirão Palatinato inferior estava mais próximo da nascente do referido rio e o Palatinato superior, à foz.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Castellania:

Este topônimo remete a uma aldeia alemã, *Kastellaun*, que, no período de ocorrência da nomeação, fazia parte do Reino da Prússia.

Atualmente, Castelânia é uma municipalidade localizada no distrito de *Rhein-Hunsrück*, estado da Renânia-Palatinado.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Simmeria:

Este topônimo está associado a uma aldeia do século XIX localizada numa região montanhosa, no sudoeste da atual Alemanha, denominada de *Hunsrück*.

Atualmente, Siméria é uma municipalidade localizada no distrito de *Rhein-Hunsrück*, estado da Renânia-Palatinado.

Origem cultural: Alemã;

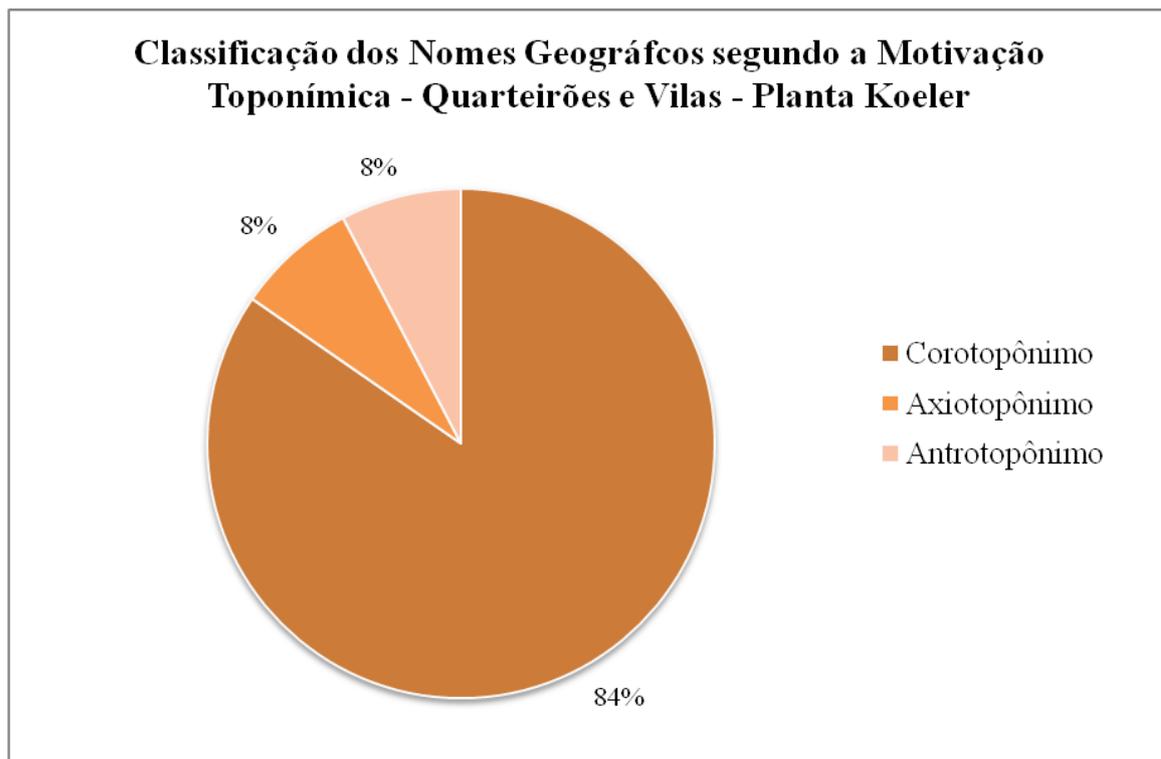
Motivação Toponímica: Corotopônimo;

A respeito das duas vilas definidas, “Villa” cujo nome em oficial em diversas outras fontes históricas e considerado aqui é “Villa Imperial” e “Villa Thereza”, vê-se que são símbolos de enaltecimento ao contexto Imperial que se vivia. Esses eram os espaços designados a abrigar os elementos mais importantes da colônia e, como já dito, constituíam o núcleo urbano da mesma. A “Villa Imperial”, cujo nome específico designa adjetivo de *status* positivo ao lugar, abrigou o palácio e os principais aparatos exigidos pelo imperador. Enquanto que a “Villa Theresa” constitui uma homenagem à imperatriz D. Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II. Nesse sentido, a motivação toponímica de “Villa Imperial” pode ser classificada como axiotopônimo<sup>20</sup> e a de “Villa Thereza” como antrotopônimo.

Verifica-se quanto à motivação toponímica do conjunto de quarteirões e vilas que os impulsos que levaram à escolha dos nomes foram bastante uniformes, sendo todas inseridas na classe antro-po-cultural:

---

<sup>20</sup> Nesse caso, de acordo com a definição de Imperial, a saber: “próprio de imperador, imperatriz ou império” (Dicionário Digital Houaiss, 2009); considera-se o mesmo como relativo à uma dignidade.

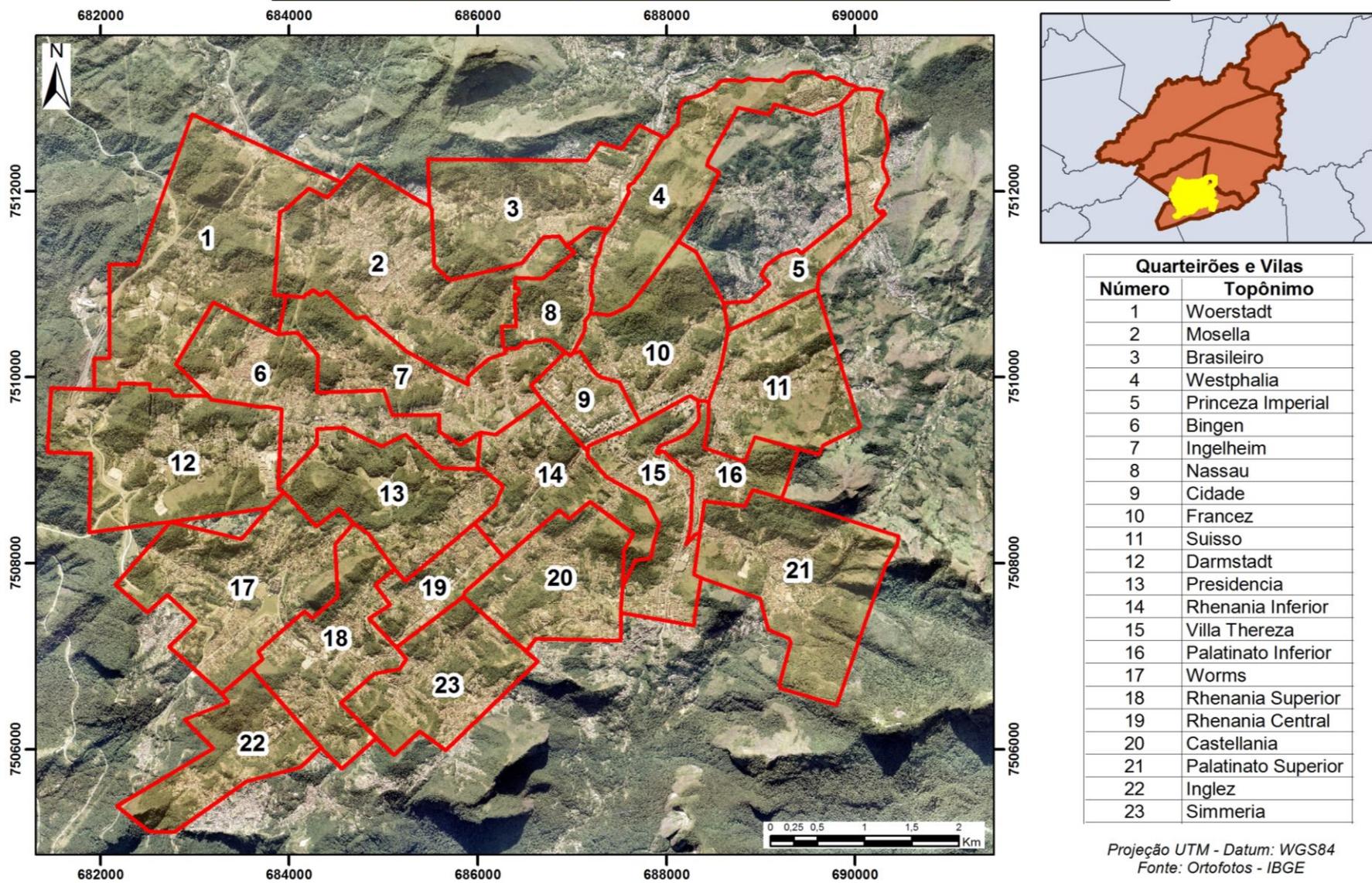


**Figura 22:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos de acordo com a motivação toponímica – Quarteirões e Vilas, Planta Koeler.

### 5.2.2 Planta Taunay

De forma semelhante ao que foi realizado para avaliar os nomes geográficos dos quarteirões e vilas presentes na Planta Koeler, apresenta-se a vetorização e os topônimos de tais feições conforme estão na Planta Taunay (Figura 23). Destaca-se que a nova área possui, aproximadamente, 43,8 Km<sup>2</sup>, com pequena porção ao leste chegando ao que hoje se define como 2º distrito. Verifica-se que a área do projeto petropolitano, praticamente, triplicou de uma planta para a outra.

## Delimitação do Projeto Urbanístico de Petrópolis em 1861



**Figura 23:** Quarteirões e Vilas presentes na Planta Taunay e seus respectivos nomes geográficos.

Nessa planta, são mantidas as duas vilas (a “Villa Imperial” na legenda consta como Cidade) e surgem dez novos bairros. Todos os topônimos que constam da Planta Koeler foram conservados. A seguir está o inventário dos nomes geográficos dos dez bairros acrescentados:

– Woerstadt:

Este topônimo remete a aldeia de Woerstadt que, no século XIX, pertencia ao Bispado de Mogúncia (*Mainz*, em alemão) na região de *Hunsrück*.

Atualmente, no estado da Renânia-Palatinado, distrito de Alzey-Worms, está a municipalidade de Woerstadt.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Brasileiro:

Na Planta Taunay verifica-se que muitos dos nomes geográficos dos novos bairros se referem a homenagens às diversas nacionalidades que se faziam presentes no contexto social da cidade de Petrópolis. Nesse sentido, não poderiam deixar de ser enaltecidos os brasileiros. O topônimo do referido bairro marca, então, a importância da população local, originalmente brasileira no processo de construção da Cidade Imperial.

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Etnotopônimo<sup>21</sup>;

– Princesa Imperial:

Atribui-se esse topônimo à uma homenagem às filhas de D. Pedro II e D. Teresa Cristina, Princesa Leopoldina e Princesa Isabel.

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Axiotopônimo;

---

<sup>21</sup> Ressalta-se aqui que se entende Etnotopônimo a partir da **Etnonímia** que define-se como “parte da onomástica dedicada ao estudo e à etimologia dos nomes que designam tribo, etnia, raça, grupo humano definido, nação”. (Dicionário Digital Houaiss, 2009)

– Francez:

Este topônimo homenageia os indivíduos de nacionalidade francesa que viviam em Petrópolis. Rabaço (1985) destaca que a presença francesa na cidade foi notável, não tanto pela sua quantidade, mas por seus empreendimentos nas áreas econômica e cultural.

Além disso, como o mesmo autor aponta, os imigrantes alemães tinham vindo de uma área fronteira entre a Alemanha e a França, no vale do Rio Reno. Esta área foi marcada por constantes disputas entre esses países que ora possuíam determinado território ora perdiam para o domínio vizinho. Por tal motivo, muitas famílias alemães possuíam, inclusive, sobrenomes franceses (por exemplo, Geoffroy e Dupont). Registra-se desde 1843 a presença de imigrantes franceses na Serra Fluminense

Cabe mencionar também que, neste quarteirão vivia e trabalhava Napoleão Thouzet, médico francês, importante personagem da história petropolitana que atuou no controle à epidemia de cólera que assolou a cidade em 1855 e fundou a primeira casa de saúde particular de Petrópolis, o Sanatório Hermitage, em 1862. Além disso, mais tarde, em 1864, Conde D’eu, nascido na França, passa a fazer parte da família imperial ao se casar com a Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. Conde D’eu, inclusive, comprou um palacete no Quarteirão Francês (Rabaço, 1985).

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Etnotopônimo;

– Suisso:

Aqui, mais uma vez, o topônimo do quarteirão objetiva homenagear a presença de determinado grupo de imigrantes na cidade de Petrópolis. Ressalta-se que no período, por ainda não existir uma Alemanha Unificada, por vezes os suíços eram considerados também germânicos.

A personalidade suíça que mais se destacou na edificação da Cidade Imperial foi Otto Reimarus, coronel de engenharia, que esteve à frente de importantes obras na Serra Fluminense. Otto Reimarus documentou também a expansão petropolitana com os novos quarteirões em planta de 1854.

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Etnotopônimo;

– Darmstadt:

Este topônimo remete a região do Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt.

Na divisão alemã contemporânea, esse nome geográfico aparece na denominação de uma região administrativa (*Darmstadt*), um distrito (*Darmstadt-Deiburg*) e uma cidade independente (*Darmstadt Städte*) localizados no estado de *Hessen*.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Presidência:

Ao Quarteirão Presidência atribui-se uma homenagem à administração imperial, que, na figura de alguns personagens já citados como Paulo Barbosa, tanto fizera para que o Plano Povoação-Palácio de Petrópolis fosse iniciado e concluído.

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Axiotopônimo<sup>22</sup>;

– Rhenania Superior:

Ver Rhenania inferior e central na seção anterior.

Conforme já dito, o adjetivo “superior” remete à posição relativa ao Rio Quitandinha, assim sendo, este quarteirão está localizado mais próximo à nascente do rio, mais acima.

Origem cultural: Alemã;

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Worms:

Este topônimo remete a uma das mais antigas aldeias alemãs. No século XIX, a localidade pertencia ao Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt.

Na atualidade, esse nome geográfico consta em um distrito – *Alzey-Worms* – e uma cidade independente – *Worms* – localizadas no estado Renânia-Palatinado.

Origem cultural: Alemã;

---

<sup>22</sup> As possíveis definições da palavra presidência no dicionário, a saber: dignidade ou cargo de presidente; ou o gabinete ou local de trabalho do presidente (Dicionário Digital Houaiss, 2009), remetem a duas possibilidades de classificação quanto a motivação toponímica podendo ser compreendido como um axiotopônimo ou um sociotopônimo, respectivamente. No caso desta pesquisa, entretanto atribui-se o termo ao contexto do exercício de uma atividade (cargo) e não de um espaço onde a mesma é realizada.

Motivação Toponímica: Corotopônimo;

– Inglês:

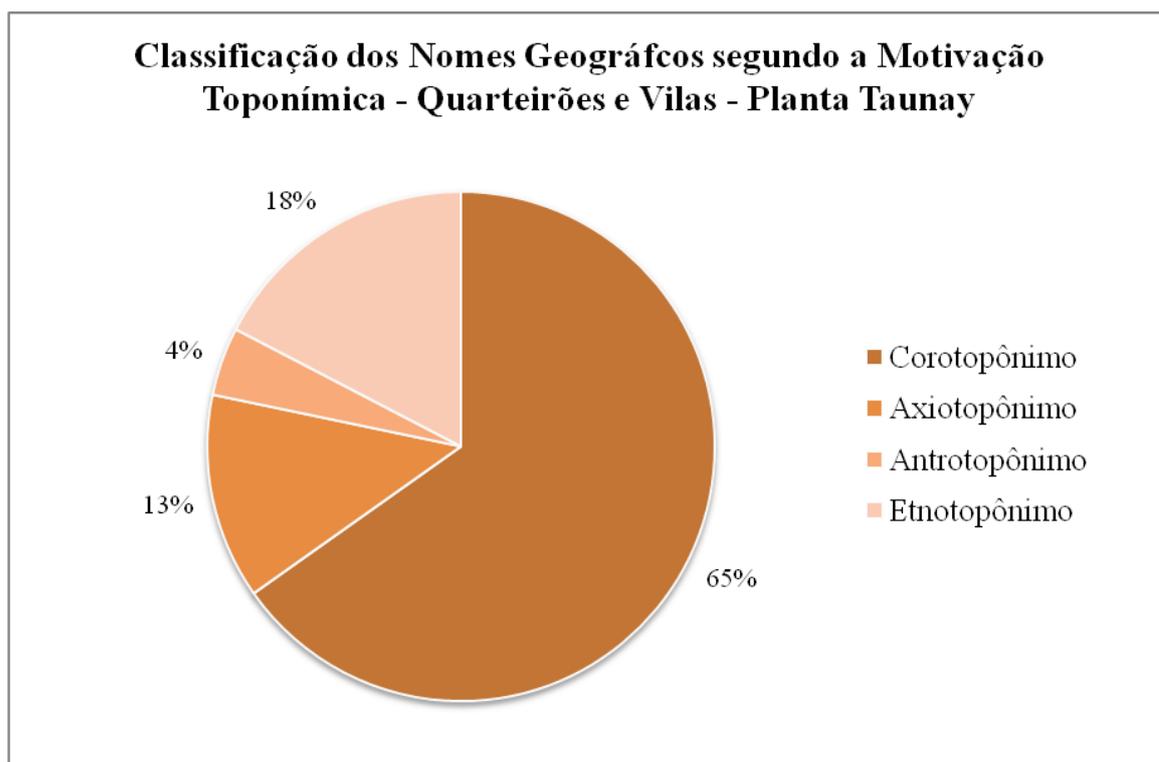
Outra nacionalidade foi homenageada através dos nomes geográficos dos bairros petropolis: a inglesa. Os imigrantes ingleses não compunham contingente expressivo, mas participaram ativamente da vida social da cidade. Dois ilustres ingleses, inclusive, receberam lotes na própria Vila Imperial, como menciona Rabaço (1985), são eles: Artur Moss e Henrique Prins.

Origem cultural: Portuguesa;

Motivação Toponímica: Etnotopônimo;

Cabe ressaltar que o nome de uma das vilas sofreu alteração de grafia em relação a Planta Koeler, a saber: Villa Theresa → Villa Thereza.

A análise dessa planta mostra uma diversidade maior no que concerne à motivação toponímica, conforme expresso no gráfico a seguir.



**Figura 24:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos de acordo com a motivação toponímica – Quarteirões e Vilas, Planta Taunay.

### 5.2.3 Os nomes geográficos transplantados

As análises evidenciam a expressiva presença de nomes geográficos transplantados adotados nas denominações dos bairros petropolitanos. Assim sendo, muitos topônimos referem-se à alguma localidade ou região que existe, nesse caso, na Alemanha. Cabe ressaltar que os nomes geográficos transplantados possuem intrínseca relação com a taxa de motivação toponímica corotopônimo.

Verifica-se que todos os nomes dos bairros da Planta Koeler constituem nomes que já designavam algum lugar alemão. Já na Planta Taunay, é possível identificar uma nova tendência visto que, além dos nomes mantidos do projeto inicial de Koeler, dos dez novos bairros apenas quatro possuem denominações que se caracterizam como transplantadas e que fazem alusão à alguma localidade da Alemanha. Alguns dos demais bairros, inclusive, fazem referência às nacionalidades de outros importantes grupos que, naquele período, se encontravam estabelecidos em Petrópolis.

Essa ligeira alteração do padrão toponímico pode ser explicada pelo fato de que os maiores contingentes de imigrantes alemães chegaram em Petrópolis na década de 1840 e que, portanto, em 1861, o cenário de expansão e o dinamismo crescente da cidade não contavam apenas com a participação do grupo germânico, ao contrário, o “caráter cosmopolita” de Petrópolis, nas palavras de autores como Taulois e Rabaço, já era evidente. Além disso, cabe lembrar que o major Koeler, idealizador do Plano Povoação-Palácio de Petrópolis, grande entusiasta da imigração alemã para a Serra Fluminense e a quem é atribuída a escolha dos nomes geográficos das primeiras feições planejadas da cidade, há muito já não estava à frente do projeto. Assim sendo, o contexto político e social havia sido modificado, alterando, por conseguinte, os motivos essenciais que conduziam o batismo das feições petropolitanas.

É importante notar, contudo, que nem todos os nomes transplantados foram incorporados na forma como se encontram no idioma alemão, ou seja, com a mesma grafia. Verifica-se que mais da metade desses nomes geográficos foram traduzidos para o português, língua corrente do local onde se deu a nova denominação. Essa conversão sofrida pelas denominações transplantadas encontra-se expressa na tabela abaixo:

**Tabela 5:** Nomes Transplantados que sofreram tradução – Plantas Koeler e Taunay

<b>Nomes Transplantados</b>	
<b>Alemanha</b>	<b>Petrópolis</b>
Kastellaun	Castellania
Mosel	Mosella
Pfalz	Palatinato
Rheinland	Rhenania
Simmern	Simmeria
Westfalen	Westphalia
Wörrstadt	Woerstadt

A tradução dos nomes geográficos mencionados se mostrou bastante surpreendente já que, sendo, principalmente, uma homenagem aos imigrantes alemães, não haveria justificativa para a realização de tal conversão. Acredita-se, inclusive, que ainda que aparecessem redigidos na forma traduzida para o português, os alemães que estavam em Petrópolis se referiam aos lugares batizados com nomes geográficos transplantados na sua língua. Assim, olhando do ponto de vista que de quem vivia e experienciava esses lugares, os nomes traduzidos não faziam parte de um resgate cultural.

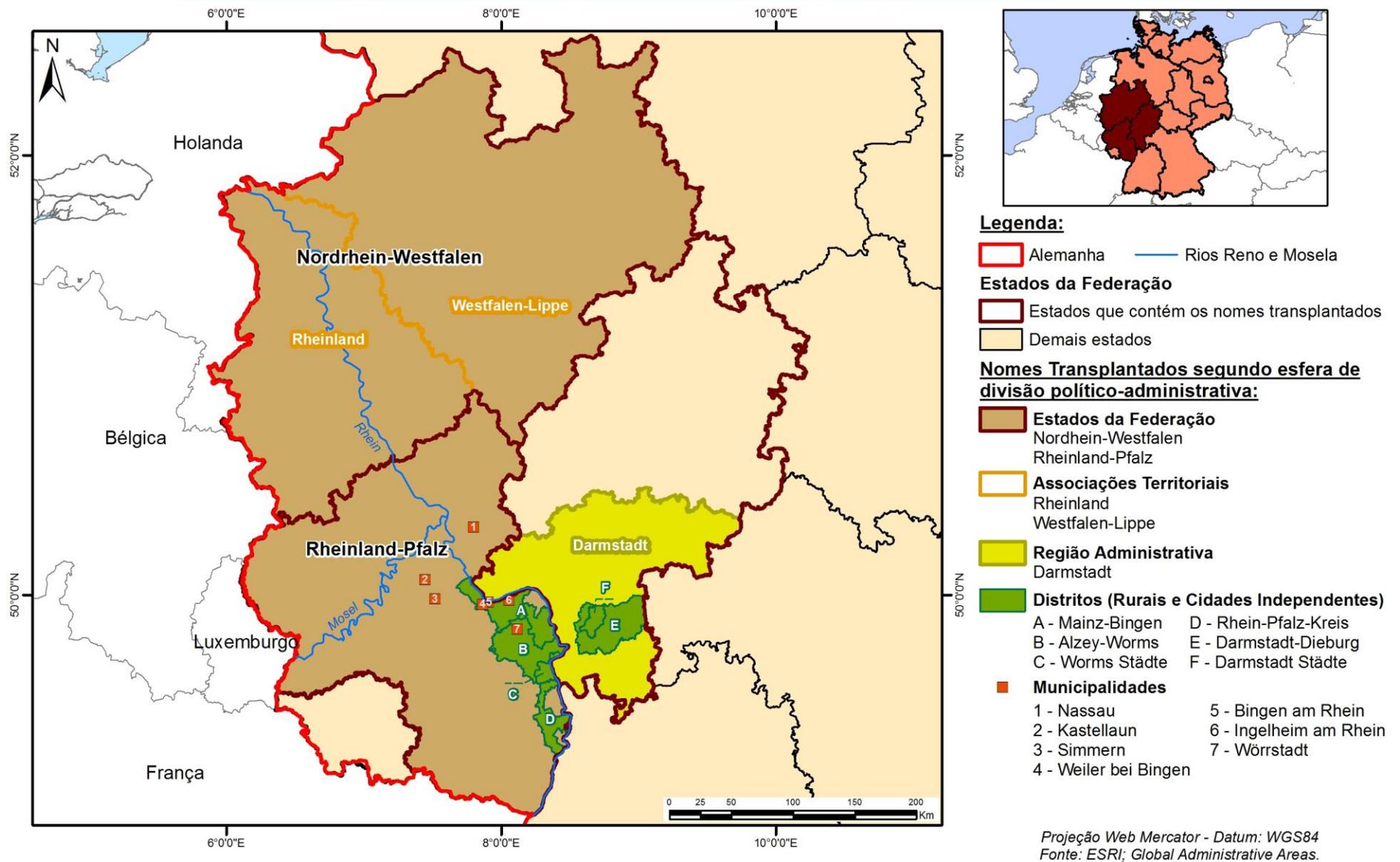
A intencionalidade, contudo, de traduzir os topônimos pode ser explicada como uma própria condição imperial visto que o objetivo para a edificação da nova cidade era atender a uma demanda específica da Família Imperial e que, portanto, em alguma medida, os nomes deveriam refletir sua hegemonia<sup>23</sup>. Por outro lado, conforme já dito, a língua é um importante elemento cultural, sobretudo, no que concerne a aspectos identitários, assim sendo, inserir os topônimos no idioma português seria uma forma de promover maior integração dos imigrantes com os nativos, além de fornecer maior coesão e fazer prevalecer uma identidade nacional.

Ressalta-se, ainda, que os topônimos empregados diferem no que tange à escala geográfica tanto historicamente quando na configuração territorial atual da Alemanha. Em outras palavras, não foram transplantados apenas nomes de cidades, ou apenas, nomes de aldeias, etc., parecendo não ter havido critério quanto a isto.

Ainda hoje os nomes geográficos transplantados podem ser encontrados em unidades espaciais que compõe a divisão político-administrativa da Alemanha. Na figura seguinte, o mapa apresenta as ocorrências, no território alemão atual, dos nomes que foram reproduzidos em Petrópolis.

<sup>23</sup> A relação da Família Imperial com a toponímia petropolitana fica mais evidente nos nomes geográficos das vilas e também de vias e feições hidrográficas.

## Nomes Geográficos Transplantados - Configuração Atual da Alemanha



**Figura 25:** Localização atual dos nomes geográficos transplantados da Alemanha que se fizeram presentes em Petrópolis.

#### 5.2.4 Considerações acerca da origem dos imigrantes alemães

A fim de buscar indicações concretas de que a escolha dos nomes geográficos transplantados correspondia, de fato, ao local de origem dos imigrantes alemães foram analisados dados<sup>24</sup> referentes à 668 núcleos familiares que chegaram à Petrópolis. Tais dados foram obtidos a partir do cruzamento de informações referentes à estudos de genealogia dos imigrantes.

Rabaço (1985, p.86) afirma, nesse sentido, que “segundo plano do diretor da Colônia, os grupos familiares foram reunidos de acordo com suas regiões de origem na Alemanha”. Cabe mencionar que o mesmo autor enfatiza o quanto os imigrantes estavam identificados com seus bairrões, suscitando até mesmo “sentimentos bairristas”. A seguinte situação cotidiana é apresentada sobre este fato:

“Havia, entretanto, no âmbito dos bairrões, que lembravam as várias regiões donde procediam os colonos, um certo orgulho provinciano, por vezes difícil de ser rompido por alienígenas que aspirassem a mão de uma moça germânica, chegando esse “ciúme bairrista” ao ponto de não tolerar nem mesmo pretendentes alemães que fossem estranhos ao vale em que se situava o bairrão, que eram corridos a pedra e pau pelos rapazes”. (RABAÇO, 1985, p.115)

Os dados e a bibliografia apontam que, praticamente, todo o contingente de imigrantes alemães que chegaram à Petrópolis vieram da área situada entre os vales dos Rio Reno e Rio Mosela. Naquele contexto histórico germânico, a organização territorial dessa área era composta, dentre outras, por aldeias que estavam vinculadas, através de paróquias, aos bispados de Treves (*Trier*) e Mogúncia (*Mainz*). Tal região abrangia parte dos antigos ducados de Nassau e Hesse, do Palatinado, do antigo reino da Westfália e grande parte da Renânia (região banhada pelo Rio Reno) (RHEINGANTZ E MENDES, 1987).

Primeiramente, cabe descrever a amostra de famílias imigrantes que será analisada quanto à aldeia de origem e respectivo bairrão de destino. Foram tabulados e cruzados dados sobre 668 famílias alemãs que chegaram à Petrópolis entre 1845 e 1847. Contudo, para 162 não foram localizadas informações sobre o local de origem e para 183 não haviam dados sobre tal. Assim sendo, a amostra foi reduzida para 323 famílias das quais, por sua vez, 64 não possuem dados sobre o prazo recebido e, conseqüente, bairrão de destino. Portanto, efetivamente, 259 famílias formaram o escopo de análise.

Basicamente, é possível distinguir duas regiões de onde os imigrantes eram provenientes: *Hunsrück* – entre os Rio Reno e Rio Mosela – e *Westfalen* – às margens do Rio

---

<sup>24</sup> Ver Apêndice A.

Reno, em posição mais ao norte da Alemanha. Destaca-se esta última que inclusive serviu de motivação para o batismo do quarteirão de mesmo nome. Os dados mostram que apenas nove famílias vieram de aldeias da região de *Westfalen*<sup>25</sup> e que dessas, apenas, uma foi alocada no quarteirão Westphalia.

Alguns nomes geográficos transplantados constituíam aldeias da região de *Hunsrück*: *Bingen*, *Ingelheim*, *Kastellaun*, *Simmern*, *Wörrstadt* e *Worms*. Das famílias com informações de lugar de origem e quarteirão de destino nenhuma foi reportada como oriunda de *Worms*. A distribuição dessas famílias por aldeia de origem encontra-se apresentada na tabela a seguir:

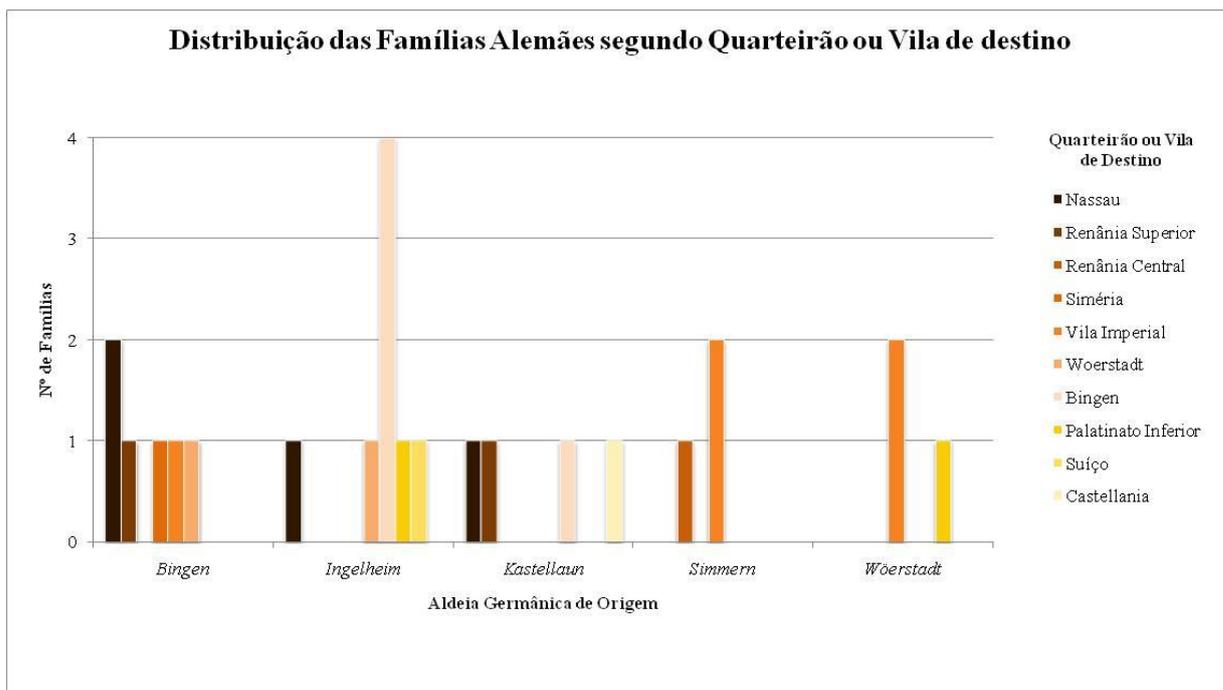
**Tabela 6:** Distribuição das famílias imigrantes alemães segundo aldeia de origem

<b>Região</b>	<b>Aldeia</b>	<b>Nº de Famílias</b>
<i>Westfalen</i>	Aldeias de <i>Westfalen</i>	9
<i>Hunsrück</i>	<i>Bingen</i>	6
	<i>Ingelheim</i>	8
	<i>Kastellaun</i>	4
	<i>Simmern</i>	3
	<i>Wörrstadt</i>	3
	Demais aldeias de <i>Hunsrück</i>	226
<b>Total</b>		<b>259</b>

Os dados revelam, portanto, que a maior parte das famílias alemãs analisadas não veio de lugares cujos nomes geográficos foram transplantados para Petrópolis.

A partir da correlação das informações de aldeia da origem com o quarteirão de destino, verifica-se também que não há relação direta:

<sup>25</sup> Considera-se a delimitação da região através das plantas apresentadas por Rheingantz e Mendes, 1987, p. 40-41.



**Figura 26:** Análise cruzada dos dados de origem e destino das famílias alemãs.

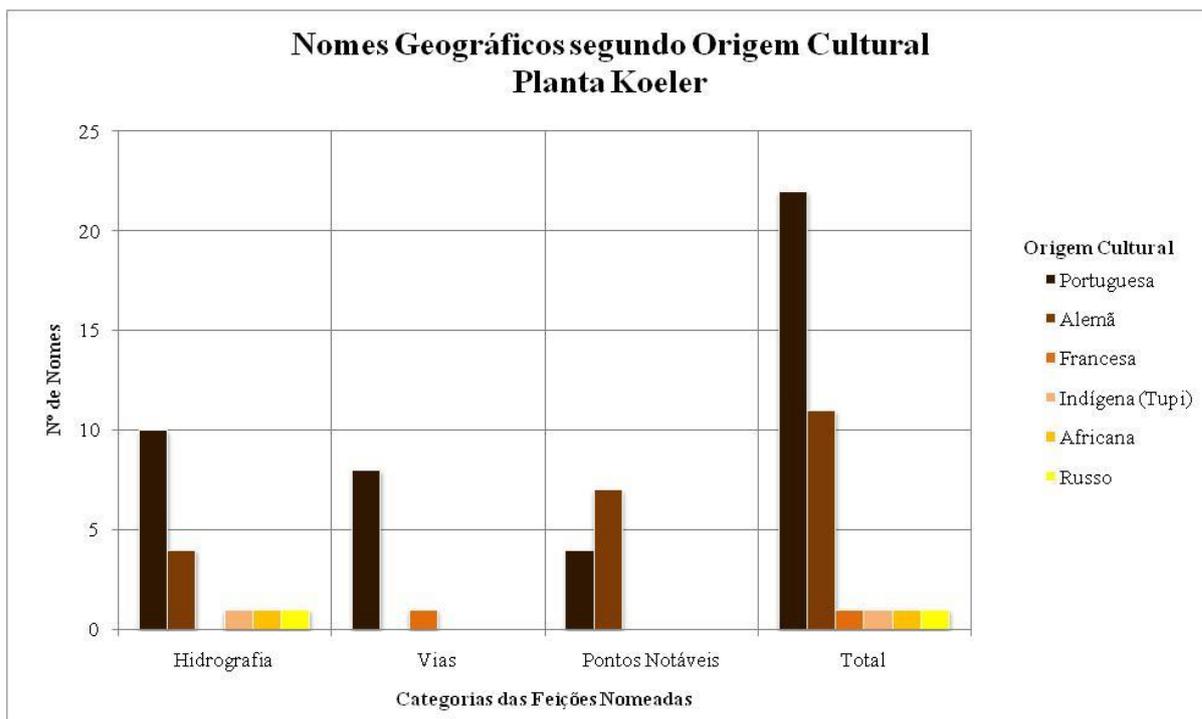
### 5.3 Os Nomes Geográficos das Feições Hidrográficas e Vias de Petrópolis: diferentes escalas e temporalidades

Tendo sido analisados os nomes geográficos dos quarteirões e vilas do Plano Povoação-Palácio de Petrópolis, neta seção, foram trabalhados os nomes de feições hidrográficas e vias da referida cidade. Neste novo conjunto de avaliações, conforme já foi expresso, diversas escalas espaciais e temporais foram empregadas.

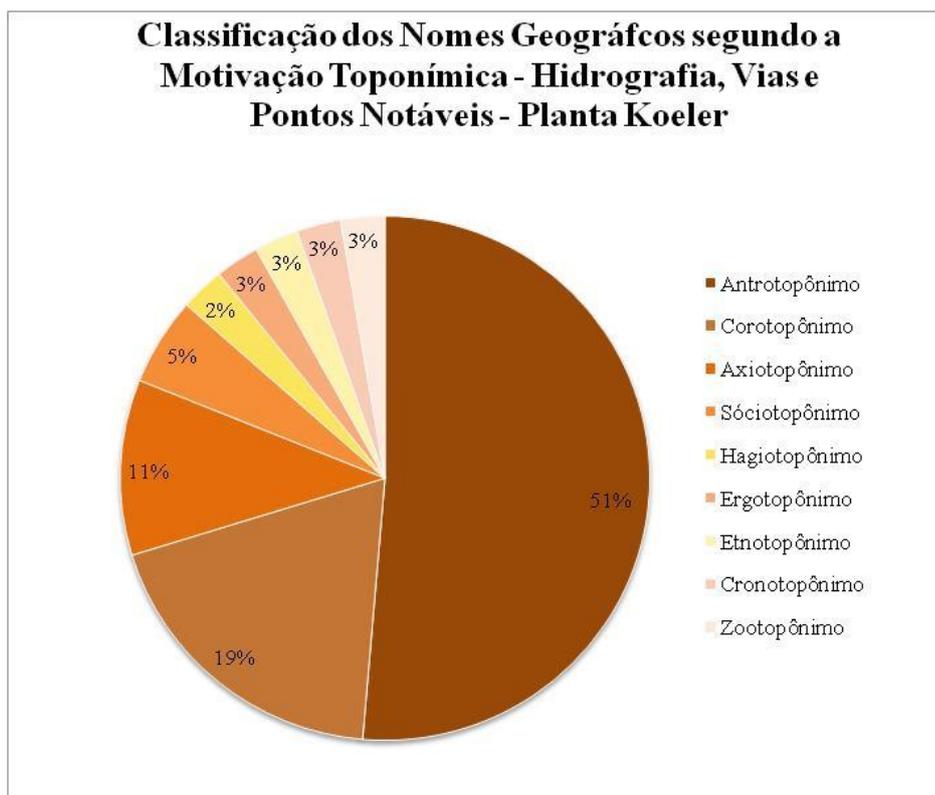
#### 5.3.1 Os Nomes Geográficos de Feições Hidrográficas e Vias das Plantas Históricas

Além dos nomes dos quarteirões e vilas, as plantas de Koeler e Taunay trazem também algumas feições hidrográficas e vias planejadas do pretérito espaço petropolitano e seus respectivos nomes geográficos. Assim sendo, estes topônimos foram extraídos no SIG, associados a um BDG, e analisados quanto a sua origem cultural e motivação toponímica.

Da Planta Koeler foram extraídos 37 nomes geográficos, dos quais: 17 referem-se à feições hidrográficas, 9 à vias e 11 à pontos notáveis (basicamente, praças). As figuras que seguem mostram a distribuição desses topônimos por origem cultural e motivação toponímica.

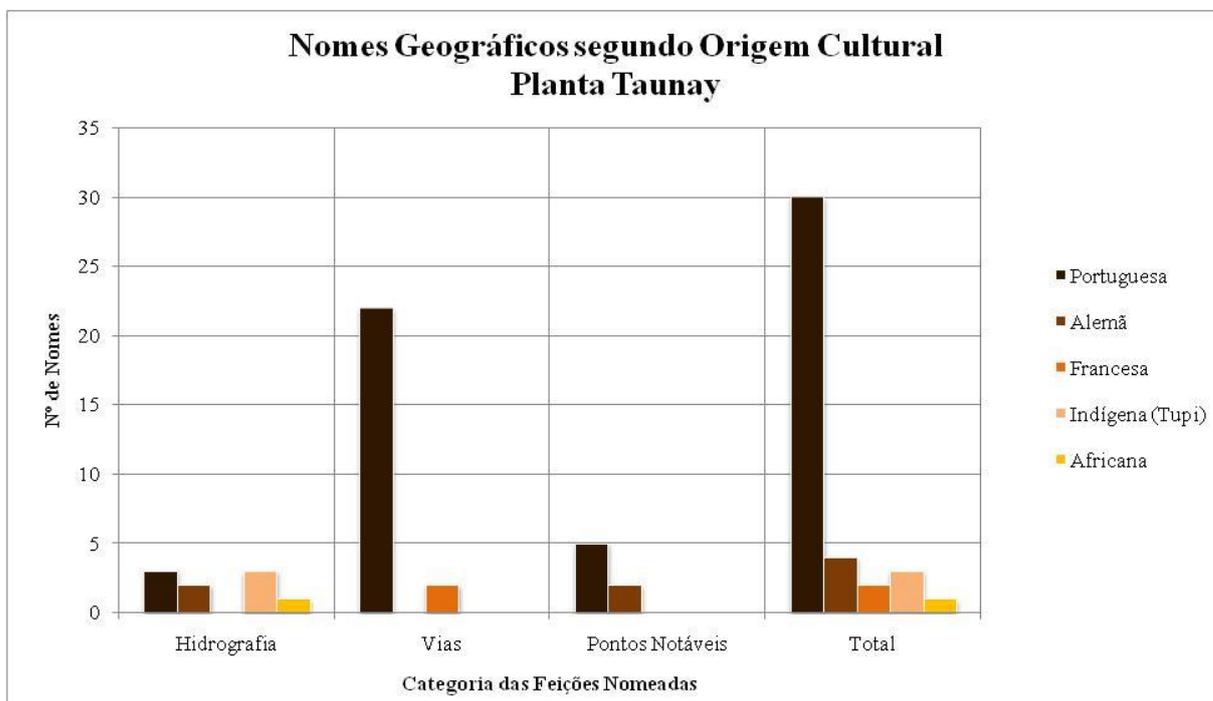


**Figura 27:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Koeler de acordo com a origem cultural.

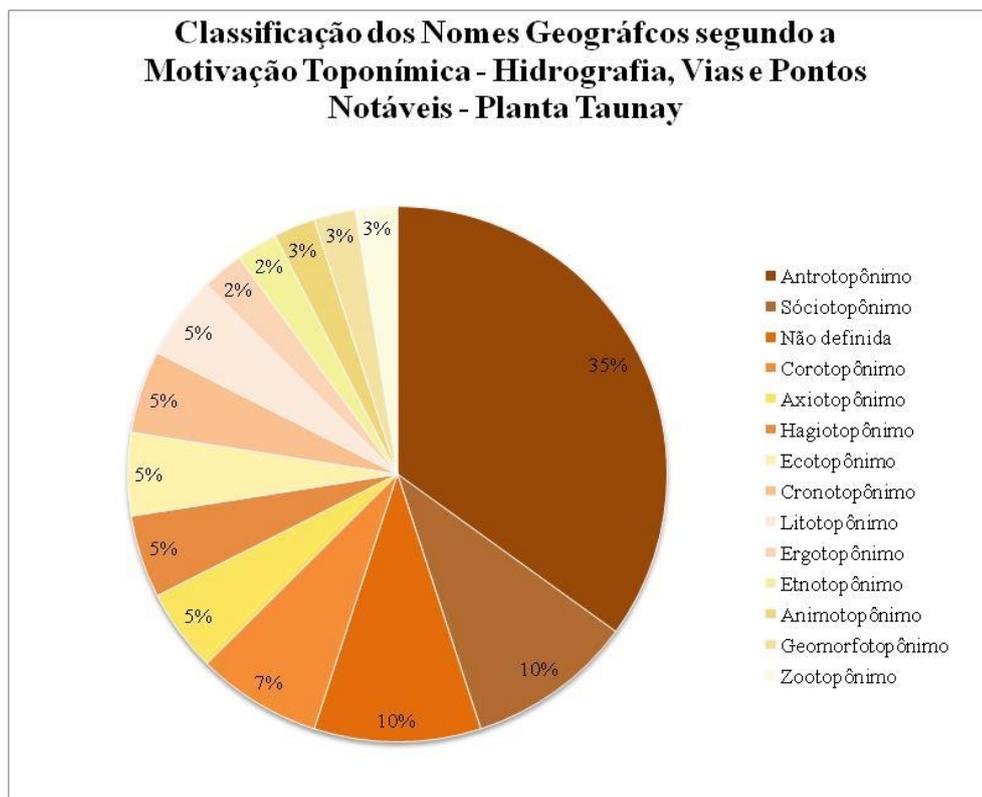


**Figura 28:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Koeler de acordo com a motivação toponímica.

Já da Planta Taunay foram extraídos 40 nomes geográficos, dos quais: 9 referem-se à feições hidrográficas, 24 à vias e 7 à pontos notáveis. Da mesma forma como foi realizado com os topônimos da Planta Koeler, seguem figuras que expressam a classificação dos nomes segundo a origem cultural e motivação toponímica.



**Figura 29:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Taunay de acordo com a origem cultural.



**Figura 30:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos da Planta Taunay de acordo com a motivação toponímica.

As avaliações revelam que a escolha dos nomes dessas categorias de feições geográficas diferiu bastante do que foi considerado no batismo dos bairros. Proporcionalmente, registra-se um número bem menor de nomes geográficos alemães (29,7% na Planta Koeler e 10,0% na Planta Taunay), sobretudo, que remetam a algum lugar da Alemanha (topônimos transplantados).

Nesse caso, ressalta-se, quanto há motivação toponímica que, por razões já apresentadas, a Planta Taunay apresenta maior diversidade de impulsos que considerados no ato da nomeação. Assim como ocorre quando comparados os bairros e vilas nesses dois momentos, é evidente a diminuição de Corotopônimos.

Privilegiou-se para essas denominações à homenagem à personagens ilustres da história de Petrópolis, como o Major Koeler, o mordomo Paulo Barbosa, o Imperador, entre outros. Percebe-se também a ênfase conferida através dos topônimos ao Império do Brasil, pode-se citar como exemplo os nomes geográficos “Praça do Imperador” e “Rua da Imperatriz”..

É possível notar ainda, comparando as feições de uma planta para a outra, os seguintes aspectos:

- Em razão da escala, a Planta Taunay representa um número menor de pontos notáveis;
- A Planta Taunay recuperou o topônimo “Córrego Secco” que denomina importante feição hidrográfica da região, apesar de na Planta Koeler o mesmo já ter sido alterado para “Rio Palatino”. Atualmente, tal feição chama-se “Rio Palatinato”;
- Um número muito maior de vias são mencionadas na Planta Taunay ainda que, pela escala, elas não estivessem desenhadas como linhas e sim como pontos. Tal fato reflete a expansão da cidade no período entre a elaboração das plantas.

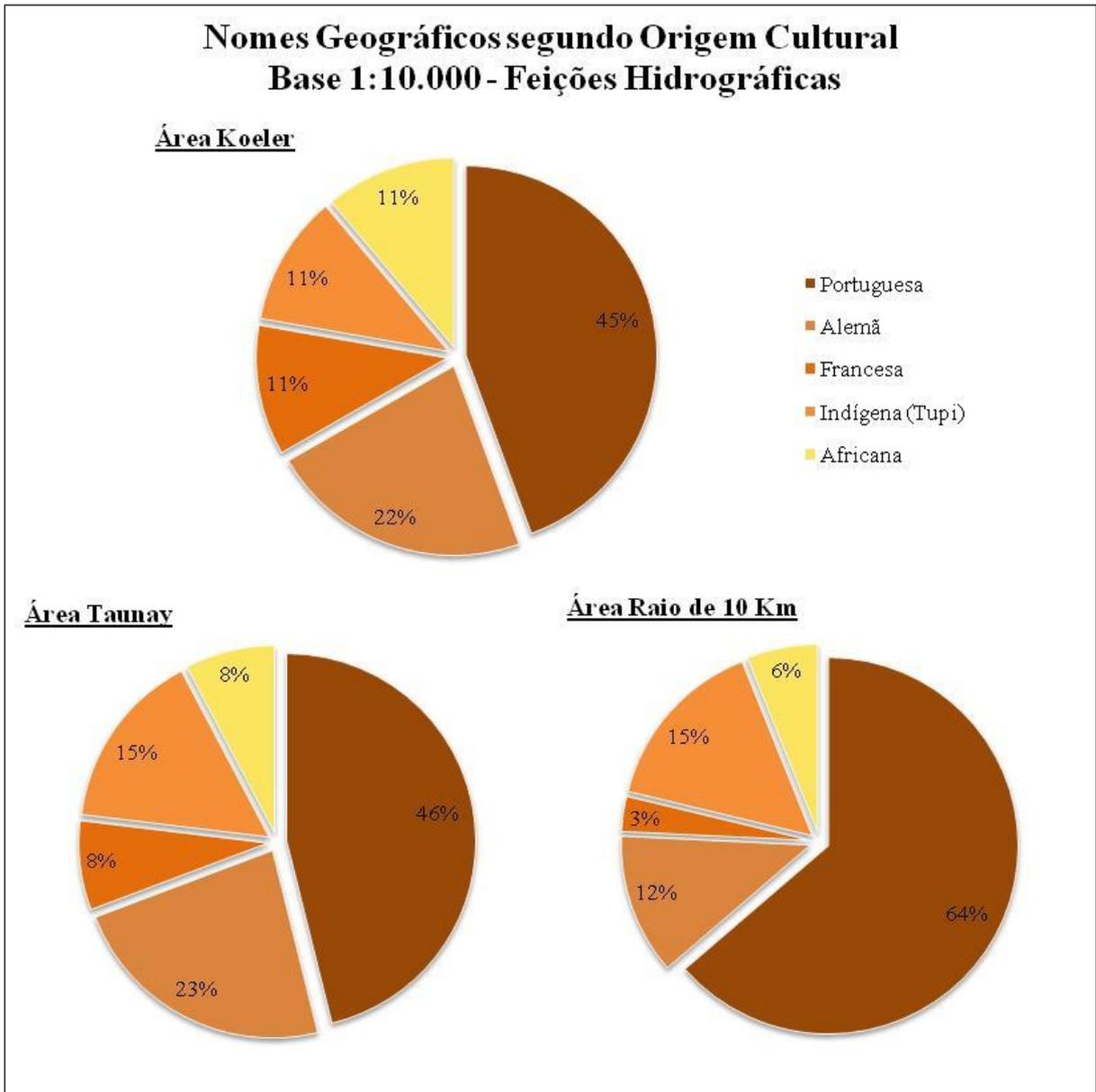
### 5.3.2 Os Nomes Geográficos Feições Hidrográficas e Vias da Base Cartográfica Atual, na escala 1:10.000

Com o intuito de verificar como se caracterizam na atualidade os nomes geográficos de Petrópolis, os topônimos constantes da base cartográfica 1:10.000 (Prospec, 1999) foram extraídos e analisados de acordo com os mesmos aspectos trabalhados com os nomes históricos. Para essa avaliação, foram escolhidos apenas os nomes geográficos referentes às feições hidrográficas e às vias, e três recortes de análise foram adotados: o primeiro refere-se à área da Planta Koeler; o segundo, à área da Planta Taunay; e o terceiro, a uma área com raio de 10 Km a partir do centro das referidas plantas históricas, não ultrapassando o limite municipal atual. Assim sendo, foram inventariados 280 topônimos. Os resultados dessas análises estão expressos nas figuras que seguem.

#### – Feições Hidrográficas

Da base cartográfica 1:10.000 foram extraídos, ao todo, 33 nomes geográficos referentes às feições hidrográficas.

Analisando a origem cultural desses topônimos (Figura 31), pode-se perceber que ao aumentar a área do recorte espacial, ou seja, sua escala geográfica, aumenta-se também a proporção de nomes de origem portuguesa e indígena, ao passo que o percentual de nomes alemães tende a diminuir. Ressalta-se que na área do raio de 10 Km, que extrapola a área da cidade em 1845 e 1861, os nomes geográficos de origem alemã correspondem a apenas 12% do total.



**Figura 31:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos de feições hidrográficas presentes na base 1:10.000 de acordo com a origem cultural.

Quanto à motivação toponímica também é possível verificar que os padrões são alterados conforme se aumenta a escala geográfica do recorte. Assim sendo, percebe-se uma diversificação dos motivos que impulsionam o batismo, além do aumento das motivações de natureza física. Historicamente, os rios foram batizados quando da fundação de Petrópolis em homenagem à personagens influentes, sendo, nesse caso, categorizados como antrotopônimos, classe esta que é preponderante no recorte espacial que corresponde à Planta Koeler e Taunay.

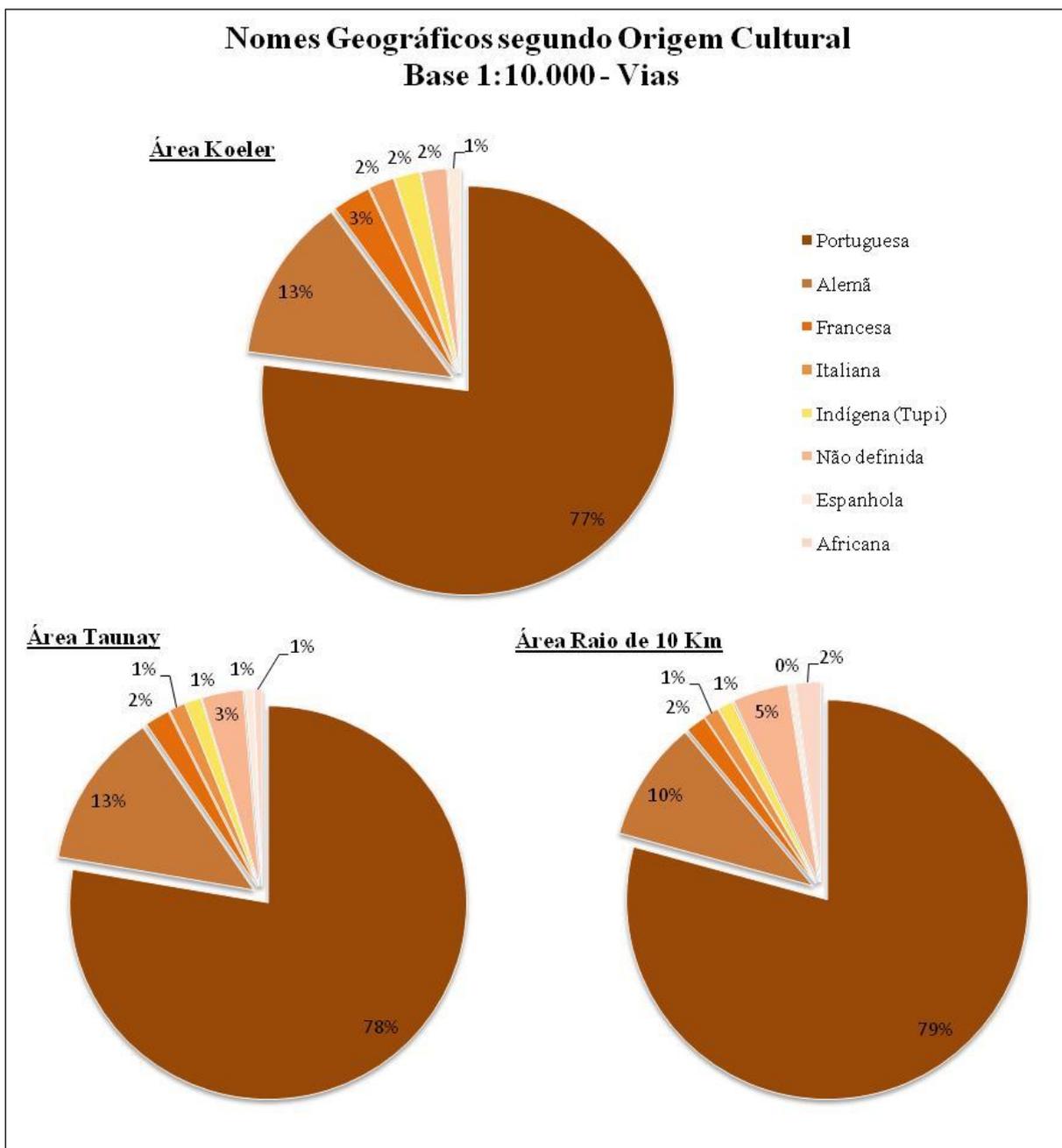
**Tabela 7:** Nomes geográficos de feições hidrográficas (base 1:10.000) por classe de motivação toponímica

Motivação Toponímica	Recortes Espaciais de Análise					
	Koeler		Taunay		Raio 10 Km	
	Nomes	%	Nomes	%	Nomes	%
<b>Antrotopônimo</b>	5	56%	6	46%	7	21%
<b>Sóciotopônimo</b>	2	22%	2	15%	2	6%
<b>Corotopônimo</b>	1	11%	1	8%	1	3%
<b>Zootopônimo</b>	1	11%	1	8%	5	15%
<b>Hagiotopônimo</b>			1	8%	2	6%
<b>Fitotopônimo</b>			2	15%	3	9%
<b>Cardinotopônimo</b>					1	3%
<b>Ergotopônimo</b>					3	9%
<b>Poliotopônimo</b>					1	3%
<b>Geomorfotopônimo</b>					1	3%
<b>Hidrotopônimo</b>					2	6%
<b>Litotopônimo</b>					3	9%
<b>Não definida</b>					2	6%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>
<b>Natureza Antrpo-Cultural</b>	8	89%	10	77%	17	52%
<b>Natureza Física</b>	1	11%	3	23%	14	42%
<b>Não definida</b>	0	0	0	0	2	6%

– Vias

Tal como o realizado para os nomes geográficos de feições hidrográficas, avaliou-se também os topônimos referentes às vias. Nesta categoria, foram analisados 246 topônimos.

Neste conjunto de nomes geográficos, os diferentes recortes espaciais analisados não evidenciaram alterações significativas nos padrões toponímicos, conforme se pode visualizar na Figura 32. Em todas as escalas geográficas houve a predominância de nomes de origem portuguesa, seguidos pelos alemães.



**Figura 32:** Gráfico da classificação dos nomes geográficos de vias presentes na base 1:10.000 de acordo com a origem cultural.

A tabela a seguir mostra quantitativo dos topônimos de vias estratificados de acordo com suas respectivas motivações toponímicas. Em todos os recortes considerados, os antropônimos foram maioria. Também quanto a esse aspecto não surgem modificações significativas quando altera-se a escala geográfica. Ressalta-se, ainda, a expressiva maioria de nomes motivados por impulsos de natureza antro-cultural, característica própria do tipo de feição considerada visto que as vias constituem elementos construídos pelo homem e sua

denominação tende a levar em conta aspectos sociais e culturais mais abstratos do que características físicas da paisagem.

**Tabela 8:** Nomes geográficos de vias (base 1:10.000) por classe de motivação toponímica

Motivação Toponímica	Recortes Espaciais de Análise					
	Koeler		Taunay		Raio 10 Km	
	Nomes	%	Nomes	%	Nomes	%
<b>Antrotopônimo</b>	76	76%	108	73%	155	63%
<b>Corotopônimo</b>	6	6%	14	9%	16	7%
<b>Historiotopônimo</b>	6	6%	6	4%	6	2%
<b>Hagiotopônimo</b>	3	3%	3	2%	5	2%
<b>Axiotopônimo</b>	2	2%	2	1%	3	1%
<b>Geomorfotopônimo</b>	2	2%	2	1%	3	1%
<b>Ergotopônimo</b>	1	1%	2	1%	7	3%
<b>Litotopônimo</b>	1	1%	1	1%	1	0%
<b>Não definida</b>	1	1%	4	3%	23	9%
<b>Sóciotopônimo</b>	1	1%	1	1%	3	1%
<b>Zootopônimo</b>	1	1%	1	1%	8	3%
<b>Animotopônimo</b>			2	1%	3	1%
<b>Fitotopônimo</b>			1	1%	6	2%
<b>Poliotopônimo</b>			1	1%	1	0%
<b>Astrotopônimo</b>					1	0%
<b>Cronotopônimo</b>					1	0%
<b>Numerotopônimo</b>					4	2%
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>	<b>148</b>	<b>100%</b>	<b>246</b>	<b>100%</b>
<b>Natureza Antrpo-Cultural</b>	95	95%	139	94%	204	83%
<b>Natureza Física</b>	4	4%	5	3%	19	8%
<b>Não definida</b>	1	1%	4	3%	23	9%

### 5.3.3 Padrões Espaciais Toponímicos

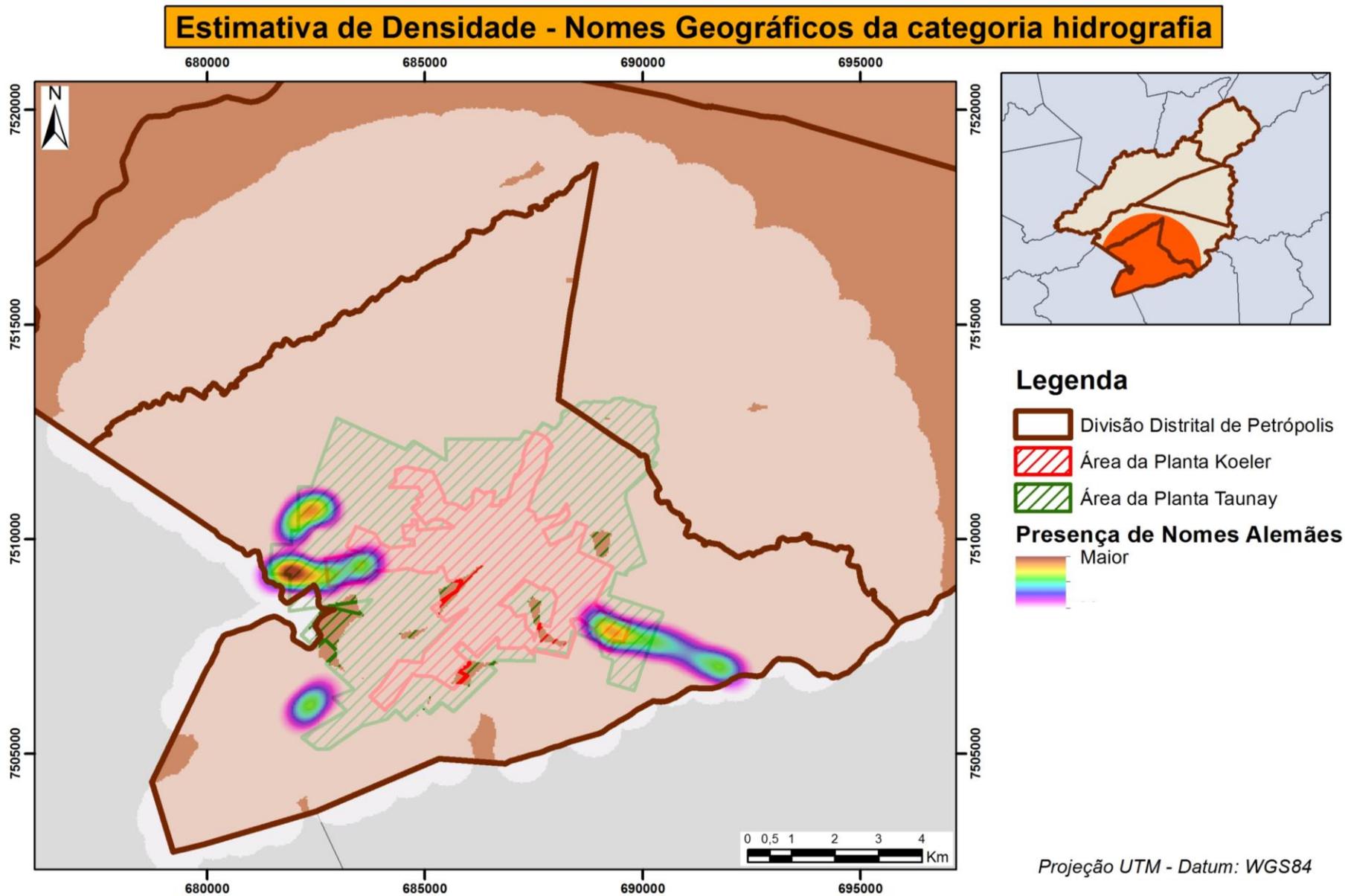
De posse de todas as informações trabalhadas, foi aplicado, respeitando a área de análise definida, um método estatístico de estimativas de densidade – o método Kernel – com o propósito de visualizar como estão espacialmente distribuídos os nomes geográficos atuais, ou seja, oriundos da base 1:10.000, cuja origem cultural foi classificada como alemã.

As Figuras 33, 34 e 34 trazem os mapas de Kernel produzidos considerando, respectivamente, nomes geográficos de feições hidrográficas, de vias e o conjunto total de

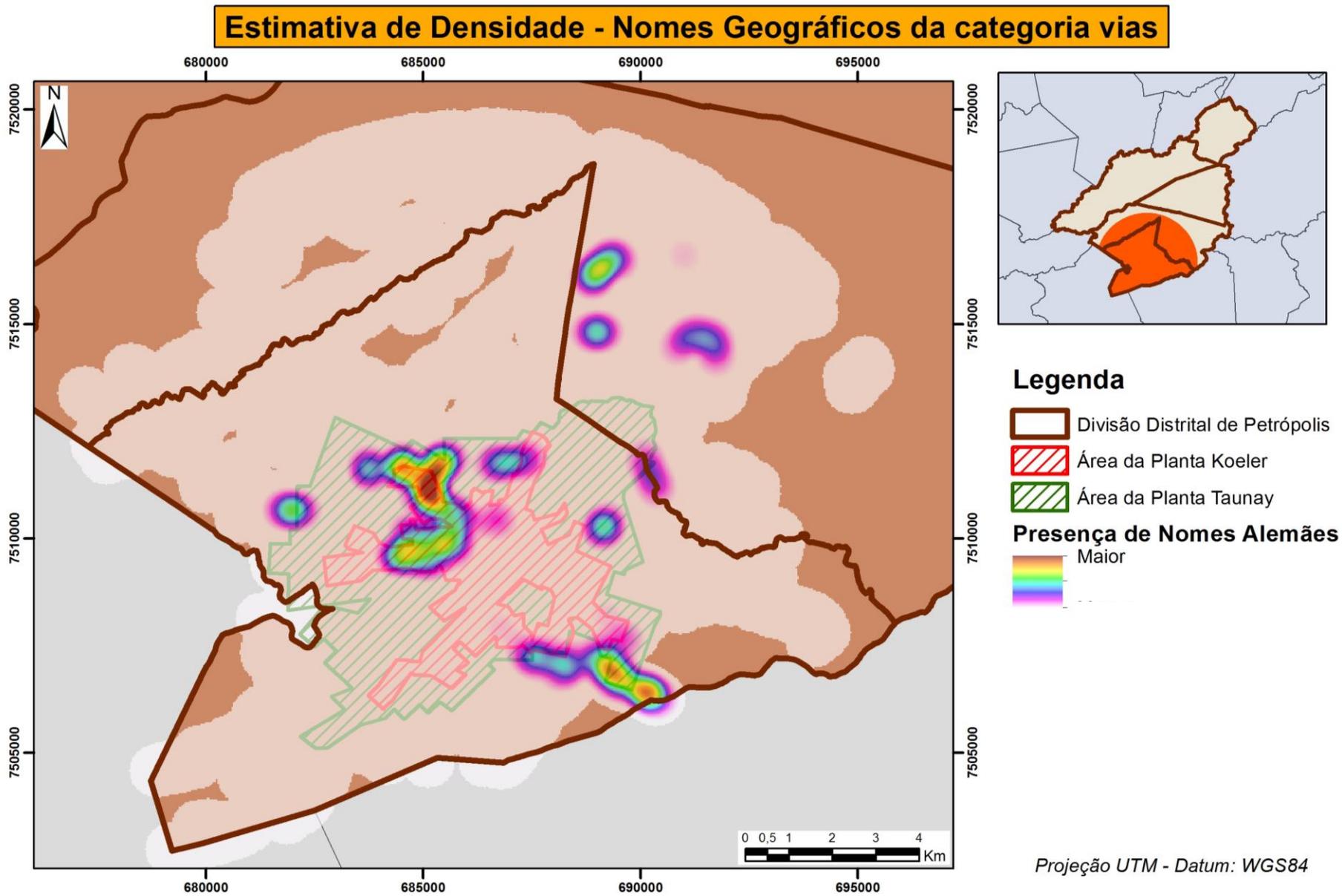
topônimos trabalhados. À estimativa de densidade foram sobrepostos os limites da área planejada por Koeler e da área representada na Planta Taunay.

Esses produtos apontam que a presença de nomes geográficos alemães se dá de forma mais intensa nos topônimos de vias do que nos de feições hidrográficas. No caso das vias verifica-se, inclusive, que seus nomes estão mais dispersos pelo espaço petropolitano, havendo, até mesmo, ocorrência de nomes alemães em área para além do limite do primeiro distrito.

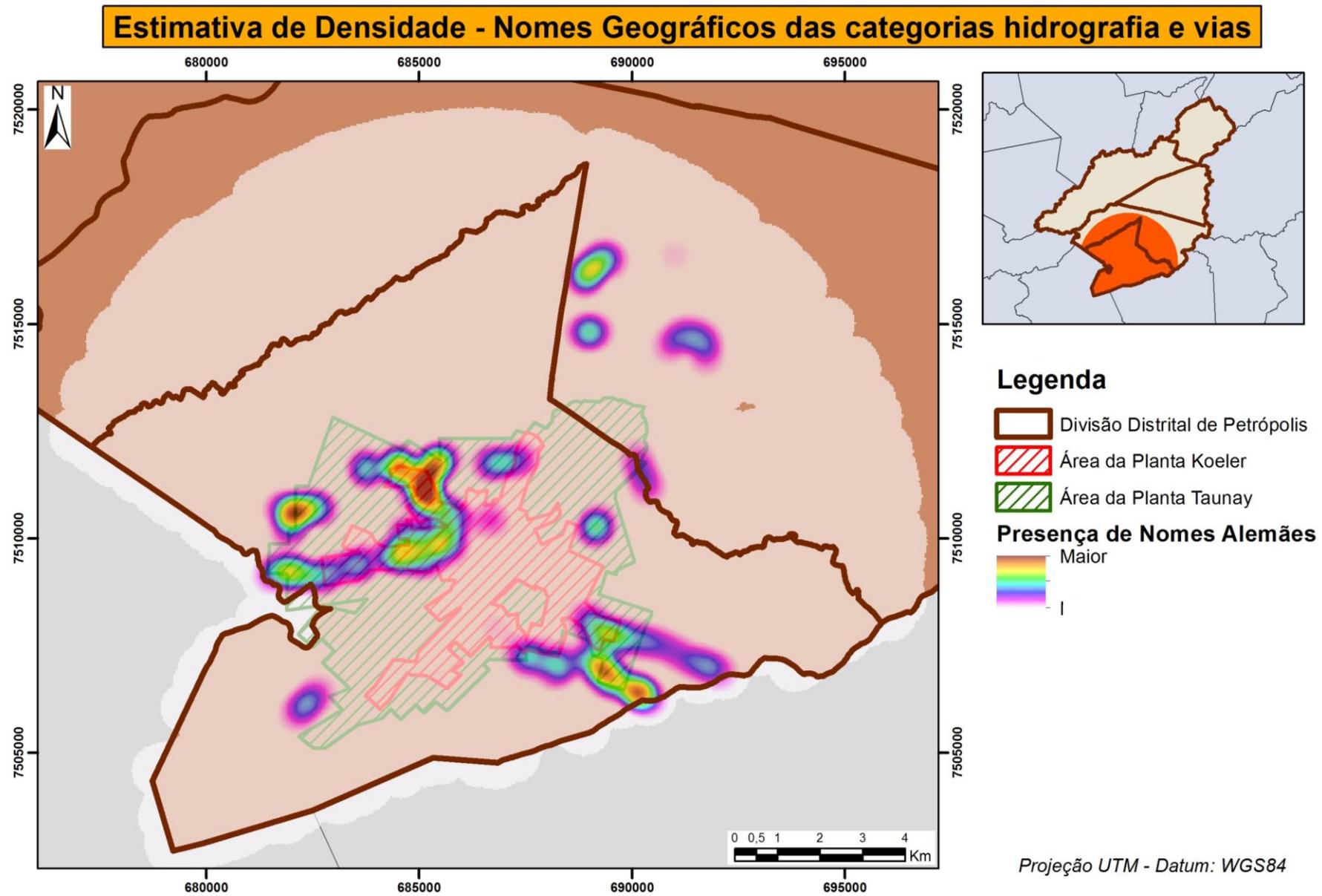
A análise total do conjunto de topônimos avaliados mostra que os nomes alemães estão hoje concentrados no que corresponde às áreas noroeste e sudeste das plantas históricas, aproximadamente, aos quarteirões Bingen, Mosela e Ingelheim; e Palatinato Superior e Inferior, respectivamente.



**Figura 33:** Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Hidrografia.



**Figura 34:** Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Vias.



**Figura 35:** Estimativa de densidade dos nomes geográficos alemães presentes atualmente em Petrópolis – Hidrografia e Vias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a pesquisa buscou-se compreender a relação entre os nomes geográficos de Petrópolis no momento de sua fundação, em meados da década de 1840, e a população imigrante que vinda da Alemanha ali tinha se estabelecido. Assim sendo, os questionamentos levantados na concepção deste trabalho foram tratados à luz de toda discussão acerca do potencial que os nomes geográficos possuem de apoiar na construção de identidades e na perpetuação de memórias.

Os indícios apontavam e, não houve dúvida, de que houve grande influência da presença alemã na nomeação dos quarteirões petropolitanos, feições primordiais no planejamento urbanístico elaborado pelo Major Koeler e materializado na planta de 1846. O referido engenheiro e grande entusiasta do emprego de mão-de-obra alemã na edificação da cidade, fez questão de escolher para o batismo dessas importantes unidades espaciais do Plano Povoação-Palácio de Verão nomes geográficos referentes à localidades existentes na Alemanha, ou seja, nomes transplantados. Entretanto, verificou-se que não houve critério quanto ao ente administrativo a que tais topônimos se referiam, em outras palavras, não foram escolhidos apenas nomes de aldeias ou nomes de ducados ou ainda de bispados. Essas ditas “escalas” se misturaram no espaço da nascente cidade de Petrópolis. Não há nenhum vínculo direto também da disposição dos nomes dos quarteirões com a relativa posição dos locais no território alemão.

Ainda quanto a esses nomes geográficos transplantados, de fato, eles deram sentido ao lugar que para os imigrantes era tão novo e distante. De certa forma, eles materializaram, enquanto formas simbólicas espaciais, a identidade daquela comunidade que chegava para se apropriar daquele espaço. Empregar nomes transplantados significava resgatar sentimentos desenvolvidos com um outro lugar longínquo, valorizar a cultura e a história trazida com os imigrantes alemães, aproximá-los do espaço petropolitano, incentivando a construção da noção de pertencimento ao mesmo, e, por conseguinte, facilitar sua adaptação e seu estabelecimento naquele novo lugar. Nesse sentido, os topônimos constituíram nexos constituintes tanto de uma identidade do lugar quanto de uma identidade dos indivíduos alemães com o lugar.

Apesar de toda essa intencionalidade não pode passar despercebido também, o fato desses topônimos não terem sido oficializados na língua alemã, mas sim traduzidos para o português. Essa tradução em alguns casos, como por exemplo, *Kastellaun* → *Castellania*, mudou radicalmente a forma do nome. Tal transformação

pela qual os nomes geográficos passaram reflete o contexto que fez Petrópolis surgir (era parte de um projeto da Corte Imperial que ali planejou estabelecer seu palácio de Verão) intrinsecamente relacionado com os indivíduos soberanos da nação. Corroborando com esse objetivo e sendo a língua elemento fundamental da identidade nacional, acredita-se que não caberia a oficialização de nomes em alemão. Assim sendo, considerando as definições da *UNGEGN* já apresentadas, exônimos brasileiros das respectivas localidades alemãs foram adotados.

Ainda no que tange às considerações acerca da identidade construída com o apoio dos nomes geográficos, a literatura que discorre sobre a cidade de Petrópolis aponta que os imigrantes teriam sido alocados nos quarteirões de acordo com seu local de origem. Tentando validar essa afirmativa, realizou-se a análise de dados de genealogia dos imigrantes cruzados com informações de prazos arrendados pelos mesmos e não se chegou a nenhuma indicação direta de que essa hipótese é verdadeira.

Na atualidade não existem mais as divisões por quarteirões e vilas em Petrópolis e nem todos os seus pretéritos nomes constam dos mapeamentos mais recentes. Entretanto, essas feições marcaram de forma crucial a organização espacial da cidade. Ainda que oficiosamente, nas palavras do próprio Plano Diretor do município, sob a forma de um “abairramento informal”, visto que Petrópolis não possui divisão de bairros, alguns nomes de quarteirões se fazem presentes, a saber: Mosela, Bingen, Castelânia, Siméria, Ingelheim e Brasileiro. Essa permanência dos topônimos suscita a idéia dos nomes geográficos como fósseis lingüísticos, ou seja, os nomes possuem tamanha capacidade de identificação, singularização e significação do espaço que ainda que as formas a que se referem ou os motivos que levaram à nomeação desapareçam, os topônimos podem se perpetuar no tempo ainda que se associem a elementos espaciais com outra funcionalidade.

A permanência desses nomes geográficos em Petrópolis mantém, de certa forma, viva na lembrança sua história territorial e, sem dúvida, evoca uma memória coletiva. Nesse sentido, ressalta-se a afirmativa de Ullman:

“Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionamos na nossa mente com a idéia do objeto, na intenção de que sempre que a marca se encontre com os nossos olhos, ou ocorra à nossa memória, possamos pensar naquele objeto individual”. (Ullman *apud* Dick, 1990, p. 41)

No que tange aos nomes de feições hidrográficas e vias presentes nas plantas históricas – Koeler e Taunay – percebe-se alteração do padrão toponímico em relação ao que foi visto nos quarteirões e vilas. Verifica-se que a ocorrência de nomes de origem cultural alemã diminui nessas categorias e a motivação toponímica apresenta maior diversidade. Para essas feições, de forma geral, foram atribuídos nomes que homenageassem importantes personagens daquele contexto histórico, assim sendo, cabe citar como exemplos: Rio Paulo Barbosa, Praça Dom Afonso e Rua de Dona Francisca. Dessa forma, os antrotopônimos são a classe de motivação preponderante.

Ao compararem-se os nomes geográficos de feições hidrográficas e vias presentes nas Plantas Koeler e Taunay interessantes aspectos podem ser observados. Primeiramente, é visível a diminuição da proporção de nomes alemães na Planta Taunay, refletindo as mudanças no contexto social, sobretudo, no que concerne ao decréscimo do número de imigrantes alemães que chegavam à Petrópolis visto que o auge desse fluxo migratório se deu na década de 1840. O maior dinamismo e complexidade da cidade no momento de criação dessa segunda planta influenciaram também no aumento da diversidade de motivações toponímicas verificadas, destacando um acréscimo de nomes impulsionados por motivos de natureza física.

Alterando-se a escala temporal de análise, ou seja, tomando como objeto de estudo os nomes geográficos considerados atuais, buscou-se realizar uma avaliação que identificasse o quanto os nomes de origem alemã ainda são representativos. Assim sendo, foram empregadas três escalas geográficas julgadas como importantes para avaliação desse aspecto. De fato, os três recortes espaciais empregados revelaram diferentes padrões toponímicos.

Em relação aos nomes geográficos atuais de feições hidrográficas verifica-se uma gradual diminuição dos nomes de origem alemã conforme aumenta-se a escala geográfica e, portanto, incorporam-se áreas mais distantes do inicialmente definido no Plano Povoação-Palácio de Petrópolis. Ao passo que há ligeiro aumento de nomes de origem indígena e africana. Concomitante a isto, considerando a motivação toponímica, ocorre significativo aumento das motivações de natureza física conforme aumenta-se a escala geográfica.

Quanto aos nomes geográficos atuais de vias não são verificadas tendências ou padrões tão evidentes. As alterações de escala parecem não influenciar de maneira considerável as características dos topônimos. Ressalta-se apenas o caráter majoritário dos nomes com motivação de natureza antro-po-cultural.

O último conjunto de resultados avaliados nessa pesquisa consistiu no emprego da estimativa de densidade Kernel para verificar como estão distribuídos os nomes alemães presentes nos dias de hoje em Petrópolis. Esse tipo de análise tem enorme potencial para informações qualitativas, especialmente, no que concerne aos nomes geográficos. A visualização das informações que métodos como esse permitem pode ser entendida como um grande facilitador para as interpretações.

Os mapas de Kernel gerados mostram que considerando categorias distintas de elementos nomeados, ou seja, feições hidrográficas e vias, a ocorrência e distribuição de topônimos de origem alemã também são diferenciadas. Basicamente, os nomes alemães referentes à hidrografia estão concentrados em duas porções do espaço petropolitano analisado enquanto que os das vias estão mais dispersos e são verificados até mesmo inseridos no segundo distrito, mais distante da área que inicialmente compunha o Plano Povoação-Palácio de Petrópolis.

A estimativa de densidade de todo o conjunto de nomes geográficos atuais considerados revela que os nomes de origem alemã estão no que corresponde às áreas noroeste e sudeste das plantas históricas, aproximadamente, aos quarteirões Bingen, Mosela e Ingelheim; e Palatinato Superior e Inferior, respectivamente. Destaca-se que os primeiros mencionados estão dentre os que ainda estão vivos no cotidiano dos cidadãos petropolitanos. Uma hipótese que pode ser levantada é a de que os nomes geográficos alemães permanecem concentrados nestas áreas uma vez que as mesmas são as mais distantes das principais entradas da cidade, ou seja, são as mais isoladas em relação à Rodovia Washington Luiz (BR-040, entrada via Quitandinha), à Estrada União Indústria e à Serra Velha de Petrópolis.

Ao fim dessa pesquisa, os nomes geográficos trabalhados encontram-se aptos a compor um banco de dados toponímicos que congregaria todos os aspectos estudados e facilitaria o acesso dos interessados, principalmente, estudiosos e a população local, às informações. Ressalta-se, nesse sentido, o Banco de Nomes Geográficos do Brasil, criado por iniciativa do IBGE e que busca, justamente, consolidar as informações toponímicas brasileiras.

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou enriquecer a discussão acerca dos nomes geográficos e mostrar que diversas análises espaciais associadas à técnicas de geoprocessamento são passíveis de serem empregadas de forma bastante satisfatória. Esse enorme potencial ainda tem muito para ser explorado e pode revelar nuances da temática ainda pouco trabalhadas. Além disso, buscou-se evidenciar também o quanto o

estudo dos topônimos, por seu aspecto essencialmente espacial, pode ser apropriado e trabalhado pela ciência geográfica visto que os nomes geográficos tem muito a contar sobre a história territorial e as relações que se desenvolvem entre os indivíduos e o lugar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades In: **Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI**. Florianópolis: Programa de pós-graduação em Geografia/UFSC, 27-29 nov.1996.

\_\_\_\_\_. **Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII**. Geosp, 7, Universidade de São Paulo, 2000.

ALVES NETTO, J. F. Brasileiros Ilustres em Petrópolis. **Jornal de Petrópolis**: 19-25/07/2003 Ano 6 - n. 345. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/jfan20030716.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/jfan20030716.htm). Acesso em: 15/04/2014.

ANDRADE, C. Lugar de memória ... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online)**, v. 6, p. 45, 2008. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>. Acesso em: 15/03/2014.

AMBROZIO, Júlio. **O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O território da enfiteuse e a cidade de Petrópolis, RJ, Brasil**. Scripta Nova (Barcelona), v. XVI, p. 39, 2012.

ANTUNES, Alessandra; CARVALINHOS, Patrícia. Toponímia Brasileira: Origens Históricas. In: **Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 11., 2007, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/> Acesso em: 15/09/2010.

AULER, Guilherme. Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis. **I Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros**. UFRGS. Porto Alegre, 1966.

AZARYAHU, M. e GOLAN, A. – (Re)Naming the Landscape: the Formation of the Hebrew Maps of Israel, 1949-1960. **Journal of Historical Geography**, 27(2), 2001, pp. 178-195.

BARROS, P. C.; FERREIRA, F. C. A Importância do Estudo da Geografia Histórica para a Compreensão do Espaço Urbano. **Revista Geo-Paisagem**, v. 15, p. 1, 2009.

BOSSÉ, Mathias Le. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOTELHO, T. R. ; ANDRADE, C. V. ; BRAGA, Mariângela Porto . Imigração e Família em Minas Gerais no Final do Séc. XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 155-176, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 89.817**, de 20 de junho de 1984. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89817.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89817.htm). Acesso em: 20/08/2014.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. C. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p. 165-193.

CASSIRER, E. – **A Filosofia das Formas Simbólicas – I: A Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 2001 (original em alemão, 1923).

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CLAVAL, P. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, n. 01, 2002.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003. p. 167-187.

\_\_\_\_\_. Temas e Caminhos da Geografia Cultural: uma breve reflexão. In: Zeny, Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, v.1, p. 48-72.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2007.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-29, jan./jun. 1998b.

\_\_\_\_\_. Geografia cultural do milênio. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999a. p. 17-46.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 15-32.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 24, p. 75-96, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69706>>. Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ERTHAL, R. Geografia Histórica - Considerações. **GEOgraphia** (UFF), Niterói, n.9, p. 29-39, 2003.

FRIDMAN, F. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional, 2001. v. 2. p. 610-623.

FROÉS, Carlos Oliveira. **Petrópolis - A Saga De Um Caminho**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2006. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/site/ixcof.htm>. Acesso em: 15/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Detalhes interessantes sobre o plano de Koeler**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2002. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/cof20020311.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/cof20020311.htm). Acesso em: 30/04/2014.

FURTADO, Sebastião da Silva. **A Toponímia e a Cartografia**. Ministério da Guerra – Diretoria do Serviço Geográfico. Rio de Janeiro: 1960.

GADE, D. Language, Identity and the Scriptural Landscape in Quebec and Catalonia. **Geographical Review**, 93(4), 2003, pp. 429-448.

GASPAR, Joaquim Alves. Revisitando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa. In: **III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande**, v.3, 2012, p. 27-46.

GUERRA, Rogerio F. Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual. **Revista de Ciências Humanas**, v. 46, n.1, p.11-81. UFSC, Santa Catarina. 2012.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. O território em tempos de globalização. **GeoUerj**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 5. ed. Tradução de Tadeu da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERALDRYS INSTITUTE OF ROME. Disponível em: <http://www.heraldrysintstitute.com/cognomi/>. Acesso em: 25/06/2014.

HOGAN, D. J., e MARANDOLA JR., E. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. 2009, vol.26, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/02.pdf>. Acesso em: 10/01/2013.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, 1999. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_6\\_holzer.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf). Acesso em: 15/01/2013.

HOUAISS, A., VILLAR, M. S., FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Versão digital. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 11/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Glossário Cartográfico**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario\\_cartografico.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm). Acesso em: 25/08/2014.

JORDAN, Peter. **Report of the Working Group on Exonyms**, United Nations Group of Experts on Geographical Names, 26th Session, Vienna, 2-6 May 2011.

\_\_\_\_\_. Towards a comprehensive view at the endonym/exonym divide. In: WOODMAN, Paul (ed.), **The Great Toponymic Divide. Reflections on the definition and usage of endonyms and exonyms**. pp. 19-32. Warszawa, Head Office of Geodesy and Cartography, 2012.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 135-148, 1997.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Volume 21/1998, p.09-20. Disponível em: [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1998/vol21\\_09\\_20.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf). Acesso em: 10/10/2012.

LEDUR, F. A. P. ; PORTES, C.R.P. ; S. R Carlos. Alguns elementos formadores da identidade cultural do Contestado. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

MATA, Sérgio da. O desencantamento da Toponímia. In: ROSENDAHL, Z. e CÔRREA, R. L. (orgs.). **Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

MALLER, E. M. da S. **Posse de Elisabeth Maria da Silva Maller**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2011. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/emsm20110808.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/emsm20110808.htm). Acesso em: 15/04/2014.

MARX, Isolde. **Histórico da Família Brand**. Disponível em: <http://www.familiabrand.com.br/historico.php>. Acesso em: 20/06/2014.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de, SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: Pesquisa, Reflexões e Aspectos Relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**, nº 58/2, 2006.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. . **Roteiro de Cartografia**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. v. 1. 288p.

MUSEU IMPERIAL. **Histórico & Personagens**. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/historico-a-personagens/2051-historico-a-personagens.html>. Acesso em: 26/03/2014.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. **Dados genealógicos de alguns colonos Germânicos e os seus descendentes que saíram de Petrópolis – RJ**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2003. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/prmo20031212.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/prmo20031212.htm). Acesso em: 15/04/2014.

PEDROSO, M. M. M. **Petrópolis, de Fazenda à Núcleo Urbano, a Cidade Imperial em sua Formação**. Instituto Histórico de Petrópolis, Petrópolis. 2007. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/mmmmp20071008.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/mmmmp20071008.htm). Acesso em: 14/06/2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 15/11/2013.

PREFEITURA DE PETRÓPOLIS/RJ. **Plano Diretor de Petrópolis**. Disponível em: [http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/phocadownload/Planejamento/comcidade/diagnostico/diagnostico\\_05\\_04.pdf](http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/phocadownload/Planejamento/comcidade/diagnostico/diagnostico_05_04.pdf). Acesso em: 25/08/2014.

RABAÇO, Henrique José. **História de Petrópolis**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis / Universidade Católica de Petrópolis, 1985.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n.7, jun.1979, p. 1-25.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. v. 322, jan/mar, 1979.

RHEINGANTZ, Carlos G., MENDES, Gustavo Duriez Teixeira. Origem dos colonos germânicos que povoaram Petrópolis. **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, v.5, p. 39-55. Petrópolis, 1987.

RODRIGUES, J. S., LOIS, C. Uma análise da imigração (in) desejável a partir da legislação brasileira: promoção, restrição e seleção na política imigratória. In: Ricardo Marcelo Fonseca; Gustavo Siqueira Silveira e Giordano Bruno Soares. (Org.). **Sociedade global e seus impactos sobre o impacto e a efetividade do direito na contemporaneidade**. 1 ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. H673, p. 432-453.

SÁ EARP, Arthur Leonardo de. Os quarteirões. **Revista de Petrópolis**, Ano I, n.º 3, Setembro de 1996. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/alse19941025.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19941025.htm). Acesso em: 15/04/2014.

\_\_\_\_\_. Rios da Cidade de Petrópolis – Origem dos Nomes. **Tribuna de Petrópolis**, 25/09, 02, 09, 16/10/1994. Disponível em [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/alse19940827d.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19940827d.htm). Acesso em: 15/04/2014.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

\_\_\_\_\_. A retomada da pesquisa da Geonímia do Brasil: algumas reflexões e aspectos relevantes. **GeoUerj**, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.geouerj.com/PDF/Claudiojoao.pdf>. Acesso em: 15/07/2011

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 5 ed., 2004.

SCHWARCZ, L. K. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2 ed. 1999.

SCHULZE, Frederik. À procura de um fantasma. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 9, nº102, p. 20-23. Rio de Janeiro, 2014.

SEAMON, David and SOWERS, Jacob. Place and Placelessness. In: **Key texts in human geography**, eds. Phil Hubbard, Rob Kitchin and Gill Valentine. London: Sage. 2008. p.43-51. Disponível em: [http://www.arch.ksu.edu/seamon/place\\_&\\_placelessness\\_classic\\_texts.pdf](http://www.arch.ksu.edu/seamon/place_&_placelessness_classic_texts.pdf). Acesso em: 25/01/2013.

SEEMANN, Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural**. Vivência, Natal: UFRN, n. 29, p. 207-224, 2005.

\_\_\_\_\_. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: Zeny, Rosendahl; Roberto Lobato Correa. (Org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Editora de UERJ, 2010, v. 1, p. 115-156.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2 ed, 2000.

SILVA, J. Romão da. **Geonomásticos Cariocas de Procedência Indígena**. Secretaria Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. **Denominações Indígenas na Toponímia Carioca**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, 1966.

SILVA, Marcelo Werner da. **A Geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais.** Terra Brasilis (Nova Série), v. 1, p. s/n-s/n, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, *et al.*(Orgs). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p.77-116.

SOUZA, Beatriz C. P. de. A Toponímia como uma forma de resgatar a memória do lugar. In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis, 2013. Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/77/100/beatriz\\_simposio-luso-brasileiro-2013\\_1379385701.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/77/100/beatriz_simposio-luso-brasileiro-2013_1379385701.pdf). Acesso em: 19/01/2013.

SOUZA, B. C. P. ; ESTRADA, A. F. D. ; MICELI, B. S. ; MENEZES, P.M.L. . Os nomes geográficos do município de Petrópolis/RJ: uma análise histórico-geográfica. In: **XXV Congresso Brasileiro de Cartografia, III Congresso Brasileiro de Geoprocessamento e I Congresso de Geointeligência**, 2011, Curitiba.

TAULOIS, A. E. **História de Petrópolis.** 2007. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/turismo/conheca-petropolis/historia-de-petropolis.html>. Acesso em: 13/01/2013.

TRESPACH, Rodrigo. Alemães para toda obra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 9, nº102, p. 15-19. Rio de Janeiro, 2014.

TUAN, YI-FU. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, 65 (2), 1975. p. 151-165. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable>>. Acesso em: 06/04/2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo/Rio de Janeiro: DifeI, 1983, 250 p. (Ed. norte-americana: Space and Place: The Perspective of Experience. Minneapolis : University of Minneapolis Press, 1977, 235 p.).

UNGEEN. **Glossary of Terms.** 2002. Disponível em: [http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungeen/docs/pdf/Glossary\\_of\\_terms\\_revised.pdf](http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungeen/docs/pdf/Glossary_of_terms_revised.pdf). Acesso em: 25/06/2014.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – DADOS DOS IMIGRANTES ALEMÃES QUE CHEGARAM EM PETRÓPOLIS EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Fonte primária dos dados:

AULER, Guilherme. Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis. **I Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros**. UFRGS. Porto Alegre, 1966.

RHEINGANTZ, Carlos G., MENDES, Gustavo Duriez Teixeira. Origem dos colonos germânicos que povoaram Petrópolis. **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, v.5, p. 39-55. Petrópolis, 1987.

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Adams, Matias	NL	08/1845	Castelania	1608	4
Alfeld, André	Ingelheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1233	7
Alt, João Jacó		07/1845			1
Andrés, Paulo	Lutz		Mosela	801	9
Arweiler, Paulo	NL	08/1845	Vila Imperial	222	1
Auler, Henrique Pedro	Laudert	08/1845	Castelania	1626	5
Bach, Dorotéia	Bacharach		Francês	437	1
Bach, João Pedro	Bacharach		Francês	414 e 419	1
Baerlandi, João		08/1845			1
Bahrden, Susana			Westfalia	4008	4
Barden, João			Bingen	1221	
Bauer, Adão	Laudert		Castelania	1643	2
Bauer, João	Laudert				1
Bauer-I, João Pedro	Laudert	08/1845	Castelania	1645	4
Bauer-II, João Pedro	Laudert		Renania Central	1824	3
Bauermann, Henrique Pedro	NL		Woerstadt	3628	
Baumgaertner, Jacó	Schonberg	08/1845	Francês	444	1
Bechtluft, Jacó Simão	Flonheim		Suiço	3205	
Bechtluft, João	Flonheim		Darmstadt	3817	
Beck, Jacó	Wackernheim / Appenheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1211	4
Becker, Baltasar	NL	08/1845	Castelania	1609	4
Becker, João	NL		Palatinato Superior	2633	
Behrens, João	NL	08/1845	Nassau	652	
Benschel, Nicolau	Budesheim		Vila Teresa	2340	7
Bender, André	NL	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3832	3
Bender, Cristóvão	NL				9
Bender, Francisco José	NL	10/1845 ou 01/1846			1
Bender, Frederico	NL		Darmstadt	3834	
Bender-I, Miguel	NL		Bingen	1241	3
Bender-II, Miguel	NL				5

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Berr, Conrado	NL		Vila Imperial	247	2
Berr, Jacó	NL		Nassau	653	5
Beuren, João Adão	NL	10/1845 ou 01/1846	Siméria/Vila Imperial	2003/240	
Biehl, Matias	NL	07/1845	Mosela	803	8
Blaeser, Catarina	Esselborn		Darmstadt	3822	
Blaeser, Francisco	Esselborn		Darmstadt/Woerstadt	318/3642	
Blaeser, Henrique	Esselborn		Darmstadt	3821	
Blaeser, Pedro	Esselborn		Darmstadt	3820	
Blankenberger, José	NL	10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2623	
Blasius, Humberto	Schleich		Castelania	1642	
Blatt, Elisabete	Thalfang				
Blatt, Francisco	Thalfang	08/1845	Mosela	838	1
Blatt, João Filipe	Thalfang	08/1845	Mosela	846	1
Blatten, Antonio		10/1845 ou 01/1846	Siméria	2014	
Blatz, Maria Eva			Francês	417	3
Block, Cristóvão					
Blum, Cristóvão	NL		Renania Central	1820	3
Bluy, Henrique					
Boeck, João			Vila Teresa	2424	
Boeff, Antônio					1
Boeff, Jacó					1
Boelling, Carlos	Kirchhelden		Westfalia	4030	2
Boller, Frederico	Appenheim		Bingen	1239	7
Boller, Guilherme	Appenheim		Vila Imperial	259	1
Bonacker, Guilherme	NL		Darmstadt	3813	
Borre, João	Neuhutten	08/1845	Mosela	811	4
Borschtelmann, João Filipe	NL		Suíço	3204	
Brahm, Henrique	NL	29/06/1845	Francês	421	
Brahm, Jacó	NL	29/06/1845	Nassau	622	5
Brahm, Sebastião	NL	29/06/1845			
Brand, Adão	Biebern / Reich		Presidência	3420	7
Brand, João Nicolau	Biebern / Reich	10/1845 ou 01/1846	Renania Superior	4207	
Brand, José	Biebern		Presidência	3419	6
Braun, Jacó	Bickenbach		Vila Teresa	2423	7
Breuer, Miguel	Kastellaun		Castlanea	1617	
Brunner, André	NL		Vila Imperial	183	
Buehler, Jorge Felipe	NL		Woerstadt	3605	
Buhl, Frederic	Rhaunen-Sulzbach	10/1845 ou 01/1846			9
Buhl, Miguel	Rhaunen-Sulzbach	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1226	1
Bumb, Francisco Xavier	NL	29/06/1845	Nassau	602	4
Bumb, Inácio	NL	29/06/1845			
Burger, Jacó	Gemunden / Kempfeld		Renania Central	1811	2

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Burger, João	Gemunden / Kempfeld	08/1845	Mosela	832	6
Capalo, Cristóvão	Khunn	08/1845	Bingen/Darmstadt	1203/3816	4
Caspar, Jacó					1
Castor, Filipe	NL	08/1845	Renania Central	1802	5
Christ, João	Simmern / Wahlbach	08/1845	Renania Inferior	1401	8
Cochens, Cristóvão			Ingelheim	1025	5
Dahlem, Pedro	Oberheimbach	08/1845	Renania Inferior	1413	3
Debald, Pedro	Appenheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1236	6
Deibert, Frederico		29/06/1845	Ingelheim	1002	8
Deister, Martim	Sauer-Schwabenheim	29/06/1845	Nassau	670	6
Delvo, Reinaldo	Hermeskeil / Geisfeld / Zusch		Francês	415 e 418	7
Dengler, Martinho	Appenheim				
Dengler, Miguel	Appenheim		Suíço	3208	
Derscheid, Henrique					
Derscheid, Jacó			Woerstadt	3603	
Diehl, Jorge	Wahlbach		Vila Teresa	2410	3
Dietrich, Nicolau	Rodern		Renania Superior	4206	4
Dietz, Felipe	NL	08/1845	Palatinato Superior	2604	6
Dingeler, Isabel		08/1845			1
Dohn, Daniel	NL	07/1845	Mosela	848	4
Dohn, João Felipe	NL	08/1845			1
Dorr, Carlos	Simmern	08/1845	Vila Imperial	252	4
Dorr, Felipe	Simmern		Renania Central	1822	6
Dupont, Martim	Simmern	08/1845	Vila Imperial	223	7
Dupre, João	Hermeskeil / Muhl / Zusch / Hinzerath / Birkenfeld	08/1845	Mosela	805	7
Ebeling, Venceslau	NL	07/1845	Francês	429	5
Eberhard, Jacó	Udenhausen	08/1845	Castelania	1625	6
Eberts, João José	Morsdorf				4
Eberts, Nicolau	Morsdorf	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2010	4
Echternacht, Davi	Reckershausen				1
Echternacht, Nicolau	Reckershausen		Renania Inferior	1416	5
Eckhardt, Adão	Langgons Bei Giessen / Gross Winternheim		Bingen	1242	6
Eiffler, Felipe	Hillscheid	08/1845	Mosela	829	7
Einsfeld, Catarina	Partenheim		Vila Imperial	258	5
Einsfeld, Isabel	Partenheim		Vila Imperial	13	
Elbert, Matias	Gau-Algesheim	10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2622	9
Emmel, Pedro	Argenthal		Woerstadt	3627	
Emmerich, Cristiano			Darmstadt	3827	
Engelmann, Nicolau	NL	08/1845	Vila Imperial	251	

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Eppaerts, João José			Mosela	840	
Eppelsheimer, Frederico	Woerrstadt		Vila Imperial	100 e 182	
Eppinghaus, Teodoro	Wesel		Vila Imperial	241	2
Erbert, João	Morsdorf / Mertesdorf	10/1845 ou 01/1846			
Erbes, Ana Maria	Engelstadt				
Erbes, Frederico	Engelstadt	29/06/1845	Nassau	605	3
Erbes, João	Engelstadt	29/06/1845			
Erbes, Valentim	Engelstadt	29/06/1845	Bingen	1220	
Erbes-I, Filipe	Engelstadt	29/06/1845	Nassau	626	8
Erbes-II, Filipe	Engelstadt	29/06/1845	Nassau	604	
Esch, Antonio	Wackernheim	29/06/1845	Westfalia	4015	7
Esch, Henrique	Wackernheim	29/06/1845			
Esch, João	Wackernheim	29/06/1845	Francês	420	
Esperscheid, Adão		08/1845	Palatinato Superior	2603 e 2637	4
Esperscheid, Joanes					
Esperscheid, João José		10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2636	
Essinger, Frederico Pedro	Munsterappel	07/1845	Palatinato Inferior	2228	4
Evs, Pedro	Kastellaun	07/1845	Nassau	625	3
Exel, Cristiano	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1232	1
Faber, Jacó	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1210	
Faulhaber, Filipe Henrique	Gross Winternheim		Woerstadt/Vila Teresa	3601/2445	
Fecher, Bárbara	NL		Mosela	450	4
Fecher, João	NL		Nassau	648	
Feldmann, Jacó	NL		Vila Imperial	242	2
Fernes, Antônio					5
Filipi, Guilherme		10/1845 ou 01/1846	Bingen	1217	4
Finkenauer, Jorge	Spiesheim		Woerstadt/Vila Imperial	3631/233	
Fischer, João Frederico	Partenheim	07/1845	Palatinato Inferior	2219	
Flaeschen, João Pedro	Mittelstrimmig		Mosela	821	7
Flesch-I, Nicolau	NL	08/1845	Renania Central	1830	
Flesch-II, Nicolau	NL	08/1845			1
Fliess, Paulo	Partenheim	07/1845	Palatinato Imperial	2212	5
Forster, Pedro Teodoro	Seibersbach		Renania Central	1817	5
Franz, Leonardo	Sulzheim		Palatinato Superior	2641	
Franz, Margarida	Sulzheim		Palatinato Superior	2642	
Friederich, Apolinário	Trier, Sede do Bispado		Mosela	828	5
Gabelmann, Valentim	NL		Bingen	1215	
Gabrich, Jorge	NL		Vila Imperial	271	9
Gall, Nicolau	Enkirch		Castelania	1618	6
Gehl, Matias		08/1845	Castelania	1605	4
Gehlen, Antônio		08/1845	Vila Imperial	50	

<b>Família</b>	<b>Local de Origem (Aldeia)</b>	<b>Data de Chegada à Petrópolis</b>	<b>Quartirão de Destino</b>	<b>Prazo Recebido</b>	<b>Nº de Pessoas da Família</b>
Gehren, Estevão	Geisfeld	08/1845	Mosela	808 e 850-Bis	6
Geiger, Valentim					2
Geoffroy, José	Bacharach		Westfalia	4027	7
Georg, João	Woerrstadt				1
Georg, João André	Woerrstadt	07/1845	Palatinato Inferior	2231	6
Gerhard, Guilherme	Deuselbach				
Gerhard, João Jorge	Deuselbach	07/1845	Nassau	645	5
Gerhard, Pedro	Deuselbach		Palatinato Superior	2634	
Gietz, Nicolau	Reckershausen		Castelania	1613	
Gimbel, Francisco	NL	09/1845	Vila Imperial	273	1
Glassow, Joaquim	Duren / Hackenheim	08/1845	Vila Imperial	220	5
Goeller, João Filipe	Dorrebach		Vila Imperial	225	5
Goettner, João	Kleinweidelbach	09/1845	Renania Inferior	1421	3
Goettner, Matias	Kleinweidelbach	09/1845	Renania Inferior	1414	6
Goettner, Pedro	Kleinweidelbach	08/1845	Presidência	3413	
Goetz, Frederico	NL		Vila Teresa	2434	1
Gorius, Nicolau		08/1845	Mosela	802	5
Gramm, Henrique Pedro			Renania Central	1812	
Gregorius-I, João Pedro	Laudert / Metternich	08/1845	Vila Imperial	246	6
Gregorius-II, João Pedro	Laudert / Metternich		Presidência	3410	4
Griebler, Henrique					
Grings, Nicolau			Renania Central	1814	3
Groeff, João Adão			Ingelheim	1030	3
Groess, João	Partenheim	08/1845	Palatinato Superior	2608	7
Gross, João Nicolau			Vila Imperial	269	
Grotz, Conrado	Partenheim		Palatinato Superior	2609	
Grotz, Jacó	Partenheim	10/1845 ou 01/1846			3
Gudehus, Maximiliano José	NL	08/1845	Brasileiro	3029	2
Guenster, Pedro	NL	08/1845	Renania Inferior	1405	3
Guntermann, João	NL	07/1845	Palatinato Inferior	2216	
Gunther, Felipe		08/1845			1
Guttman, João	NL	08/1845	Castelania	1646	7
Habbe, Francisco			Westfalia	4031	1
Hammes, João Adão	Burgen		Vila Imperial	236	2
Hammes, João Pedro	Burgen		Renania Central	1810	1
Hammes, Lourenço	Burgen		Renania Central	1818	2
Hamm-I, João	NL	08/1845	Suíço/Palatinato Superior	3215/2647	
Hamm-II, João	NL				
Hang, João	Furfeld		Vila Teresa	2409	
Hansen, Elisabete	NL		Nassau	660	
Hansen, Pedro	NL		Castelania	1630	4
Harres, Nicolau	Thalfang	07/1845	Mosela	830	9

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quartirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Hart, Pedro	Biebern		Siméria	2028	
Hartmann, Pedro	Lutz		Ingelheim	1036	5
Haubrich, Jacó	Blankenrath		Darmstadt	3824	
Haubrich, Jorge	Blankenrath		Ingelheim	1040	5
Heckmann, Matias			Mosela	827-Bis	
Hees, Cristiano	Spesenroth	07/1845	Mosela/Vila Imperial	81/221	5
Hehn, José	Wahlbach	08/1845	Renania Inferior	1415	5
Hehn, Paulo	Wahlbach	08/1845	Presidência	3411	1
Heidrich, Henrique Davi	Oberdiebach		Vila Imperial	57	5
Heidrich, João Daniel	Oberdiebach		Vila Imperial	218	2
Helmenrath, Nicolau					
Hennemann, Frederico	NL	08/1845	Mosela	844	4
Henrichs, João Pedro	Lahr		Ingelheim	1022 e 1037	
Hermann, Huberto					
Hilgert, Cristóvão	NL		Castelania	1621	6
Hill, Filipe	NL		Renania Central	1823	6
Hillen, João	Blankenrath	10/1845	Darmstadt	3837	4
Hillen, Matias	Blankenrath		Woerstadt	3612	
Hinckel, Pedro Matias	Gau-Bickelheim / Obersetsen	08/1845	Palatinato Superior	2607	4
Hinnenscheid, Matias	Trier, Sede do Bispado		Vila Imperial	276	5
Hippert, João	NL	08/1845	Palatinato Superior	2612	1
Hoefner, Catarina	Deuselbach				1
Hoelz, Adão	Laudert	08/1845	Renania Inferior	1417	5
Hoelz, Cristóvão	Laudert		Castelania	1615	
Hoelz, Francisco	Laudert	08/1845	Castelania	1602	
Hoenes, Frederico	Ingelheim	29/06/1845			
Hoenes, Jacó Frederico	Ingelheim	29/06/1845	Nassau	609	7
Hoffmann, Adão			Castelania	1612	
Hoffmann, Henrique		10/1845 ou 01/1846	Bingen	1205	
Hoffmann, Pedro		08/1845			1
Hoffmann-I, Cristóvão		09/1845			6
Hoffmann-II, Cristóvão					
Huegel, Francisco Carlos			Woerstadt	3640	
Humbach, Jodocus		08/1845			1
Hummel, Pedro	NL	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3803	
Husch, Pedro	NL	29/06/1845	Ingelheim	1020	5
Hutter, Bernardo		29/06/1845			
Iclker, Jorge		1847			2
Idstein, João José	Oestrich-Winkel	29/06/1845	Ingelheim	608	
Jacobs, João	Mittelstrimmig	08/1845	Nassau	663	
Jacobs, Matias	Mittelstrimmig	08/1845	Ingelheim	1028	
Jacobs, Pedro	Mittelstrimmig	1847	Darmstadt	3815	6

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quartirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Jacoby, Pedro	Kappel	08/1845	Palatinato Superior	2648	4
Jaeger, Henrique Luis	Woerstadt	1847	Vila Imperial	181	7
Jahn, José	Kastellaun	1847	Bingen	1222	2
Jans, Adão		10/1845 ou 01/46	Darmstadt	3830	3
Jochen, Frederico	NL	08/1845	SI	SI	1
Jochen, João Adão	NL	08/1845	Mosela	812	2
Joernes, Antonio		1847	SI	SI	7
Joras, Pedro	NL		Woerstadt	3609	
Joras, Jaco	NL	10/1845	Siméria	2027	8
Jost, Jorge	Ingelheim	1847	Suíço	3216	8
Jung, Henrique Jacó	Bingen	10/1845 ou 01/1846	Renania Superior	4208	3
Jung, Felipe Pedro	Bingen	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2024	6
Jung, Henrique	Bingen	1847	Vila Imperial	249 e 250	7
Jung, João	Bingen	1847	Woerstadt	3639	6
Jung, Paulo	Bingen		Nassau	655	
Justen, André		1847	Ingelheim	1003	6
Justen, João		1847	Darmstadt	3814	5
Justen, João Pedro		1847	Ingelheim	1031	4
Kalkuhl, Pedro	Ludenscheid	1847	Vila Imperial / Woerstadt	197/3634	5
Kallenbach, João Filipe	Bacharach	08/1845	Suíço	3221	7
Kappaun, Pedro	Kisselbach	08/1845	Castellania	1648	6
Kappes, Nicolau	Grenderich	1847	Ingelheim	1027	8
Kappler, Jacó	Bechtolsheim	07/1845	Palatinato Superior	2208	6
Karl, Guilherme	Mutterschild	1847	Renania Inferior	1409	5
Karl, José	Mutterschild	08/1845	Castelanea	1629	3
Karl-I, João Pedro	Mutterschild		Renania Central / Vila Teresa	1816/2440	7
Karl-II, João Pedro	Mutterschild				3
Karts, Pedro		10/1845 ou 01/1846			9
Keck, Felipe Geraldo	NL	07/1845	Palatinato Inferior	2215	7
Keiper, Catarina		07/1845			1
Keiper, Frederico		07/1845			1
Kercher, Henrique		1847	Darmstadt	3825	4
Ketzer, Miguel	Bechtolsheim	09/1845	Renania Inferior	1408	4
Keuper, Cristiano	Deuselbach	07/1845	Mosela	842	5
Keuper, Magnus	Deuselbach	07/1845	Mosela	163	7
Keuper, Maria Catarina	Deuselbach				1
Kind, Francisco Guilherme	Siebersach	1847	Renania Central	1819	4
Kistermann, João		08/1845	Vila Imperial	51	4
Klaes, Nicolau	NL		Castelanea	1651	
Klaudy, Nicolau	NL	1847	Castelanea	1631	4
Klein, Antonio	Mittelstrimmig	1847	Vila Teresa	2448	5
Klein, Clara	Mittelstrimmig	1847			3
Klein, Cristovão	Mittelstrimmig	08/1845	Presidencia	3406	3

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Klein, João Nicolau	Mittelstrimmig	07/1845			1
Klein, Pedro	Mittelstrimmig		Mosela/Vila Teresa	820/2426	
Kleinz, Antonio	Mittelstrimmig	08/1845			3
Kling, Magnus	Deuselbach/Immert	07/1845	Mosela	809	9
Klingel, Matias	Grenderich	1847	Mosela	826	6
Klippel, Conrado	Partenheim	07/1845	Palatinato Inferior	2220	2
Klippel, Guilherme	Partenheim	29/06/1845			
Kloh, Eva	Sulzheim	1847	Bingen	1213	7
Knecht, José	Sulzheim	07/1845	Palatinato Inferior	2210	6
Knecht, Pedro	Sulzheim	1847			4
Kneip, Filipe	Karbach/Morshausem	1847	Simeria	2001	7
Kneip-I, Antonio	Karbach/Morshausem	08/1845	Siméria	2002	6
Kneip-II, Antonio	Karbach/Morshausem	10/1845 ou 01/1846	Castelania	1601	7
Knielbel, Conrado	Reich				1
Knuth, Leonardo	Duren	08/1845	Vila Imperial	253	1
Kober, Carlos	NL	1847	Renania Central	1806	3
Kolling, Cristiano		08/1845	Mosela	804	5
Konflanz, João	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1209	6
Kopf, João	NL	10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2624	6
Kopp, Carlos	Spiesheim	1847	Woerstadt	3632	4
Kopp, Filipe	Spiesheim	1847	Woerstadt	3638	4
Korndoerfer, João	NL	08/1845	Palatinato Superior	2602	4 ou 5
Kort, João	NL	1847	Ingelheim	1007	4 ou 3(v)
Kraemmer, Frederico	Karbach/Zusch	10/1845 ou 01/1846	Simeria	2013	5
Kramer, André		08/1845			1
Kramer, João Jacó		08/1845			1
Kramm, Henrique Pedro	Hainau	1847			5
Kramm, João	Hainau				6
Kramm, Pedro	Hainau	1847			1
Kratz, Pedro José	Budesheim	29/06/1845	Nassau	671	1
Krauss - I, João	Deuselbach	07/1845	Palatinato Inferior	2232	8 ou 6+v
Krauss - II, João	Deuselbach	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2004	5
Krautkramer, Pedro	Karbach	1847	Renania Central	1815	6 ou 5+v
Krebs, Antonio	NL	10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2644	4
Krebs, João Cristovão	NL	10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2610	3
Kreis, Cristiano	NL	07/1845	Palatinato Inferior	2214	5
Kreis, Filipe	NL	10/1845 ou 01/1846			7
Kreischer, Elisabete	Rhaunen-Sulzbach	1847			6
Kreischer, João		10/1845 ou 01/1846	Bingen	1227	6
Kreischer, Pedro		10/1845 ou 01/1846			1
Kremer, Henrique			Brasileiro	3030	5

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quartirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Kremer, Miguel		1847	Ingelheim	1041	8 ou 7
Kremer, Pedro		08/1845	Renania Inferior	1407	7 ou 5+v
Kreschmer, Carlota					4
Krichen, Sebastião		09/1845			2
Kroeling, José		1847			1
Kronenberger, Pedro	Hermeskeil/Damflos/Neuhutten/Zusch	1847	Mosela	835	7 ou 8
Kroth, João		1847			3
Kuhn, Frederico	Bingen	29/06/1845	Nassau	606	2
Kuhn, Isabel			Woerstadt	3637	
Kunth, Adolpo	Duren	08/1845	Vila imperial/Francês	254/428	8
Kurtenbach, Pedro	Neunkirchen	1847	Westphalia	4024	4 ou 3+v
Lahr, Cristiano	Weinheim	1847	Woerstadt	3602	9
Lange, Carlos					
Latsch, Pedro Jacó	Siebersach	08/1845	Renania Inferior/Suiço	1406/3214	6
Lauterbach II , Adão	Siebersach	1847	Renania Central	1821	5 ou 6
Lauterbach, Adão	Siebersach	1847			2
Lawesweiler, Filipe	NL	1847	Castelanea	1627	5
Licht, Frederico Carlos	Birkenfeld	1847	Mosela	825	4
Licker, Adão	NL	1847			1
Licker, Frederico	NL	1847			1
Licker, João	NL	1847			5
Linck, Filipe		1847	Vila Teresa	2447	8
Linden, Baltasar		10/1845 ou 01/1846	Bingen	1216	6
Linden, Elisabete					4(v+3)
Linden-I, João		1847	Vila Imperial	56	1
Litger, André		1847	Renania Central	1813	5
Litger, João			Nassau	615	
Littig, Filipe	Laubenheim	1847	Vila Imperial	243	9 ou (f+5)
Loch, José		1847			1
Lochen, Pedro	NL	07/1845	Mosela	813	3
Loepsch, André	Lutz	08/1845	Vila Imperial	101	1
Loos, João	Erbes-Budesheim	29/06/1845	Ingelheim	1001	5
Lorang, Pedro	Neuhutten	08/1845	Mosela	843	5
Lucas, Jacó			Presidencia	3408	f+3
Lucas, Luis		1847	Presidencia	3409	
Lucas, Nicolau		1847			4
Luebe, Guilherme	NL	1847	Westphalia	4007	5
Maehler, Ana Maria		10/1845 ou 01/1846	Simeria	2009	5 ou v+2
Maerker, João Jacó	NL	07/1845	Mosela	834	4
Mahler, Francisco	Johannisberg		Mosela	823	
Mahler, Melchior	Johannisberg	08/1845	Ingelheim	1015	6 ou v+3
Maiworm, Pedro	Bilstein/Olpe/Altenkleusheim	1847	Westphalia	4022	7 ou 9

<b>Família</b>	<b>Local de Origem (Aldeia)</b>	<b>Data de Chegada à Petrópolis</b>	<b>Quarteirão de Destino</b>	<b>Prazo Recebido</b>	<b>Nº de Pessoas da Família</b>
Malmann, Jacó,		1847	Renania Central	1808	4 ou 6
Malmann, João Pedro		1847	Presidencia	3422	7
Martini, Felipe	NL	08/1845	Mosela	815	5
Marx, Henrique	Kastellaun	10/1845 ou 01/1846	Renania Superior	4209/4212	5
Marx, Pedro	Kastellaun	1847			1
Mathias, João		1847	Renania Central	1825	5 ou 4
Maul, Martim	Frei-Laubersheim	07/1845	Palatinato Superior	2601	6
Mees, João Pedro	Briedel	1857	Mosela	841	7 ou 6
Meinertz, Pedro		1847	Darmstadt	3825	3
Meurer, Antonio	Hesweiler/Blankenrath	1847	Presidencia/Ingelheim	3417/1010	2
Meurer, Jacó	Hesweiler/Blankenrath	1847	Woerstadt	3610	8
Meurer, João	Hesweiler/Blankenrath	1847			1
Meyer II, João			Darmstadt	3826	
Meyer, Carlos Henrique		1847	Nassau	654	3
Michel, Martim	Spesenroth	1847	Vila Teresa	2438	2
Mischler, João		1847	Woerstadt	3635	1
Moebus, Adão Miguel	Gemunden	1847	Castelania	1640	7 ou 6+v
Moebus, Augusto	Gemunden	08/1845			1
Moebus, Eduardo	Gemunden	08/1845			1
Moebus, Guilherme	Gemunden	08/1845	Nassau	649	1
Moelig, João	Partenheim	07/1845	Palatinato Inferior	2218	5
Molter II, Henrique Pedro	NL		Mosela	810	1
Molter, Felipe Pedro	NL		Mosela	837	
Molter, Pedro	NL	08/1845			6 ou 3
Monken, Guilherme José	Oestrich-Winkel	29/06/1845	Nassau/Mosela	620/818	10
Monken, Henrique José	Oestrich-Winkel	29/06/1845	Nassau	673	
Monken, Jacó	Oestrich-Winkel	29/06/1845	Nassau	621	
Monken, João José	Oestrich-Winkel	29/06/1845	Nassau	672	
Monken, Jorge	Oestrich-Winkel	29/06/1845			
Morsch, João	Loffelscheid	1847	Mosela	836	5 ou 4
Mueller, Jacó		1847	Castelanea	1649	5
Mueller, José		10/1845 ou 01/1846	Palatinato Superior	2611	8
Muenich, André		1847	Nassau	634	6 ou 5
Muenich, Jacó		08/1845	Nassau	616	1
Mundstein, Jacó	Schelborn/Mettweiler	1847	Ingelheim	1011	5 ou 4
Mussel, Adão		07/1845	Suíço	3229	5
Neisius, João	Boos	1847	Castelanea	1624	6 ou 5+v
Neumann, Guilherme	Argenthal	08/1845			1
Neumann, Luis	Argenthal	08/1845			1
Neumann, Margarida	Argenthal		Renania Inferior	1418	5+v
Neumann, Pedro	Argenthal	08/1845			1

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quartirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Neumann-I, João	Argenthal	08/1845			3
Neumann-II, João	Argenthal				1
Nichtern, Catarina	NL				3+v
Nichtern, Matias	NL	1847	Westphalia	4010	3
Nichtern, Valentim	NL	1847	Westphalia	4009	2
Nicodemus, João	NL	08/1845			1
Nicodemus, Maria	NL	08/1845	Castelanea	1607	3
Nicolai, Guilherme		29/08/1845	Westphalia	4026	
Nicolai, João		29/06/1845			
Nicolai, Nicolau		29/06/1845			
Nicolai, Pedro Antônio		29/06/1845	Francês	441	
Nicolai-I, Jacó		29/08/1845	Vila Imperial/Nassau	62/611	10
Nicolai-II, Jacó		29/06/1845	Francês	442	
Nienhaus, Teodoro	NL	08/1845	Westphalia	4019	3
Noel, João	Neuhutten/Reinsfeld/Ockenh eim	08/1845	Mosela	847	8 ou 8+v
North, Bárbara		1847			1
North, Godofredo			Nassau	644	
Orth, Bernardo	Trier, Sede do bispado	08/1845	Francês	405	8
Paulu, Gustavo		10/1845 ou 01/1846			1
Pausacher, Teodoro		08/1845	Castelania	1633	1
Petry, Filipe	NL	29/06/1845			
Petry, Luis	NL	29/06/1845	Nassau	666	
Pfeifer, Jacó	Deuselbach	1847			2
Pfeifer, João	Deuselbach		Mosela	822	
Pfeifer, João Conrado	Deuselbach		Mosela	833	5
Pira, Francisco		1847			1
Pira, Isabel		1847			4
Pira, José			Vila Imperial	270	
Pitzer, Bernardo	Ingelheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1238	5 ou 6
Plantz, Miguel	NL	1847	Renania Central	1809	1
Plentz, Antonio	NL		Renania Central	1829	3
Rablais, Henrique		1847	Siméria/Frances	2008/434	9 ou 7
Raeder, Jão Henrique	Hessloch	07/1845	Palatinato Inferior	2209	9
Reisinger, Antonio		08/1845	Ingelheim	1016	6
Reisinger, Catarina					v+2
Reisinger, Filipe			Woerstadt	3643	
Reisinger, Pedro		08/1845	Ingelheim	1017	4
Reiss, João		1847	Ingelheim	1012	
Reith, Henrique	Frei-Laubersheim	08/1845	Palatinato Superior	2606	6
Reitz, Filipe	Schnorbach/Argenthal	1847			2
Reitz, Miguel	Schnorbach/Argenthal	08/1845	Castelania	1647	3

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Renzeler, Antonio			Darmstadt	3806	
Renzler, João Pedro		08/1845	Nassau	647	1
Renzler, Pedro		10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3807	3
Renzler, Madalena		1847			2
Retz, Antonio		08/1845	Renania Inferior	1419	5
Retzmann, Antonio	NL	08/1845	Renania Central	1803	5
Reuter, Jacó	Bergenhaußen	1847	Woerstadt	3608	2
Rheinfeld, Paulo	Gross Winternheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1237	7 ou 6+v
Rheinganz, Nicolau	Reich	1847	Renania Superior	4203	2
Richter, Jorge	NL	08/1845	Ingelheim	1018	5
Ricker, Antonio		1847			6 ou 5
Riess, Marcos Guilherme		09/1845			7
Rippel, Henriqueta	NL				v+3
Rippel, Hwnrique Pedro	NL	08/1845	Nassau	646	5
Rippel, João Adão	NL		Nassau	662	
Roche, João Jorge		29/06/1845	Nassau	607	1
Rockert, José		1847			7
Rody, Pedro	NL	1847	Nassau	633/656	9
Roggenbach, Jorge		1847	Vila Teresa	2428	5
Rosenbach, Nicolau	Duren	1847	Presidencia/Ingelheim	3416/1009	3 ou 5
Rosenberg, Adão		08/1845	Vila Imperial	219	6 ou 7
Roux, Paulo		1847	Castelania	1638	5
Roux, Jacó		1847	Castelania	1637	4
Ruhl, Francisco Antônio	NL	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3835	2
Satter, Isabel			Bingen	1206	
Sattler, Conrado	Simmern	10/1845 ou 01/1846			6
Sattler, José		10/1846 ou 01/1846	Siméria	2026	4
Sauer, João	NL	1847	Ingelheim	1023/1033	4
Saueressig, João Francisco	Oberdiebach	08/1845	Siméria/Vila Imperial	2019/235	4
Schaefer, Jacó	NL	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2012	7
Schaefer, Nicolau	NL				7
Schanuel, Guilherme	NL	29/06/1845	Nassau	669	3
Schanuel, Jacó	NL	29/06/1845	Nassau	668	4
Schauss, Filipe		08/1845			1
Scheid, Henrique		29/06/1845			
Scheid, João	Munsterappel	29/06/1845			
Scheid, Valentim	Munsterappel	29/06/1845	Westfália/Francês	4001/431	7
Scheiner, Francisco		1847			6
Scherer, Carlos	Hillscheid	07/1845	Mosela	806	7
Schild, João Jacó		08/1845			1
Schmidt, João	Breitscheid/Belgweiler	10/1845	Bingen	1218	7
Schimitt, Pedro	Deuselbach				6

<b>Família</b>	<b>Local de Origem (Aldeia)</b>	<b>Data de Chegada à Petrópolis</b>	<b>Quartirão de Destino</b>	<b>Prazo Recebido</b>	<b>Nº de Pessoas da Família</b>
Schimmels I, Pedro	NL	09/1845			1
Schimmels II, Pedro	NL	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3808	2
Schmidt ,João	Breitscheid/Belgweiler		Bingen	1213	4
Schmidt I, João Guilherme	Breitscheid/Belgweiler	09/1845	Westfália	4020	5
Schmidt II, João	Breitscheid/Belgweiler				
Schmidt II, João Guilherme	Breitscheid/Belgweiler		Westfália	4021	
Schmidt, Carlos Fernando	Breitscheid/Belgweiler		Vila imperial	248	
Schmidt, João Filipe	Breitscheid/Belgweiler	09/1845			5
Schmidt, João Frederico	Breitscheid/Belgweiler	07/1845			1
Schmidt, João Frederico	Breitscheid/Belgweiler				
Schmidt, João Nicolau	Breitscheid/Belgweiler		Ingelheim	1042	1
Schmidt, Pedro	Breitscheid/Belgweiler		Darmstadt	3809	4
Schmitt, João Nicolau	Deuselbach		Siméria	2007	5
Schmitz, Jacó	NL		Renania Central	1807	5
Schmitz, João	NL	10/1845 ou 01/1846			3
Schmitz, Nicolau	NL		Vila Teresa	2444	4
Schmitz, Paulo	NL		Mosela	824	8
Schmitz, Pedro	NL		Vila Imperial	272	2
Schneider, Frederico	NL		Castelanea	1623	8
Schneider, João	NL		Ingelheim	1034	2
Schneider, Miguel	NL	10/1845 ou 01/1846	Palatino Superior	2625	3
Schnorr, Jacó					1
Schoeneck, André	NL		Vila Imperial	263	6
Scholl, Cristovão	NL				6
Scholl, Pedro	NL		Renania Superior	4211	3
Schorsch, Jacó	Horn		Renannia Superior	4205	9
Schroeder, Carlos Pedro Fredereico	NL	08/1845	Vila Imperial	238	4
Schroeder, João Pedro	NL		Castelanea	1639	2
Schuesseler, Filipe Jacó		08/1845	Suíço	3203	2
Schuesseler, João Henrique		08/1845	Suíço	3219	2
Schumacher, Werner	NL	08/1845	Vila imperial/Nassau	184/632	1
Schunck, Antonio	NL				1
Schunck, João	NL		Nassau	630	3
Schunck, Pedro José	NL	08/1845	Platinato Inferior	2225	1
Schwabenland, Frederico	Oberhilbersheim	10/1845 ou 01/1846			1
Schwabenland, João	Oberhilbersheim	08/1845	Platinato Superior	2646	8
Schwarz, Jorge		29/06/1845	Francês	404	4
Schweickard, André		08/1845	Bingen	1201	4

<b>Família</b>	<b>Local de Origem (Aldeia)</b>	<b>Data de Chegada à Petrópolis</b>	<b>Quartirão de Destino</b>	<b>Prazo Recebido</b>	<b>Nº de Pessoas da Família</b>
Schweickard, Filipe		08/1845 ou 01/1846	Bingen	1234	5
Schweickard, João		10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3801	7
Schweickard, João Filipe			Ingelheim	1013	7
Schweickard, Leonardo		29/06/1845	Nassau	659	1
Schweitzer, Pedro					1
Seitz, Pedro	NL	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3802	2
Sentz, João			Ingelheim	1014	
Sieben, Francisco José	NL	08/1845	Francês	413	1
Silbernagel, Miguel	Perschedl		Vila Imperial	275	8
Simon, André	Zell		Nassau	629	8
Simon, Catarina	Zell				2
Simon, Jacó	Zell		Woerstadt	3641	
Simon, Pedro José	Zell		Ingelheim	1006	4
Sindorf, Ana Verônica	NL				1
Sindorf, Filipe	NL	08/1845	Presidência	3412	1
Sindorf, Guilherme	NL	08/1845	Presidência	3401	3
Sindorf, Henrique	NL		Presidência	3402	4
Sisterhen, Aluisio	Burgen	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2011	6
Sisterhen, João	Burgen		Ingelheim	1029	6
Sixel, Jorge	Horn/Ludenbergh		Woerstadt	3606	5
Sixel, Miguel	Horn/Ludenbergh	08/1845	Renania Inferior/Presidência	1403/3414	8
Sommer, Jorge	NL		Vila Teresa	2432	2
Sperle I, Valentim	NL	29/06/1845	Ingelheim	1021	7
Sperle II, Valentim	NL	29/06/1845			
Sperle, Frederico	NL	29/06/1845			
Starck, Henrique			Woerstadt	3604	
Statler, Nicolau		10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3831	5
Statzner, Baltasar	NL		Nassau	651	
Statzner, Cristovão	NL	10/1845	Nassau	650	8
Statzner, Valentim	NL	08/1845			1
Steinborn, Jacó	NL		Ingelheim	1004	4
Stoelpen, Simão			Nassau/Ingelheim	657/1024	5
Stoffel, Antônio	NL	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2005	6
Stoffel, Pedro	NL		Vila Teresa	2436	3
Straub I, João	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1204	5
Straub II, João	NL		Bingen	1212	3
Straub III, João	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1230	2
Straub, Adão	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1207	2
Straub, André	NL				6
Straub, Carlos	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1214	7
Straub, Frederico	NL	10/1845 ou 01/1846			1
Stuetzel, Adão			Presidência / Ingelheim	3415/1008	6

<b>Família</b>	<b>Local de Origem (Aldeia)</b>	<b>Data de Chegada à Petrópolis</b>	<b>Quarteirão de Destino</b>	<b>Prazo Recebido</b>	<b>Nº de Pessoas da Família</b>
Stumm, Carlos Frederico		08/1845	Mosela	843	2
Stumm, Jacó	NL	07/1845	Vila Imperial	49	1
Stumpf, Filipe	Ingelheim	07/1845	Platinato Inferior	2229/2230	4
Stumpf, João	Ingelheim		Woerstadt	3644	4
Stumpf, Paulo	Ingelheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1231	6
Suess, Jacó			Castelanea	1638	5
Suess, João		08/1845			5
Surerus, João	Frei-Laubersheim	08/1845	Platinato Superior	2605	8
Sutter I, Henrique	Sauer-Schwabenheim	29/06/1845	Nassau	667	7
Sutter II, Henrique	Sauer-Schwabenheim	29/06/1845			
Tannein, João Jorge	Deuselbach	07/1845	Mosela	831	4
Tannein, Margarida	Deuselbach				1
Tesch, Pedro	Kappel	08/1845	Castelanea	1614	5
Thees, Matias	NL	08/1845	Mosela	845	4
Theiss, João Filipe			Platinato Superior	2630	
Theiss, João José			Woerstadt	3613	4
Theiss, Leonardo			Platinato Superior	2643	
Theiss, Lourenço					4
Theissen, Daniel	Mittelstrimmig	07/1845	Vila Teresa	2449	1
Theissen, Matias	Mittelstrimmig	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt/Suíço	3836/3209	4
TheoBald I, Nicolau	Koblenz		Castelanea	1634	7
Theobald II, Nicolau	Koblenz		Castelanea	1635	
Theobald, Pedro	Koblenz		Castelanea	1636	
Therness, Antônio			Castelanea	1622	
Thied, Madalena		10/1845 ou 01/1846			1
Thiel, Ana Maria		10/1845 ou 01/1846			1
Thiess, Matias					1
Thomaz, Jacó	Belgweiler	08/1845	Renania Inferior	1420	8
Troyack, Jacó	Biebern	10/1845	Darmstadt	3833	7
Uhlweiler, Filipe		08/1845	Platinado Superior	2649	7
Ulrich, Cristovão	Burgen		Presidência	3405	5
Vallender, João			Vila Imperial	187	
Vogel I, Antonio	Lingerhahn	10/1845 ou 01/1846	Darmstadt	3805	7
Vogel II, Antonio	Lingerhahn	10/1845 ou 01/1846			1
Vogel, Ana Maria	Lingerhahn				5
Vogel, Cristiano	Lingerhahn		Woerstadt	3645	
Vogt, João	Lunenburg	08/1845	Castelanea	1604	1
Vogt, Nicolau	Lunenburg				1
Vones, Francisco Antonio	NL		Renania Superior	4204	7
Wagner I, Filipe	Dorrebach	29/06/1845	Nassau	613	4
Wagner I, Pedro	Dorrebach	08/1845			10
Wagner II, Filipe	Dorrebach	08/1845			1
Wagner II, Pedro	Dorrebach	08/1845			1

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quartirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Wagner III, Pedro	Dorrebach		Castelanea	1603	2
Wagner, Cristiano	Dorrebach				5
Wagner, Cristovão	Dorrebach	10/1845 ou 01/1846	Renania Superior	4210	6
Wagner, Filipe Jacó	Dorrebach	08/1845			1
Wagner, Henrique Pedro	Dorrebach		Vila Imperial	230	
Wagner, Jacó	Dorrebach	08/1845	Francês	445	1
Wagner, João José	Dorrebach		Nassau	643	6
Wagner, Margarida	Dorrebach				8
Waldhelm, Bernardo		08/1845	Bingen	1202	8
Waldhelm, Jacó			Woerstadt	3636	
Waltz, Alberto		08/1845	Vila Imperial	237	1
Wayand, Matias		29/06/1845	Ingelheim	1019	6
Weber, Baltasar	Moselkern/Dhronecken	08/1845	Castelanea	1606	5
Weber, Carlos	Moselkern/Dhronecken	08/1845	Mosela	814	6
Weber, João	Moselkern/Dhronecken	10/1845 ou 01/1846	Siméria	2025	8
Webler, Jorge Cristiano	Hessloch	07/1845	Platinato Inferior/Suiço	2213/3218	10
Weckmueller, Pedro	Wackernheim	08/1845	Castelanea	1644	4
Weinem, João Pedro	NL		Westfália	4014	3
Weinschuetz, Guilherme					1
Weinschuetz, João			Vila Imperial/Suiço	268/3210	1
Weitzel, Miguel	Gau-Bickelheim	08/1845	Platinato Superior	2645	4
Wellstein, Jacó					1
Wellstein, José		08/1845			5
Welter, Guilherme			Vila Imperial	274	3
Wendel, Carolina					1
Wendel, Maria Elisabete					1
Wendling, Catarina	Sueshausen				3
Wendling, Jacó	Sueshausen		Ingelheim	1026	7
Wendling, João José	Sueshausen		Ingelheim	1035	7
Werckhauser, Pedro			Westfália	4023	7
Werner, Jorge Pedro			Brasileiro	3028	5
Wetter, Jacó		10/1845 ou 01/1846	Bingen	1235	3
Wetzler, Frederico	Wackernheim	10/1845 ou 01/1846			4
Wetzler, Margarida	Wackernheim	10/1845 ou 01/1846			1
Weulpert, Antonio		08/1845			1
Wey, Adão	Koblenz				1
Wey, João	Koblenz		Nassau / Ingelheim	631/1032	2
Weyrich, Nicolau			Castelanea	1641	9
Wiechers, José	Rhede	08/1845	Westfália	4018	5
Wiersch, Jacó			Siméria/Renania infeior	2006/1404	5
Wilbert, Jacó	NL				6

Família	Local de Origem (Aldeia)	Data de Chegada à Petrópolis	Quarteirão de Destino	Prazo Recebido	Nº de Pessoas da Família
Wildberger, João Frederico	NL		Mosela	816	1
Willens, Madalena	NL				1
Williens, Pedro	NL		Ingelheim	1005	1
Willing, Carlos Frederico	NL		Westfália	4011	2
Windheiser, Felipe		08/1845	Renania Inferior	1411	4
Winter, Frederico	Nieder-Hilbersheim		Darmstadt	3811	4
Winter, Henrique			Vila Teresa	2446	4
Woelpert, João		08/1845	Renania Central	1828	5
Woelpert, Pedro		08/1845			1
Wolf, Guilherme	NL	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1240	5
Woll, Filipe	NL	08/1845	Presidência	3423	2
Zacker, João	NL		Westfália	4013	3
Zerban, Jacó Frederico	Ingelheim	10/1845 ou 01/1846	Bingen	1208	7
Zewes, Pedro					1
Zillig, Jorge	Koblenz		Castelanea	1650	5
Zimmermann, Isabel					1
Zimmler, Guilherme	NL		Woerstadt	3621	
Zoebus, André	Mittelheim		Francês	432	5

NL = Famílias cuja aldeia de origem não foi localizada.

Dados tratados por: SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de; DIDIER, Ingrid Vianna Glindmeier; FONSECA, Tiago Boruchovitch.

## APÊNDICE B – NOMES GEOGRÁFICOS EXTRAÍDOS DAS PLANTAS HISTÓRICAS DE PETRÓPOLIS

- **Planta Koeler, 1846:**

Nome Genérico	Nome Específico	Tipo	Origem Cultural	Motivação
Rio	Almeida Torres	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio	Alpoim	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio	Aureliano	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio	Ave Lalleman	Hidrografia	Alemã	Antrotopônimo
Rio	Cavalcante	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Praça	de Bingen	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Rua	de Bourbon	Via	Francesa	Antrotopônimo
Rua	de D. Francisca	Via	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua	de D. Januaria	Via	Portuguesa	Antrotopônimo
Praça	de Ingellheim	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Rio	de la Mare	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Praça	de Meyer	Ponto Notável	Alemã	Antrotopônimo
Praça	de Nassau	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Praça	de S. Goar	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Igreja e Praça	de São Pedro de Alcântara	Ponto Notável	Portuguesa	Hagiotopônimo
Praça	de Wiesbaden	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Praça	de Woerstadt	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Rio	do Cemitério	Hidrografia	Portuguesa	Ergotopônimo
Rua	do Honório	Via	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua	do Imperador	Via	Portuguesa	Axiotopônimo
Praça	do Imperador	Ponto Notável	Portuguesa	Axiotopônimo
Rua	do Mordomo	Via	Portuguesa	Axiotopônimo
Praça	Dom Afonso	Ponto Notável	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua	dos Artistas	Via	Portuguesa	Sociotopônimo
Rua	dos Mineiros	Via	Portuguesa	Etnotopônimo
Palacio	Imperial	Ponto Notável	Portuguesa	Axiotopônimo
Rio	Koeler	Hidrografia	Alemã	Antrotopônimo
Rio	Limpo	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio	Lomonosoff	Hidrografia	Russo	Antrotopônimo
Estrada	Nova do porto da Estrella a Minas Gerais	Via	Portuguesa	Cronotopônimo
Rio	Palatino	Hidrografia	Alemã	Corotopônimo
Rio	Paulo Barbosa	Hidrografia	Portuguesa.	Antrotopônimo
Rio	Piabanha	Hidrografia	Tupi	Zootopônimo
Rio	Quitandinha	Hidrografia	Africana	Sociotopônimo
Rio	Ribeiro	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio	Simonsen	Hidrografia	Alemã	Antrotopônimo
Rio	Verna	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo

• **Planta Taunay, 1861:**

<b>Nome Genérico</b>	<b>Nome Específico</b>	<b>Tipo</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Rio	Almeida Torres	Hidrografia	Portuguesa	Antrotopônimo
	Antigo Caminho de Minas	Via	Portuguesa	Cronotopônimo
Rio	Ave-Lallemant	Hidrografia	Alemã	Antroropônimo
Praça	da Confluência ou de Coblentz	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Rua	da Imperatriz	Via	Portuguesa	Axiotopônimo
Rua	das Engenheiras	Via	Portuguesa	Sociotopônimo
Gruta	das Saudades	Ponto Notável	Portuguesa	Animotopônimo
Rua	de Bourbon	Via	Francesa	Antrotopônimo
Rua	de Bragança	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	de Dom Afonso	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Praça	de Dom Afonso	Ponto Notável	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	de Dona Francisca	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	de Dona Januária	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	de Dona Maria II	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	de Joinville	Via	Francesa	Corotopônimo
Rua	de Monte Caseros	Via	Portuguesa	Geomorfotopônimo
Praça	de Nassau	Ponto Notável	Alemã	Corotopônimo
Rua	de Paulo Barbosa	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Capela	de São Pedro de Alcantara	Ponto Notável	Portuguesa	Hagiotopônimo
Praça	de São Pedro de Alcantará	Ponto Notável	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua	do Aurelino	Via	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	do Cemitério	Via	Portuguesa	Ergotopônimo
Rua	do Honório	Via	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua	do Imperador	Via	Portuguesa	Axiotopônimo
Cascata	do Itamaraty	Hidrografia	Tupi	Litotopônimo
Rua	do Novo Cemitério	Via	Portuguesa	Cronotopônimo
Ponte	do Retiro	Via	Portuguesa	Ecotopônimo
Cascata	do Retiro do Bulhões	Hidrografia	Portuguesa	Ecotopônimo
Rua	do Toneleiro	Via	Portuguesa	Sociotopônimo
Praça	Dom Pedro	Ponto Notável	Portuguesa	Antroropônimo
Rua	dos Artistas	Via	Portuguesa	Sociotopônimo
Rua	dos Mineiros	Via	Portuguesa	Etnotopônimo
Rua	dos Protestantes	Via	Portuguesa	ND
Rio	Itamaraty	Hidrografia	Tupi	Litotopônimo
Rio	Laemmert	Hidrografia	Alemã	Antroropônimo
Estrada	Normal	Via	Portuguesa	ND
Rio	Piabanha	Hidrografia	Tupi	Zootopônimo
Rio	Quitandinha	Hidrografia	Africana	Sociotopônimo
Córrego	Secco	Hidrografia	Portuguesa	ND
Estrada	União e Indústria	Via	Portuguesa	ND

**APÊNDICE C – NOMES GEOGRÁFICOS EXTRAÍDOS DA BASE  
CARTOGRÁFICA 1:10.000 (PROSPEC, 1999)**

<b>Nome</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Rio Alpoim	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio Aureliano	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio Ave Lallemand	Alemã	Antrotopônimo
Rio Cremerie	Francesa	Sociotopônimo
Rio Palatinato	Alemã	Corotopônimo
Rio Paulo Barbosa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rio Piabanha	Tupi	Zootopônimo
Rio Quitandinha	Africana	Sociotopônimo
Rio Verna	Portuguesa	Antrotopônimo
Canal do Mato Grosso	Portuguesa	Fitotopônimo
Córrego Meyer	Alemã	Antrotopônimo
Córrego São Rafael	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rio Caiobá Mirim	Tupi	Fitotopônimo
Córrego da Cachoeira	Portuguesa	Hidrotopônimo
Córrego da Pedra Branca	Portuguesa	Litotopônimo
Córrego da Ponte de Ferro	Portuguesa	Ergotopônimo
Córrego do Caxambu	Africana	Ergotopônimo
Córrego do Mata Cavalo	Portuguesa	Zootopônimo
Córrego do Mato	Portuguesa	Fitotopônimo
Córrego do Meio	Portuguesa	Cardinotopônimo
Córrego do Sertão	Portuguesa	ND
Córrego dos Micos	Tupi	Zootopônimo
Córrego Mata Cavalo	Portuguesa	Zootopônimo
Ribeirão da Moça Branca	Portuguesa	ND
Rio da Cascata	Portuguesa	Hidrotopônimo
Rio da Cidade	Portuguesa	Poliotopônimo
Rio da Ponte de Ferro	Portuguesa	Ergotopônimo
Rio das Araras	Tupi	Zootopônimo
Rio das Três Pedras	Portuguesa	Litotopônimo
Rio do Major Archer	Alemã	Antroropônimo
Rio Itamarati	Tupi	Litotopônimo
Rio São Paulo	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rio Vargem Grande	Portuguesa	Geormofotopônimo
Av Barão do Rio Branco	Portuguesa	Antrotopônimo
Av. 7 de Abril	Portuguesa	Historiotopônimo
Av. Dom Pedro I	Portuguesa	Antrotopônimo
Av. General Marciano Magalhães	Portuguesa	Antrotopônimo
Av. Ipiranga	Tupi	Hidrotopônimo/Historiotopônimo
Av. Roberto Silveira	Portuguesa	Antrotopônimo
Avenida Barão do Rio Branco	Portuguesa	Antrotopônimo
Avenida Getúlio Vargas	Portuguesa	Antrotopônimo
Avenida Portugal	Portuguesa	Corotopônimo
Estrada da Independência	Portuguesa	ND
Estrada Presidente Sodrê	Portuguesa	Antrotopônimo
R. Bispo D. José P. Alves	Portuguesa	Antrotopônimo
R. Dr. Napoleão Laureano	ND	Antrotopônimo
Rua Álvaro Lopes Castro	Portuguesa	Antrotopônimo

Nome	Origem Cultural	Motivação
Rua 1º de Março	Portuguesa	Historiotopônimo
Rua 13 de Maio	Portuguesa	Historiotopônimo
Rua 14 Bis	Portuguesa	Ergotopônimo
Rua 24 de Maio	Portuguesa	Historiotopônimo
Rua 29 de Junho	Portuguesa	Historiotopônimo
Rua Adão Hoelz	Alemã	Antrotopônimo
Rua Alberto Torres	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Aldo Tamancoldi	ND	Antrotopônimo
Rua Alfredo Schilick	Alemã	Antrotopônimo
Rua Alice Herve	Francesa	Antrotopônimo
Rua Antônio da Silva Ligeiro	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Atilo Marotti	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Augusto Fragoso	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Augusto Severo	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Aureliano Coutinho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Bataillard	Alemã	Antrotopônimo
Rua Batista da Costa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Bingen	Alemã	Corotopônimo
Rua Brigadeiro Godinho dos Santos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Cândido Portinari	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Carlos Bastos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Carlos Gomes	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Cel. Albino Siqueira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Cel. Fabrício de Mattos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Coronel Duarte da Silveira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Coronel Veiga	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Cristóvão Colombo	Italiano	Antrotopônimo
Rua D. João Braga	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua da Imperatriz	Portuguesa	Axiotopônimo
Rua Dermeval de Miranda	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua do Imperador	Portuguesa	Axiotopônimo
Rua Dr. Edmundo Lacerda	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Eugênio Barcelos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Nelson de Sé	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Paulo Lobo de Moraes	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Thouzet	Francesa	Antrotopônimo
Rua Duque de Caxias	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua E. de Oliveira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Eduardo Faustino	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Elízio de Carvalho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Fagundes Varela	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Fellipo Gelli	Alemã	Antrotopônimo
Rua Floriano Peixoto	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Fonseca Ramos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Frederico Kronemberger	Alemã	Antrotopônimo
Rua Gonsalves Dias	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Henrique Raffard	Francesa	Antrotopônimo
Rua Infante Dom Henrique	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Ingelhein	Alemã	Corotopônimo
Rua Jardim	Portuguesa	Sociotopônimo
Rua João F. Fliess	Alemã	Antrotopônimo

<b>Nome</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Rua José Bonifácio	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Kopke	Alemã	Antrotopônimo
Rua Madre Francisca Pia	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Manoel Torres	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Marechal Hermes da Fonseca	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Monsenhor Bacelar	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Monte Caseiros	Portuguesa	Geomorfotopônimo
Rua Monte Castelo	Portuguesa	Geomorfotopônimo
Rua Mosela	Alemã	Corotopônimo
Rua N. S. das Graças	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua Nicarágua	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Olavo Bilac	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Paulo Barbosa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Pedras Brancas	Portuguesa	Litotopônimo
Rua Pedro Ivo	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Pedro Sobrinho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Piabanha	Tupi	Zootopônimo
Rua Prof. João de Deus	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Prof. Stroller	Alemã	Antrotopônimo
Rua Professor Cardoso Fontes	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Raúl de Leoni	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua São Sebastião	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua Saint Moritz	Alemã	Corotopônimo
Rua Saldanha Marinho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Santos Dumont	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Sta. Rita de Quissamã	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua Thereza	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Tomás Cameron	Espanhola	Antrotopônimo
Rua Valentin Monken	Alemã	Antrotopônimo
Rua Visconde da Penha	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Visconde de Itaboraí	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Visconde de Uruguai	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Visconde do Bom Retiro	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Washington Luiz	Portuguesa	Antrotopônimo
V. Hortência Leonello	Italiana	Antrotopônimo
Avenida Amaral Peixoto	Portuguesa	Antrotopônimo
Avenida Ayrton Senna	Portuguesa	Antrotopônimo
Avenida Peixoto	Portuguesa	Antrotopônimo
Caminho do Fragoso	Portuguesa	ND
Caminho do Valter	Portuguesa	Antrotopônimo
Estrada da Fazenda Inglesa	Portuguesa	Poliotopônimo
Estrada da Saudade	Portuguesa	Animotopônimo
Estrada das Torres do Morin	Alemã	Ergotopônimo
Estrada do Paraíso	Portuguesa	Animotopônimo
Estrada José Timóteo Caldara	Portuguesa	Antrotopônimo
Estrada Presidente Sodrê	Portuguesa	Antrotopônimo
Rodovia Washington Luiz	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Alberto Martins	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Alberto Torres	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Bahia	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Bartolomeu Sofré	ND	Antrotopônimo

<b>Nome</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Rua Bernardo Vaconcellos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Bolívia	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Brigadeiro Castrioto	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Capitão Danilo Paladini	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Ceará	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Coronel Duarte da Silveira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dias de Oliveira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Floresta	Portuguesa	Fitotopônimo
Rua Francisco Peixoto da Costa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Gregório Cruzick	Alemã	Antrotopônimo
Rua Hívio Natalino	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Henrique Paixão	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Indaíu	ND	ND
Rua João Barcellos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua João Caetano	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua João Glasl Veiga	Alemã	Antrotopônimo
Rua João Xavier	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Joaquim Murtinho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Lopez de Castro	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Lucierne	Alemã	Corotopônimo
Rua Luiz Peregrini	ND	Antrotopônimo
Rua Luiz Winter	Alemã	Antrotopônimo
Rua Mathias Hillen	Alemã	Antrotopônimo
Rua Quissamã	Africana	Corotopônimo
Rua Rio de Janeiro	Portuguesa	Corotopônimo
Rua São Paulo	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Salvador Costa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Uruguaí	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Ver. Orlando Ditadi	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Virgílio de Sá Pereira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Vital Brasil	Portuguesa	ND
Rua Waldemar da Silva Ferreira	Portuguesa	Antrotopônimo
1a Avenida	Portuguesa	Numerotopônimo
2a Avenida	Portuguesa	Numerotopônimo
Alameda das Mimosas	Portuguesa	Fitotopônimo
Caminho do Alcobça	Portuguesa	Ergotopônimo
Caminho do Imperador	Portuguesa	Axiotopônimo
Elevado do Ouriço	Portuguesa	Zootopônimo
Estrada Bernardo Coutinho	Portuguesa	Antrotopônimo
Estrada da Pedreira	Portuguesa	Sociotopônimo
Estrada da Vargem Grande	Portuguesa	Geomorfotopônimo
Estrada do Carangola	ND	ND
Estrada do Caxambú Pequeno	Africana	Ergotopônimo
Estrada do Caxambu	Africana	Etno ou Ergotopônimo
Estrada do Cobiçado	Portuguesa	Animotopônimo
Estrada do Jaboticabal	Tupi	Fitotopônimo
Estrada do Mata	Portuguesa	Fitotopônimo
Estrada do Mata Cavalo	Portuguesa	Zootopônimo
Estrada do Mombaça	Africana	ND
Estrada do Rocío	Portuguesa	Sociotopônimo
Estrada Grota do Jacó	Portuguesa	Antrotopônimo

<b>Nome</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Estrada Mata Cavalo	Portuguesa	Zootopônimo
Estrada Mombaça	Africana	ND
Estrada Sertão do Carangola	ND	ND
Estrada União Industria	Portuguesa	ND
Estrada Velha da Estrela	Portuguesa	Cronotopônimo
Estradas Luiz Gomes da Silva	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Álvaro macedo	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua 1	Portuguesa	Numerotopônimo
Rua 2	Portuguesa	Numerotopônimo
Rua A	Portuguesa	ND
Rua A. Werneck	Alemã	Antrotopônimo
Rua Abade Palma	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Adelino da Silva Gonsalvez	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Alagoas	Portuguesa	Corotopônimo
Rua Alberto Fullig	ND	Antrotopônimo
Rua Almeida Pernambuco	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Alvares de Azevedo	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Antônio Losche Martins	Alemã	Antrotopônimo
Rua Aurélio Pires	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua B	Portuguesa	ND
Rua C	Portuguesa	ND
Rua Carlos Carnevalli	Italiano	Antrotopônimo
Rua Carvalho Júnior	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua D	Portuguesa	ND
Rua das Acácias	Portuguesa	Fitotopônimo
Rua das Andorinhas	Portuguesa	Zootopônimo
Rua Desp. Aristides Fraga	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Divino Espírito Santo	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua do Sol	Portuguesa	Astrotopônimo
Rua Domingos Nogueira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua dos Tico-Ticos	Portuguesa	Zootopônimo
Rua Dr. Agostinho Goulão	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Carlos Till	Alemã	Antrotopônimo
Rua Dr. Hermogênio Silva	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Dr. Lippold	Alemã	Antrotopônimo
Rua Dr. Modesto Guimarães	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua E	Portuguesa	ND
Rua Emídio de Souza	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Eng. José Lima Filho	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Fernandes Vieira	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Ferreira Barcellos	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Ferreira da Cunha	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua G	Portuguesa	ND
Rua H	Portuguesa	ND
Rua Henrique Dias	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Humberto Ruvigatti	ND	Antrotopônimo
Rua I	Portuguesa	ND
Rua J	Portuguesa	ND
Rua J. Referido	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Jacinto Rabelo	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Jacob Bordignon	ND	Antrotopônimo

<b>Nome</b>	<b>Origem Cultural</b>	<b>Motivação</b>
Rua Jocelino Kubistchek	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua José de Almeida Amado	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Juiz de Castro e Silva	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Juliano Constantino	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua K	Portuguesa	ND
Rua Lopez	ND	ND
Rua Manoel Muniz Falcão	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Mato Grosso	Portuguesa	Fitotopônimo
Rua N	Portuguesa	ND
Rua Nelson Silva	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Nossa Senhora da Glória	Portuguesa	Hagiotopônimo
Rua O	Portuguesa	ND
Rua Oswero Carmo Vilaça	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Otto Reymarius	Alemã	Antrotopônimo
Rua Paris	Francesa	Corotopônimo
Rua Pedro Pavão	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Presidente Borges	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Pricesa Dona Paula	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Prof. Narciso	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Q	Portuguesa	ND
Rua Salomão Viana	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Salvador Costa	Portuguesa	Antrotopônimo
Rua Vassouras	Portuguesa	Ergotopônimo
Rua Vitor Santanna	Portuguesa	Antrotopônimo
Túnel do Ouriço	Portuguesa	Zootopônimo
Túnel do Papagaio	Portuguesa	Zootopônimo
Túnel Washington Luiz	Portuguesa	Antrotopônimo
Viaduto Veu da Noiva	Portuguesa	Ergotopônimo

## **ANEXOS**

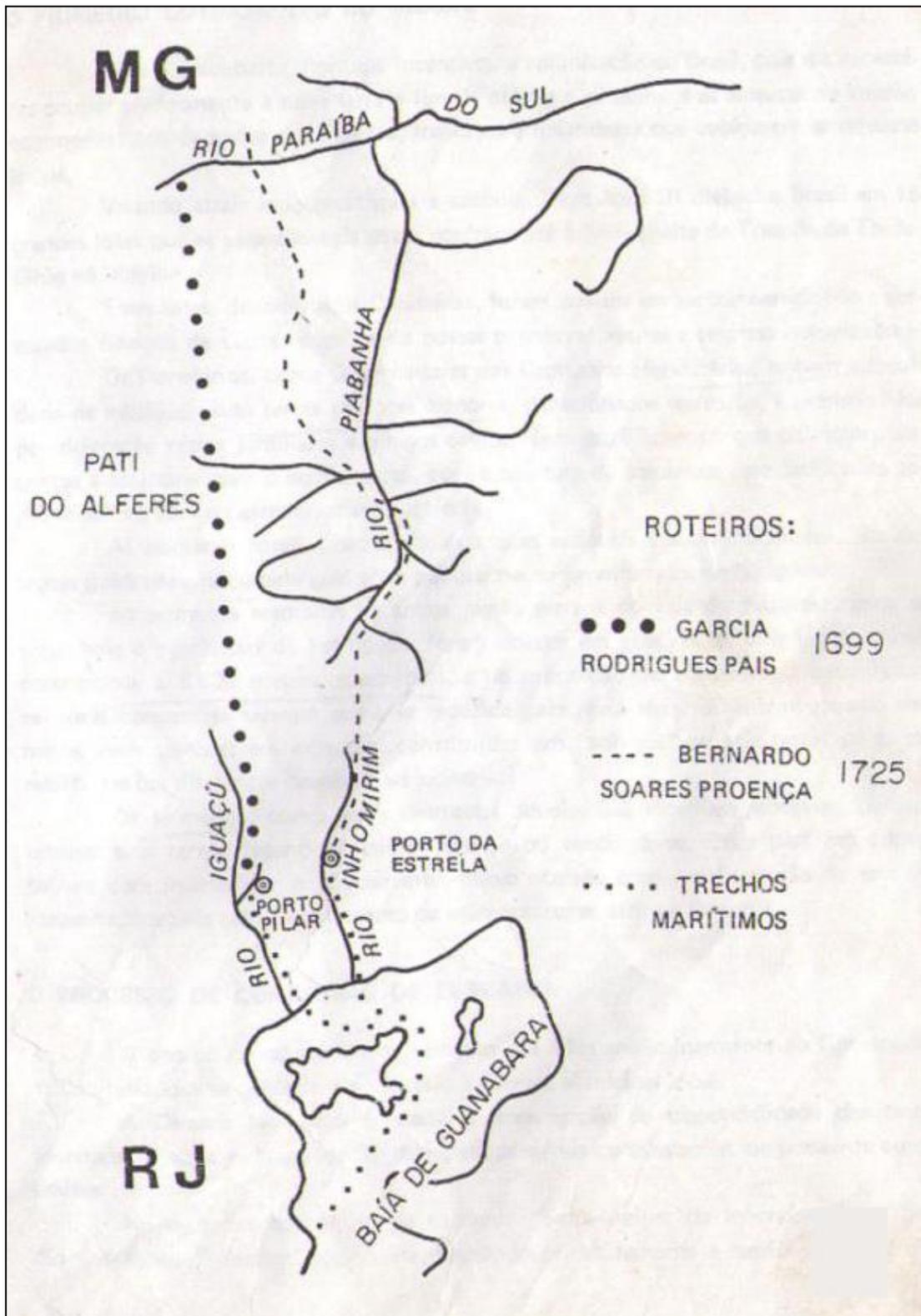
## ANEXO A – MAPAS DOS CAMINHOS QUE LIGAVAM O RIO DE JANEIRO ÀS MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Os dois mapas que seguem foram extraídas do livro “A História de Petrópolis” de 1985. Os mesmos foram desenhados pelo autor da referida publicação, Henrique José Rabaço.

Os mapas ilustram os comentados “Caminho Velho” e o “Caminho Novo” e sua “Variante” de forma bastante didática e elucidativa.

O Caminho Velho – Rabaço, 1985, p.8.





## ANEXO B – MAPA DAS SESMARIAS DA SERRA FLUMINENSE

O mapa apresenta relevante teor histórico, despertando a curiosidade e interesse da presente pesquisadora que acredita ser esta uma fonte de informação que carece de muito mais atenção. O referido documento cartográfico remete a organização espacial da região serrana fluminense no século XVIII. Fonte: Companhia Imobiliária de Petrópolis.



### Trechos transcritos da legenda do mapa:

ABGVZ - Caminho Velho de Minas;

aaa - Rio Piabanha;

B - Lugar aonde cruza o Caminho de Minas com o Rio Piabanha;

C - Caldeira aonde acaba 2240 braças;

DMX - Caminho novo de Minas;

E - Fim da meya legoa do Certão da Faz. da ? a partir da Nascente e principio da legoa do Muniz;

F - Marco que se achou a ... meya de D. Ouv. Manoel Monteiro correndo além do braço donde finda o Certão de meya legoa ... parte da Nascente da Fazenda Paciencia;

G - Marco que divide a Paciencia ... aonde principia a meya legoa de Certão ... fazenda tem do Caminho Velho para a Nascente;

H - Marco aonde acaba meya legoa de ... duas fazendas do Caminho Velho para Nascente;

I - Rio da Cidade;

L - Fim da legoa ... do Rio da Cidade;

K - Marco na margem occidental do Piabanha;

M - Marco na margem oriental do Piabanha;

NS - Fim da legoa que Dom ... de 1762 medindo a legoa inteira do Cam. Velho G ...;

O - Fim da meya legoa medida da margem oriental do Rio Piabanha M...;

OP - Linha do traveção que ... do Muniz da do Gularte;

Q - Fim da medição de 1762, que a ... anulou ... que sai de O a Q ao entrar nas terras do Gularte;

QR

TV - Linha q divide a fazenda das Araras ...;

XZ